



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Campus de Marília

CARLA JULIÃO DA SILVA

***PERMANÊNCIAS EM MOVIMENTO- RESISTÊNCIA FAMILIAR NO BAIRRO
RURAL TAQUARUÇUZINHO EM FRUTAL DO CAMPO (SP).***

MARÍLIA
2019

CARLA JULIÃO DA SILVA

***PERMANÊNCIAS EM MOVIMENTO- RESISTÊNCIA FAMILIAR NO BAIRRO
RURAL TAQUARUÇUZINHO EM FRUTAL DO CAMPO (SP).***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Pensamento Social, Educação e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. José Geraldo Alberto B. Poker

MARÍLIA
2019

CARLA JULIÃO DA SILVA

***PERMANÊNCIAS EM MOVIMENTO- RESISTÊNCIA FAMILIAR NO BAIRRO
RURAL TAQUARUÇUZINHO EM FRUTAL DO CAMPO (SP).***

Dissertação obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____

Prof. Dr. José Geraldo Alberto B. Poker
Departamento de Sociologia e Antropologia
Universidade Estadual Paulista- UNESP

2º Examinador: _____

Profª Drª Mirian Cláudia Lourenção Simonetti
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas
Universidade Estadual Paulista – UNESP

3º Examinador: _____

Prof. Dr. Gabriel Cunha Salum
Ciências Contábeis
Faculdade Católica Paulista

Marília, 04 de Outubro de 2019.

SS86p Silva, Carla Julião da
PERMANÊNCIAS EM MOVIMENTO : - RESISTÊNCIA
FAMILIAR NO BAIRRO RURAL TAQUARUÇUZINHO EM
FRUTAL DO CAMPO (SP) / Carla Julião da Silva. -- Marília, 2019
126 p. : tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: José Geraldo Alberto Bertocini Poker

1. Permanência. 2. Agricultura familiar. 3. Bairro rural. 4. Frutal do
Campo (SP). 5. Sociologia Rural. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor José Geraldo Alberto Bertoncini Poker pelo incentivo, aprendizado orientação e pela confiança depositada em mim e ao meu trabalho. À professora Mirian Simonetti que acreditou na pesquisa auxiliando e orientando da melhor forma possível, com respeito e dedicação e sensibilidade em intervir nos momentos cruciais.

Aos funcionários da Seção de Pós- Graduação da Unesp de Marília pelo atendimento, aos funcionários da prefeitura de Candido Mota que de alguma maneira tentaram ajudar nessa caminhada.

Agradeço imensamente aos sítiantes da zona rural de Frutal do Campo que me receberam com as portas abertas, com grande solidariedade, disposição em relatar suas vivências, nos dando a sensação de que ali poderíamos encontrar acolhimento e confiança.

Ao meu companheiro Willians que mesmo na correria cotidiana sempre disponibilizava um pouco do seu tempo me ajudar na elaboração sabendo da importância deste trabalho.

Serei sempre grata aos meus pais, José Carlos e Antonia, que me proporcionaram a felicidade de fazer parte desta história, de contá-la e de torná-la viva demonstrando a sua importância.

Aos meus irmãos, Mateus, Vitor e Ana Clara que sempre me apoiaram em tudo nesta vida. E ao meu filho José que um dia saberá o valor de pertencer a esta história também.

“Amigo, pra mim, é só isto: é a pessoa com quem a gente gosta de conversar, do igual o igual, desarmado. O de que um tira prazer de estar próximo. Só isto, quase; e os todos sacrifícios. Ou – amigo – é que a gente seja, mas sem precisar de saber o por quê é que é.”

Guimarães Rosa. **Grande Sertão, Veredas.**

Para a família 'Julião da Silva'

Resumo

O presente trabalho é a continuação das pesquisas de campo desenvolvidas em 2014 e 2015 como trabalho de conclusão de curso e que se expandiu devido a sugestão da banca examinadora que indicou a sua continuação para o mestrado devido à importância do tema. A relevância da discussão sobre a condição no campo nos convida a pensar como um bairro rural estruturado se encontra majoritariamente rural em tempos de hegemonia urbana. Assim, pelas contribuições feitas pelos estudiosos que se debruçaram em compreender as diversas representações e interpretações do modo de vida rural e suas permanências e modificações. Foi por meio da continuação da pesquisa de campo que analisaremos as mudanças atuais no mundo rural através das entrevistas feitas com os sítiantes da região rural de Frutal do Campo (SP). O trabalho parte do método da História Oral, a fim de resgatar pela memória das famílias que residem a sua história e os elementos fundamentais para a compreensão do que permaneceu e o que vem mudando e os motivos que levaram a saída, ou não, deste bairro rural. Os resultados das pesquisas um novo olhar sobre um novo rural em transformação, os efeitos modernizadores e a expansão da “racionalidade urbana” leva a questão da necessidade de romper com a referência da cultura urbano-industrial e não congelar o conceito de “camponês” como modo de vida, assim, apresentamos neste trabalho o que chamamos de *permanências em movimento*.

Palavras-chave: Permanência. Agricultura familiar. Bairro rural. Frutal do Campo.

ABSTRACT

The present work is the continuation of the field research carried out in 2014 and 2015 as a course completion work and which was expanded due to the suggestion of the examining board that indicated its continuation to the master's degree due to the importance of the subject. The relevance of the discussion about the condition in the countryside invites us to think about how a structured rural neighborhood is mostly rural in times of urban hegemony. Thus, for the contributions made by scholars who have focused on understanding the various representations and interpretations of the rural way of life and its permanences and modifications. It was through the continuation of the field research that we will analyze the current changes in the rural world through interviews with the farmers of the rural region of Frutal do Campo (SP). The work starts from the Oral History method, in order to rescue the memory of the families that live their history and the fundamental elements for understanding what has remained and what has been changing and the reasons that led or not to leave this neighborhood. rural. The research results a new look at a new rural in transformation, the modernizing effects and the expansion of “urban rationality” leads to the question of the need to break with the reference of urban-industrial culture and not to freeze the concept of “peasant” as way of life, we present in this work what we call *permanences in motion*.

Keywords: Permanence. Family farming. Rural neighborhood. Frutal do Campo.

Lista de Figuras

Figura 1 - Localização do Município de Cândido Mota no Estado de São Paulo.....	62
Figura 2 - A Cooperativa Agrícola Mixta de Candido Mota, 1950.....	64
Figura 3 : Início da estrada de terra do bairro Taquaruçuzinho.....	65
Figura 4 : Estrada que dá acesso ao rio Taquaruçuzinho.....	66
Figura 5 : Mapa de uso da terra do município de Cândido Mota – SP em 28/05/2011, respectivamente, as diferenças médias de valores de NDVI e NDWI obtidos entre as datas de 28/05/2011.....	66
Figura 6 : Localização dos distritos pertencentes ao município de Cândido Mota.....	67
Figura 7 : Vista panorâmica do distrito de Frutal do Campo.....	68
Figura 8 : Igreja Matriz do Distrito Frutal do Campo.....	68
Figura 9 : Frente da Igreja Matriz.....	69
Figura 10 : Placa que indica o nome da estrada no bairro rural de Taquaruçuzinho, localizado no Distrito de Frutal do Campo –SP.....	69
Figura 11 : Estrada que dá acesso às casas dos moradores.....	70
Figura 12 : Residência aparentemente abandonada.....	70
Figura 13 : lateral da propriedade da Senhora P.....	77
Figura 14 : Propriedade da Senhora P.....	77
Figura 15 : Galpão na propriedade da família.....	78
Figura 16 : Estrada que dá acesso a propriedade localizada no lado esquerdo da foto.....	80
Figura 17 : A antiga escola primária do bairro rural Taquaruçuzinho, atualmente desativada.....	80
Figura 18 : entrada lateral do condomínio.....	83
Figura 19 : interior do condomínio.....	83
Figura 20 : frente do condomínio Portal das Águas.....	83

Figura 21: Galpão dos maquinários e a casa da família Corrêa.....	88
Figura 22: estrada que dá acesso ao sítio da família Corrêa.....	89
Figura 23: Galpão dos maquinários.....	89
Figura 24: Casa de um dos membros da família.....	90
Figura 25: Antiga <i>Venda</i> da Dona Cecília, local onde foi ponto de venda de mantimentos e parada de ônibus.....	92
Figura 26: Árvore centenária na propriedade do Senhor J.....	92
Figura 27: Família Julião (da esquerda para a direita: o filho caçula, Senhor J, filho do meio, genro e o netinho).....	93
Figura 28: propriedade que pertence à irmã do Senhor J. (quem mantém os cuidados do lugar é o arrendante das terras).....	94
Figura 29: Horta cultivada pelo arrendante.....	94
Figura 30: Pequena plantação de abacaxi.....	94
Figura 31: Criação de galinhas.....	95
Figura 32: Outra propriedade com a criação de animais.....	95
Figura 33: Galpão de maquinários.....	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1- Bairros rurais e os sitiantes do Estado de São Paulo: breve análise histórica	14
1.1 Do complexo cafeeiro para as novas formas de modernização do campo	22
1.2 A expansão da monocultura como alternativa no campo- breve apontamento	30
CAPÍTULO 2 – A memória como construção da identidade do caipira paulista.	39
2.1 A permanência da história dos bairros rurais paulistas	53
2.2 O contexto histórico da formação do bairro rural Taquaruçuzinho no Distrito de Frutal do Campo (SP)	59
CAPÍTULO 3- <i>Permanências em movimento</i>: relatos dos moradores do Bairro Rural de Taquaruçuzinho.	72
- ENTREVISTAS MORADORES.....	73
- PERMANÊNCIAS EM MOVIMENTO.....	84
3.1 As transformações no campo no contexto atual brasileiro- as novas ruralidades.....	96
3.2 O desafio de apreender as particularidades– as permanências enquanto resistências.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICE	124
ANEXO	123

INTRODUÇÃO

A definição do tema desta pesquisa partiu das análises alcançadas pelas observações de campo nos anos de 2014 e 2015 que resultaram no meu trabalho de conclusão de curso em 2016 denominada: “*Aqui e lá: novos olhares sobre o rural no Distrito de Frutal do Campo*”. A proposta para a continuação da pesquisa ganhou corpo por sugestão da banca examinadora, que indicou a sua continuação devido à relevância do tema que indicava a persistência e a permanência de moradores em bairros rurais nos Estado de São Paulo. Outro motivo que justifica a sua continuação deve-se aos poucos estudos sobre a realidade dos bairros rurais na região do centro oeste paulista. Assim, o interesse e a preocupação com a importância deste estudo ampliou-se também devido à ligação próxima (histórica e familiar) com o bairro rural em questão. Vale ressaltar minha experiência e memórias perpassam neste local, da qual, fui criada nos valores que o campo carrega, mesmo sendo moradora da cidade e buscando ser uma estudiosa no assunto, proponho aqui uma leitura própria deste estudo como participante e que impulsionou o interesse para tecer algumas considerações a seu respeito.

O município de Cândido Mota (SP) comporta quatro distritos: Frutal do Campo, Nova Alexandria, Santo Antônio do Paranapanema e o Patrimônio de São Benedito. O campo de estudo escolhido foi o bairro rural *Taquaruçuzinho* que se encontra nas proximidades do distrito Frutal do Campo ao centro oeste do Estado de São Paulo. Segundo dados do Plano Municipal de saneamento básico do município de Cândido Mota¹, no período de 2000 a 2010, Cândido Mota totalizava em 29.884 habitantes e a área rural registrada com um total de 1.788 de habitantes².

É neste cenário social, histórico, político e geográfico que nossa pesquisa teve como base para outras análises que somaram com as pesquisas já realizadas, contudo, a região ainda possui elementos para serem estudados e aqui buscamos caminhar junto com a memória e a História Oral. Os resultados desta pesquisa mostram as novas formas de permanência e organização no meio rural.

¹De fácil acesso, encontrado tanto nos documentos da prefeitura de Cândido Mota quanto divulgado por meios virtuais, consta observações e análises dos recursos hídricos do município e seus distritos, incluindo mapas e gráficos sobre a distribuição populacional no meio rural. A pesquisa foi feita pelo RHS CONTROLS – Recursos hídricos e Saneamento Ltda- controles sustentáveis - SAAE. *Plano municipal de saneamento básico (abastecimento de água e esgoto sanitário) no município de Cândido Mota*. Relatório final 02/04-textos, junho de 2013, p. 276 à 280.

²<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=27&uf=35> acessado em 22/01/2019.

No primeiro capítulo abordamos a trajetória do conceito bairro rural utilizado por autores que se debruçaram sobre o assunto como Antonio Candido, Lia Freitas Garcia Fukui e Maria Isaura de Queiroz juntamente com a pesquisa da geógrafa Nice Lecocq Müller sobre sítios e sítiantes do Estado de São Paulo. Tais estudos, que permite organizar um novo olhar sobre as influências recíprocas entre meio rural e urbano que contestam a hipótese de desagregação do campo pelos centros mais desenvolvidos. Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, qualquer pesquisa sobre bairros ou outros grupos rurais deve ter como início uma pesquisa sobre o município ou a zona, a fim de poder ajuizar o significado e a posição, em seu interior, das unidades que se pretende estudar, sendo preciso também, verificar bairros rurais de sítiantes prósperos posto como necessários ou que está em outras perspectivas na sua relação com a cidade. Assim, numa perspectiva entre os clássicos e os contemporâneos que formularam teorias acerca do capitalismo no campo, do complexo cafeeiro e as novas formas de modernização e a decadência do café que contribuiu para o esgotamento geográfico que, conseqüentemente, colaborou para a política de crédito iniciada em 1898. Por tanto, as mudanças no modo de produzir, as ampliações de crédito e a industrialização da agricultura o latifúndio configurou uma “evolução” do mundo agrário, o *industrializar-se* e as discussões sobre os elementos do capitalismo estrutural, como aponta Samir Amin.

No segundo capítulo aprofundamos em análises sobre a memória como construção de uma identidade, o campo ideológico precisava satisfazer as expectativas da população urbana para corresponder ao desenvolvimento e crescimento urbano-industrial, as ideais oficializadas na literatura tomaram força até chegar aos dicionários. A identificação do homem do campo passou pela representação e explicações de traços do “baixo rural” e da “nobreza rural”, traduzindo em declarações e a separação entre os “nós” e “eles” ligadas as formas de classificação social. Portanto, os caminhos guiados pela memória para a elaboração de uma trajetória histórica e a importância e a permanência dos bairros rurais paulistas sobre o conceito levantado por Maria Isaura Pereira de Queiroz e pesquisas de campo já realizadas em outros bairros rurais.

No terceiro capítulo partimos para as entrevistas com moradores da área rural do distrito Frutal do Campo, constatamos na pesquisa de campo mudanças em relação aos moradores e suas propriedades tais como elementos novos que permitiram observações sobre a permanência e resistência destas famílias e o movimento do *sair* não associado ao abandonar estes locais. Assim, foi possível compreender o desafio de apreender as

particularidades, as novas transformações e as dificuldades de atribuir uma definição para as novas ruralidades se estiverem vinculados ao antigo debate de transformações extinção da tradição rural que, para alguns, estaria sendo destruída pelo desenvolvimento capitalista, dando lugar aos padrões urbanos resultando na homogeneização e uniformização dos padrões de vida associando a descaracterização da cultura rural dispendo-se do *continuum* do mais urbanizado sobre o rural.

Do ponto de vista metodológico, nosso trabalho perpassou pela História Oral, pelo levantamento de dados em torno do bairro rural Taquaruçuzinho, a relação familiar e os laços destes com os centros urbanos buscando compreender as formas cotidianas de estar no campo com as novas releituras da organização do meio rural por meio de cinco entrevistas com as famílias que permanecem morando neste bairro rural que auxiliou também as o entendimento das permanências em movimento de algumas famílias que possuem propriedades neste local.

CAPÍTULO 1: Bairros rurais e os Sitiantes no Estado de São Paulo: breve análise histórica.

Com as novas transformações do mundo rural e os estudos da Sociologia, mais especificamente nos estudos da Sociologia Rural, oferecem elementos para pensar as mudanças no campo e a transformação social pela necessidade da compreensão de problemas referentes a este tema. Segundo Aldo B. Solari (1973) a Sociologia Rural dispõe de análises para a abrangência dos traços constantes e universais de leis gerais próprias da sociedade rural, ocorrendo ou não de maneira diferente no meio urbano. A compreensão dos traços específicos dos fenômenos sociais rurais pode ser entendida com a colaboração do conjunto de variadas ciências, portanto, a economia rural, a geografia rural, a ciência da administração, a ciência jurídica, auxiliam a sociologia rural sem confundirem com o objeto próprio da disciplina. É apontado também por Solari os traços diferenciais e fundamentais das sociedades rurais e urbanas, no qual, mesmo existindo transformações no meio rural essas mudanças são meramente componentes adicionais, sendo que, os indivíduos estão ativamente vinculados em atividades agrícolas e não industriais, assim, traçando características que diferenciam da cidade, devido a ligação direta com a terra (1973, p.5 e 6).

Nessa perspectiva, as transformações provocadas na comunidade rural pela intensificação com o mundo urbano não resultam na descaracterização do indivíduo, as mudanças de hábitos, costumes e mesmo a percepção de mundo não implica na ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social. A diversidade assegura a identidade do grupo que experimenta uma consciência de si na relação de alteridade com os “de fora”. Os efeitos modernizadores e a expansão da “racionalidade urbana” provocada pela forma de trabalho e da produção capitalista, leva a questão da necessidade de romper com a referência da cultura urbano-industrial e não congelar o conceito de “camponês” como “modo de vida”. Tal distinção acaba por reduzir a compreensão da dinâmica social como lembra Maria José Carneiro no artigo “*Ruralidade: novas identidades em construção*” (2007; p. 55 à 58).

Contudo, antes de entrar nas discussões sobre ruralidades levantadas por autores como Maria José de Carneiro (que abordaremos mais a frente) a construção da histórica do meio rural paulista perpassou também por fatos como o ciclo do café e as estradas de ferro,

episódios dos quais, estão ligados à abrangência do assunto e suas ramificações no que vem a ser a identidade rural de cada região paulista e como as cidades do centro oeste do Estado estão organizadas.

Em uma entrevista realizada em 2001³ Antônio Candido elabora uma análise sobre a construção do termo “*os caipiras*”, Candido discorre sobre fatos históricos que contribuíram para tal termo e destaca que a unidade básica da cultura caipira não estão vinculados a vila, casa ou a família, mas sim ao bairro rural, uma porção de território povoada de maneira espalhada que não há contato imediato entre os moradores, mas na qual, todos se sentem pertencentes da mesma comunidade. Essa concepção de morador do campo, *o caipira*, não necessariamente o morador do Estado de São Paulo em si, mas também abrange moradores da grande parte de Goiás, Mato Grosso, Paraná e de certa maneira regiões do Espírito Santo e Rio de Janeiro compõem a área chamada de *Paulistânia*⁴. Sobre este assunto Antonio Candido aponta na obra “Os Parceiros do Rio Bonito” (2010):

Da expansão geográfica dos paulistas, nos séculos XVI, XVII e XVIII, resultou não apenas incorporação de território às terras da Coroa portuguesa na América, mas a definição de certos tipos de cultura e vida social, condicionados em grande parte por aquele grande fenômeno de mobilidade. Basta assinalar que em certas porções do território devassado pelas bandeiras e entradas – já denominado significativamente Paulistânia – as características iniciais do vicentino se desdobraram numa variedade subcultural do tronco português, que se pode chamar de “cultural caipira” (CANDIDO 2010; p. 43).

Sobre a compreensão da formação cultural do povoamento paulista Antonio Candido ainda destaca que:

O ponto de partida para compreender essa situação deve ser buscado na própria natureza do povoamento paulista, desde logo condicionado pela atividade nômade e predatória das bandeiras. Do ponto de vista deste estudo, o bandeirismo pode ser compreendido, de um lado, como vasto processo de invasão ecológica; de outro, como determinado tipo de sociabilidade, como suas formas próprias de ocupação do solo e determinação de relações intergrupais e intragrupais. A linha geral do processo foi determinada pelos tipos

³Entrevista está disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=zm3Pz8qxqNA> acessado em 10/11/2018

⁴Termo usado pelo historiador Alfredo Ellis Junior (1960) para se referir à extensão que abrange o ciclo do café no sudeste brasileiro.

de ajuntamento do grupo ao meio, com a fusão entre herança portuguesa e a do primitivo habitante da terra. E só a análise desse processo pode dar elementos para compreender e definir a economia seminômade, que tanto marcou a dieta e o caráter do paulista. (CANDIDO, 2010; p. 44)

Seguindo o raciocínio da entrevista de 2001, Candido afirma que para manter as características tradicionais da cultura rústica foi preciso a ocorrência de condições, sendo uma delas, o isolamento. A área controlada pelos paulistas era de grande extensão e este mesmo paulista praticamente já havia percorrido outras áreas brasileiras, portanto, sua principal característica ficou sendo o nomadismo e o isolamento. A tarefa dos bandeirantes foi considerada para Antonio Candido como uma ocupação economicamente voltada para o mercado. A atividade de aprisionar e vender índios ampliou a sede de território do bandeirante, contudo, quando esta atividade perdeu forças perante o mercado o bandeirante deixou de ser protagonista econômico para ser trabalhador de si mesmo, o bandeirante atrofiado. Para compreender este ponto levantado pelo autor na entrevista analisada segue o trecho da obra:

[...]o abrandamento dos costumes veio com hábitos sedentários da agricultura, estabelecida como ocupação central no século XVIII, tendo parte assinalada o governo do morgado de Mateus, que aliás se gaba, no documento citado a pouco, de haver efetivamente promovido a amenização nos costumes dos seus governados. A população pobre dos campos, todavia, permaneceu arisca e mal polida, e o mesmo capitão-general costumava atribuí-lo à reação contra o recrutamento, que levava o paulista a fugir ao contacto social e desconfiar de todos. É possível, ainda, que os desocupados com o fim da expansão bandeirante e o interregno de decadência que mediou até a implantação da lavoura canavieira, nos meados do século XVIII, contribuíssem para difundir uma atmosfera de desconfiança, costumes violentos e segregação. O fator principal se encontra, todavia no próprio tipo de economia e povoamento, que ilhava as choupanas e os bairros pela agricultura itinerante de subsistência. (CANDIDO, 2010; p.51)

Assim, a concepção de bairro rural para Antonio Candido está relacionada a:

Esta é a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentido de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas uma das outras, sugerindo por

vezes um esboço de povoamento ralo; e podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega. O viajante, de antigamente e de agora, é por isso levado muitas vezes a uma ideia exagerada da segregação em que vive o caipira, quando, na verdade, era raro, e foi-se tornando excepcional, o morador não interligado em agrupamento de vizinhança. Há, de fato, bairros de unidade frouxa, que poderíamos denominar centrífugos, propiciando um mínimo de interação; outros ao contrário, de vida social e cultural mais rica, favorecendo a convergência dos vizinhos em atividades comuns, num ritmo que permite chamá-los de centrípetos. Este sentido do termo bairro parece ligado diretamente à área caipira, não ocorrendo, ao que eu saiba, noutras regiões do Brasil. Mesmo em São Paulo, não ocorre, ou ocorre esporadicamente nas zonas novas, sendo francamente usado apenas nas mais velhas. Encontrei-o também no sul e oeste de Minas, faltando dados sobre Goiás e Paraná, nas partes destes estados que devem a sua formação histórica ao São Paulo antigo. (CANDIDO, 2010; p 76)

Deste modo, bairro rural:

Mas além de determinado território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, o *sentimento de localidade* existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercambio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico – “O que é bairro?” – perguntei certa vez a um velho caipira, cuja resposta pronta exprime numa frase o que se vem expondo aqui: - “Bairro é uma espécie de naçãozinha.” – Entenda-se: a porção de terra a que os moradores tem consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras. A convivência entre eles decorre da proximidade física e da necessidade de cooperação. (CANDIDO 2010; p. 79)

Aspectos levantados sobre construção histórica no território do estado de São Paulo devido às transformações a partir do século XVIII e o que vem a constituir como um bairro rural, já levantado anteriormente, segundo Candido, ofereceu também elementos para ampliar as análises aqui feitas. Para a pesquisadora Maria Isaura de Queiroz (1973) a entrada das massas de imigrantes nos finais do século XIX permitiu a permanência de pequenos produtores autônomos, caráter principal para distinguí-lo do camponês e do agricultor, ou de outras categorias rurais como fazendeiro ou grande agricultor.

Assim, Queiroz (1973) expande o conceito de bairro rural através das pesquisas feitas em municípios do Estado de São Paulo (Taubaté, Leme, Paraibuna e Itapecerica),

permitindo organizar um novo olhar sobre as influências recíprocas entre meio rural e urbano que contestam a hipótese de desagregação do campo pelos centros mais desenvolvidos. A autora ainda destaca que qualquer pesquisa sobre bairros ou outros grupos rurais deve ter como início uma pesquisa sobre o município ou a zona, a fim de poder ajuizar o significado e a posição, em seu interior, das unidades que se pretende estudar (1973; pg: 122). Portanto, ao longo deste trabalho focamos na construção histórica do município de Cândido Mota e o distrito Frutal do Campo como método buscar hipóteses sobre o bairro rural aqui pesquisado.

Segundo Queiroz, a análise das ligações entre bairros rurais e as sedes de seus municípios possibilitaram a compreensão da realidade da época, a antiga localização da civilização caipira em confronto com sua localização atual e o processo de aculturação que podem ocorrer nos bairros rurais, porém, isso não justifica que ocorra uma marginalidade econômica, social ou sinais de isolamento na vida dos sítiantes estudados e analisados pela autora. A integração econômica entre campo e cidade demonstra que os sítiantes estão plenamente integrados a cidade, sua participação se regula pelos princípios da civilização caipira e não pelos princípios da civilização moderna, são produtores e consumidores e respondem pelas exigências burocrático-legais em seu meio (QUEIROZ, 1973, p. 87).

Em sua hipótese, Maria Isaura de Queiroz faz uma observação apontando que seria necessária a complementação da ideia defendida por Antonio Candido sobre bairros rurais decadentes, assim, é preciso verificar bairros rurais de sítiantes prósperos posto como necessários ou que esta em outras perspectivas na sua relação com a cidade (1973; p:127).

Outro fator questionado e analisado por Maria Isaura Pereira Queiroz foi o isolamento (elemento estudado por Candido), para este o bairro é uma porção de território povoada de maneira muito espalhada, o morador rural isolado e sem contatos periódicos com os centros urbanos se encontra em função das necessidades comunitárias do bairro. Já na pesquisa de Queiroz, no sertão de Itapecerica em 1963, mostra que tal isolamento não exprimia a realidade. Sendo assim, para a autora:

Os sítiantes tradicionais, como os modernos, estavam em constante circulação dentro de uma região, solicitados a sair de seus bairros ora pelas atividades econômicas, ora pelas praticas religiosas, mas servindo-se de todos os pretextos para não ficarem isolados dentro de seus grupos de vizinhança. (QUEIROZ, 1973; p. 129)

De tal modo, tais as questões apresentadas para compreender como se constitui um bairro rural e o sitiante tradicional, a geógrafa Nice Lecocq Müller (1951) oferece elementos conceituais sobre o *sitiante*, questão levanta por ela e trabalhadas por Queiroz, é definido como todo o pequeno produtor rural responsável pela sua lavoura, tem contato direto com a terra com ajuda (ou não) da família. Localizado no Estado de São Paulo (e na região sudeste em geral), baseado na organização e nas relações de trabalho, estão fundamentadas em análises sociológicas. O conceito de *sitiante* perpassa pela opinião do próprio homem do campo a seu respeito. A autora reafirma o conceito levantado por Ruy Miller Paiva e Mário D. Homem de Melo, na qual, coloca sua concordância com estes autores destacando em sua pesquisa que: “*o sitiante é todo o pequeno produtor rural que, responsável pela lavoura, trabalha direta e pessoalmente a terra com a ajuda de sua família e, ocasionalmente, de alguns empregados remunerados*” (MÜLLER, 1951; p. 28)

Müller salienta que não seria o número de alqueires que fará de um proprietário de terras um sitiante, mas sim, como este desenvolve no solo, o volume da produção e da área plantada serve como critério de classificação em algumas regiões como a zona cafeeira de Rio Preto (SP). Essas atribuições demonstram a separação entre trabalhadores rurais assalariados dos que não possuem funções como ser responsável pela lavoura, escolher o que será plantado e deter dos métodos de empregar trabalhadores no campo estando sujeito a fiscalizações. Isso indica que mesmo existindo essa diferenciação o sitiante proprietário, segundo a autora, ainda é confundido com o pequeno proprietário devido o número de alqueires que possui (1951; p. 28).

Com estes elementos conceituais sobre os sítiantes por Müller, voltamos no ponto discutido por Queiroz (1973) sobre o isolamento destes moradores, mesmo sendo presente, mas, não algo que se manifesta em todos os bairros, o aparecimento do trabalho assalariado registrados pela autora em suas pesquisas no bairro de Taquarí, no município de Leme (SP) demonstra a influência da sociedade global, porém, age mais como uma fornecedora de sugestões para os antigos costumes nos meios de produção ou do que a anulação do bairro pela ação da cidade. A dinâmica interna de cada bairro rural dita sua modificação e a sua maneira de ser (1973; p:141-142)

Entretanto, Maria Isaura destaca que no Vale do Paraíba durante o século XIX a disseminação de grandes fazendas monocultoras numa área de bairros rurais foi a decadência dos pequenos sítiantes, as grandes fazendas ao se instalarem ocasionaram a desorganização de grupos de vizinhanças, com ela também, foi trazido a extinção do

folclore. Foi durante os anos finais do século XIX viajantes que percorriam o Vale não discorreram sobre a existência de *sitiantes* nem a existência de folclore, tão pouco pessoas nascidas na região. (QUEIROZ 1973; p. 137)

Tais conceitos indispensáveis dos três estudiosos citados anteriormente, outra autora que elaborou se debruçou sobre o tema no sentido de formular um questionamento sobre uma determinada comunidade foi Lia Freitas Garcia Fukui (1979), tal autora baseou-se e se diferenciou dos conceitos levantados por Antonio Candido, Nice Lecocq Müller e Maria Isaura Pereira de Queiroz para oferecer elementos para uma análise dos laços familiares entre os membros dos bairros rurais brasileiros que conservaram uma forma de civilização tradicional, a respeito do parentesco com ligações consanguíneas e das famílias de *sitiantes*. Na apresentação feita por Maria Isaura P. Queiroz no trabalho de Fukui (1979; p.17) os dois conceitos – *sitiantes* e *bairros rurais*- permitiu para a pesquisa de Fukui fez uma análise adequada das famílias tradicionais, na qual, a pesquisa de campo permitiu-lhe reconstruir o passado das famílias estudadas através registros paroquiais chegando à hipótese de haver uma ampliação social do bairro rural pesquisado por ela mesmo estando na mesma zona rural e a diversificação do relacionamento das famílias com o mundo exterior.

No trabalho de Fukui (1979) buscou-se dissociar, em linhas gerais, o que caracterizam as áreas de fazendas e dos sítios. A partir desde ponto destacado pela autora, buscamos justificar o nosso campo de pesquisa seguindo a ideia de Fukui:

A literatura sócio-antropológica sobre o meio rural brasileiro oferece informações suficientes que permitem traçar as linhas gerais das estruturas sociais que caracterizam tanto as áreas de fazendas, voltadas principalmente para a agricultura de exportação, como as áreas de sítios, orientadas, principalmente, para a agricultura de subsistência ou para a agricultura de abastecimento. (FUKUI, 1979; p. 65)

Portanto, para a autora, o que caracteriza alguns povoamentos tradicionais, sejam fazendas ou sítios, depende de um jogo de circunstâncias que levam em conta fatores essenciais da valorização econômica dada à região, os recursos e braços do grupo familiar, o uso de maquinário e acúmulo de capital. Assim, a configuração de um bairro rural:

O Bairro rural tem suas bases físicas em uma área de habitat disperso, dispondo de um núcleo que serve de fixação à população.

O núcleo em geral é formado de “uma igreja ou praça”, possui um “patrimônio” – constituído de um plano de futura povoação de onde lotes ou datas são arrendadas a famílias que ali desejam fixar residência, por muito tempo ou para a perpetuidade. “As famílias são, portanto, proprietárias das casas e não do terreno, e o pagamento do foro é destinado à construção ou conservação da capela, ao estabelecimento de um cemitério, ou organização de festas.” (FUKUI, 1979; p: 66)

Ainda segundo a autora, os bairros rurais proporcionam o mínimo de interação, reuniões, festas, trabalho. Durante os trabalhos agrícolas a população se atenta ao trabalho na roça vivendo assim o “ritmo da terra” de maneira igualitária. Quando, em algum momento, o trabalho não traz o sustento mínimo da família uma das opções é a mudança, fecham a casa, fica o vizinho incumbido de zelá-la (FUKUI, 1979; p. 69) ou tornam-se uma espécie de caseiros de propriedades que ficam próximas à antiga casa, como aconteceu com um dos entrevistados para esta pesquisa e que será retratada no capítulo três deste trabalho.

Numa perspectiva metodológica, as pesquisas de Antonio Candido (1964); Maria Isaura de Queiroz (1973); Nice Lecocq Müller (1951) são referências sobre as quais desenvolvemos a nossa pesquisa, tanto para analisar as relações de trabalho dos sítiantes, quanto do entorno do bairro rural Taquaruçuzinho. Ao se tratar destes conceitos sociológicos é preciso levar em conta os entornos do bairro, bem como seus laços com os centros urbanos e o relacionamento do grupo familiar com estes centros e com bairro rural (FUKUI, 1979; p. 82).

Sob a luz destes conceitos fundamentais para compreender a dinâmica do meio rural brasileiro, em específicos bairros rurais do estado de São Paulo, formulamos dois questionamentos a serem analisados: A expansão da monocultura na região estudada tem desterritorializado os moradores do bairro rural de Taquaruçuzinho? É possível que os moradores deixem seus trabalhos para trabalhar na monocultura? Assim, com estes questionamentos norteadores buscamos nas entrevistas fundamentação para compreender a permanência dos moradores do bairro rural de Taquaruçuzinho.

1.1 Do complexo cafeeiro para as novas formas de modernização do campo.

Neste subitem verificamos como o debate sobre formas capitalistas de se produzir no campo perpassou por teóricos a fim de chegar em hipóteses sobre as raízes no capitalismo no meio rural, tais etapas que levaram as mudanças no modo de produzir até nas políticas de crédito rural. O industrializar-se, como aponta Samir Amin, ofereceu uma consciência empresarial no complexo cafeeiro que impulsionou a industrialização e a urbanização no Estado de São Paulo, influenciando também a região estudada, assim, os grandes papéis que as ferrovias e a produção de café representavam não surgiram sem a influência de um contexto, uma herança econômica, social e cultural.

A produção de café cresceu rapidamente e se tornou o motor do desenvolvimento capitalista, em números, chegou a ultrapassar cinco milhões de sacas por ano no Brasil⁵ e o deslocamento geográfico para o Estado de São Paulo foi inevitável. Tal mudança ocorrera, devido as transformações na forma de produzir, a mecanização e o trabalho assalariado. As características brasileiras capitalistas na forma de produzir vinham tomando forma interferindo tanto na mecanização da produção como na transferência do trabalho escravo (que vinha perdendo forças) para o trabalho assalariado dos imigrantes que aqui chegaram em massa. A forma de contratar estes trabalhadores permanecia em documentos no escritório de imigração, dando garantia para quem vinha de fora, uma segurança, que da qual, os imigrantes brasileiros não adquiriam no complexo cafeeiro, era praticamente nulo o número de trabalhadores brasileiros nos anos finais do século XIX. Nas primeiras décadas do século XX o percentual de trabalhadores brasileiros chegava a 5,5% da sua totalidade. Até o ano de 1927, representava um percentual de 23,4% de imigrantes brasileiros que vinham de outras regiões do país (SILVA, 1976; p.50-52).

Algumas das principais dificuldades teóricas na discussão dos problemas da sociedade agrária no Brasil, da qual se busca entender, até nos dias atuais, a solução destes dilemas teóricos profundos resultam da fonte teórica básica das relações sociais e de produção que estão estruturadas num modelo capitalista ou pré-capitalista. Um dos caminhos encontrados para abarcar tais questões teóricas foi compreender o salto do processo da agricultura europeia após as Grandes Guerras. Samir Amin (1986) utiliza o termo

⁵ Sergio Silva ainda destaca uma evolução da produção de café no Brasil de 1821 à 1900. Segundo as fontes apresentadas pelo autor, nas décadas de 1821-1830 a produção no país foi de 0,3 milhões de sacas de café, quase setenta anos à frente, de 1891-1990 esse numero salta chegando a produzir 7,2 milhões de sacas de café no território brasileiro (1976; p. 49).

“industrializa-se” para se referir à divisão das etapas que levaram mudanças no modo de produzir. Segundo o autor, as três etapas distingue-se, pois a primeira é qualificada como mercantilismo (que vai do século XV ao XIX); a segunda como modo de produção industrial (século XIX) e a terceira que se caracteriza pela “industrialização” da agricultura (século XX) que leva o autor a tese de que:

As relações de produção capitalistas aparecem inicialmente na vida rural, mas limitada pela resistência do modo de produção feudal; em seguida, estas relações se transportam para o campo de atividades novas, a indústria urbana, onde assumem forma definitiva e abandonam a agricultura. Enfim, apropriam-se de toda a vida social e integram a agricultura de forma tal e muito mais profunda. Este movimento oscilante caracteriza a história das relações do capitalismo com a agricultura nas formações capitalistas centrais. (AMIN, 1986; p. 21)

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura europeia serve de base para abranger nosso campo teórico aqui estudado, a fim de traçar aqui um caminho de referências para a discussão da modernização no campo e os problemas que ela carrega. Os dilemas entre capitalismo e feudalismo nos modos de produção apontados por José de Souza Martins (1969) enriquecem o debate e como bem coloca Samir Amin “a discussão precisa caminhar para a dominação do modo de produção sobre a agricultura quanto capitalismo agrário” para obter elementos suficientes para analisar o conjunto de consequências que desembocam no pequeno agricultor que vem sendo contido por esta dominação nos dias atuais (1986; p. 10).

Samir Amin se utiliza das teses desenvolvidas por Kautsky, Lênin e Chayanov⁶ para formular suas hipóteses sobre as influências diretas do capitalismo na agricultura. Segundo Amin nas suas leitura sobre autores, Kautsky apontou caminhos para constatar que a pequena exploração camponesa, o trabalhador produz por ele mesmo, ao contrário do assalariado, em termos da dominação do capitalismo industrial sobre formas rurais não-capitalistas ou pré-capitalistas, Lênin apontava para uma proletarianização dos camponeses e

⁶Os autores citados e analisados por Samir Amin estão referidos na nota de rodapé em sua obra, mas das quais não obtive contato, somente pela apreciação deste: A. V Chayanov. *The Theory of Peasant Economy*. D Thorner and allii. Chicago, 1996; *Peasants and peasant societies*, Teodor Shanin editor, Penguin, 1971. Karl Kaautsky. *La question agraire*. 1º edição alemã. 1898. Lênin. *Le développement du capitalisme em Russie*. 1º edição russa. 1899. (AMIN, 1986; p. 26).

Chayanov analisa um modo de produção camponês, não-capitalista e que a unidade elementar é constituída por famílias de camponeses (AMIN, 1986; p. 26 e 27)

Estes caminhos teóricos traçados por Samir Amin servem para o entendimento da configuração do domínio do modo de produção capitalista, assim, para o autor, é a partir da terceira fase, que a subordinação da agricultura ao capital se desenvolve. Primeiramente, este capital impõe ao produtor agrícola um programa de trabalho preciso através da padronização dos produtos, concentração de redes de coleta e comercialização, uma produção global para atender uma melhor gestão política da sociedade. Numa segunda posição, a condição de subordinação da agricultura é de natureza política, o capital precisa responder aos anseios e alianças de classes com a produção fundiária. Ainda, segundo o autor, a agricultura indígena na América Latina, foi transformada em uma agricultura de latifúndios capitalistas exportadores que, no caso do Brasil, a produção cafeeira. (AMIN, 1986; p. 32-34)

A dificuldade teórica ao definir o ponto de partida dessa herança econômica, social e cultural do meio rural brasileiro expressada por José de Souza Martins (1969), esta relacionada aos resultados da integração direta entre o rural e o urbano, o atraso agropecuário e o avanço do progresso urbano-industrial e os objetivos do capital e os objetivos pessoais confundindo-se por via de valores. Um dos questionamentos levantados por Martins, sobre esta incógnita entre o atraso e o avanço, foram expressados nas observações feitas no município de Facão cuja economia está voltada para a produção de leite. Nas palavras do autor:

A duplicidade foi constatada em Facão, município cuja economia esta voltada para a produção de leite e de gêneros de subsistência como milho e o feijão. Ai, frequentemente, os objetivos do capital e os objetivos pessoais confundem-se por via de valores: as ações são racionais com relação a valores e estes valores estão frequentemente associados a “lucro”. No entanto, o analfabetismo bloqueia a utilização de um instrumento fundamental para o exercício da racionalidade capitalista: a contabilidade de custos baseada na escrituração. É feita e retida uma “contabilidade” de memória que não de efetiva, em geral, como previsão ocorrendo apenas no momento da comercialização. É nesse momento que se dá um confronto alcançado. (MARTINS, 1986; p. 125)

A funcionalidade do ponto de vista econômico, social e cultural do empreendimento agrário brasileiro reflete a estrutura colonial na sua configuração, o

campo ideológico precisava satisfazer as expectativas da população de situação urbana, corresponder ao crescimento deste com o desenvolvimento indústria. Para Martins, as medidas do governo e questões ideológicas⁷ interviram diretamente na modernização do campo.

Outro fator destacado por Martins está relacionado à ignorância e o analfabetismo que passaram a ser ressaltados no homem rural como obstáculos, assim, foi criando-se métodos para avançar a modernização no campo, a valorização do “moderno” contra o “tradicional” - tanto na literatura como na Sociologia brasileira- para criar assim uma ideologia da urbanização pela negação do mundo rural recente.

O diagnóstico refluí para a modernização “das mentalidades”, para a utilização “ótima” das condições *dadas* e, portanto, para a identificação do problema no nível cultural. Diversas publicações periódicas ou avulsas, destinadas a população rural, utilizam um universo de linguagem próprio do homem urbano e referem-se à modernização sem o seu aliado fundamental: o capital e a sua reprodução. É, aliás, a mesma linguagem dos técnicos ligados à modernização agropecuária (extensionistas, assistentes sociais rurais, comunicadores). Surgem daí os temas como “resistência à mudança”, personalidades apáticas, etc. e é em função dessas concepções que a ação modernizadora é desencadeada. (MARTINS 1969; p. 131)

Os caminhos percorridos para se chegar de fato as vias de um capitalismo no campo, especificamente no Estado de São Paulo, alcançaram os altos picos no complexo do café coincidindo com o declínio da escravidão, que para José de Souza Martins derivam algumas questões relacionadas à produção social e a apropriação privada⁸. O auge e a

⁷ Para o autor, a filosofia econômica não-protetionista legitimou a intervenção nos preços da economia agrária na políticas de governo de 1964. Ele exemplifica que no estado do Paraná, um ministro se utilizou de conceitos teóricos weberianos para exemplificar a racionalidade do caráter tradicional da agricultura na fixação de preços nos gêneros de “primeiras necessidades” (MARTINS, 1969; p. 130).

⁸ Nas colocações de Jose de Souza Martins (1986) com o declínio da escravidão e o surto industrial, no conjunto social elaborou a consciência empresarial. Foi preciso o fazendeiro sair da fazenda e viver no meio urbano para passar a racionalizar em termos de capital e não em termos de propriedade passando a fazer investimentos no comércio, nas finanças e na indústria e não necessariamente com origem camponesa. Martins cita o grupo Matarazzo que teve origem industrial-comercial, na qual, fez investimentos diretos na cafeicultura para exemplificar o *empresário*. Ele destaca que tentar explicar as mudanças no comportamento econômico urbano e as mudanças na concepção econômica rural do fazendeiro é cair no erro da generalização. O fazendeiro “tradicional” (empresário) que pode criar mudanças artificiais conforme a concepção urbana, mas que na concepção social ainda continuará vinculada a uma sociedade rural com intuito de somente consumir os produtos urbanos que para Martins seria o fazendeiro (anti- empresarial). E o “moderno” fundamentalmente reedificadas e vinculadas ao desenvolvimento urbano, com função ao desenvolvimento industrial, pelos exemplos citados pelo autor no município de Camanducaia Paulista, em

decadência do complexo do café deveram-se ao esgotamento geográfico, o enfraquecimento em moldes de operação de cunho comportamental e empresarial que foi projetada sobre os fazendeiros de café, quando este não conseguia colocar economicamente seu produto no mercado para atrair investimentos, suas alternativas eram buscar na mão-de-obra de estilo tradicional o baixo empenho na multiplicação da rentabilidade de fatores do produto, se tal fazendeiro se encaixasse em tal situação, segundo Martins, agravaria de forma negativa sua imagem de liderança da produção cafeeira, levando-o assim, ao “isolamento”, um caráter anti-empresarial da economia do cafeicultor (MARTINS, 1986, p. 139).

Numa outra análise sobre a mesma questão, Sergio Silva (1976) discorre que o capital agrário apresentou diversos aspectos que se interligava com o capital industrial, comercial e bancário. Estes três aspectos contribuíram para o desenvolvimento do capitalismo. Enquanto para José de Souza Martins, a organização do complexo cafeeiro influenciava diretamente as ações e os rumos financeiros do fazendeiro. Assim, para Sergio Silva, tais aspectos correspondiam a diferentes funções autônomas no desenvolvimento do capitalismo, que segundo ele:

Esses diferentes aspectos, correspondem a diferentes funções do capital e tendem, com o desenvolvimento do capitalismo, a constituírem funções relativamente autônomas, preenchidas por capitais diferentes – o capital agrário, o capital industrial, etc – e frações de classe particulares (a burguesia agrária, burguesia industrial, burguesia comercial, etc.). na economia cafeeira, caracterizada por um grau ainda fraco de desenvolvimento capitalista, essas diferentes funções são reunidas pelo capital cafeeiro e não definem (pelo menos *diretamente*) frações de classe diretamente autônomas: não havia uma burguesia agrária cafeeira, uma burguesia comercial, etc., mas uma burguesia cafeeira exercendo múltiplas funções. (SILVA, 1976; p. 60)

Tais pontos ressaltam a dominação e na importância das funções comerciais do capital cafeeiro refletindo diretamente na divisão burguesa cafeeira. Os grandes capitais abarcavam a camada superior da burguesia (burguesia comercial) e os médios capitais, submetiam a camada inferior da burguesia - aproximava de uma simples classe de proprietários- resultante de um fraco nível de produção. No entanto, os maiores produtores de café e as grandes plantações (propriedades do grande capital) ainda pertenciam ao

que a proximidade da capital influência o mercado consumidor no que diz respeito ao turismo, existência de uma infra-estrutura econômica que estimula o acesso ao mercado.

grande fazendeiro que fazia parte da camada superior da burguesia. Em termos teóricos, a realidade econômica cafeeira, a aproximação do capital agrário e o capital comercial não ocorreram de forma concreta, mas, elas não se constituíram de maneira autônoma. A relação entre o trabalho assalariado e a mecanização nas plantações exemplifica esse distanciamento, uma vez que, no Brasil a dominação do capital comercial ilustrava sua posição de *exportador* de produtos agrícolas no seio da economia mundial, sendo assim, com uma forma capitalista fraca a dependência em relação ao mercado mundial se revelava, por fim, ressaltando a importância e o papel dominante do comércio na economia cafeeira do Estado de São Paulo e nacional (SILVA, 1976 p. 61 e 62).

Com o alto custo de vida, a desvalorização monetária e as altas taxas de importações forçaram, já nos primeiros governos republicanos, a busca de alternativas financeiras, uma operação de *funding-loan*⁹, encontrando assim uma estabilidade relativa e a recuperação da moeda brasileira ao longo dos vinte primeiros anos do século XX. A partir daí, uma participação mais direta do capital estrangeiro foi ganhando espaço no desenvolvimento capitalista, conseqüentemente, ampliou o número de bancos estrangeiros, tornando-se dominante ao nível da comercialização do café, mas, sem predomínio sobre a produção. (SILVA 1986; p. 67- 69)

O desenvolvimento das plantações de café se fez pelo desenvolvimento capitalista. Problemas com terras que já possuíam proprietários e terras que não possuíam proprietários (do ponto de vista jurídico) causaram e foram consolidadas com a expansão capitalista baseada na cafeicultura. “*Uma terra que não tinha proprietário reconhecido juridicamente era considerada como uma terra não ocupada, uma terra que não pertencia a ninguém.*” (SILVA, 1986; p. 71). Assim, que a burguesia cafeeira tomou por si tal conhecimento, à medida que se deslocam para o interior do país apropriar-se de terras sem registros tornando-se um bom (e fácil) negócio:

Assim, de um dia para o outro, essas terras tornavam-se sua propriedade e eles podiam nelas estabelecer o café. Como essas terras jamais haviam “pertencido” a alguém, a lei estava do lado do proprietário. Tratava-se simplesmente de expulsar os ocupantes. Para isso, a burguesia cafeeira empregava homens hábeis no gatilho. Se a resistência era muito grande, ela apelava para a milícia estadual ou mesmo para o exército./ Entre os ocupantes incômodos das terras

⁹ *Funding-loan* associasse a um tipo de empréstimo financeiro da época, realizada em julho de 1898, logo após, o governo suspendeu o pagamento de juros de dívidas antigas por treze anos adotando uma política de estabilização (SILVA, 1986; p. 63)

desocupadas, havia brasileiros de origem europeia mais ou menos distante (alguns já mestiçados com indígenas ou negros), que viviam fundamentalmente apoiados numa agricultura de auto-subsistência. Havia também indígenas. Esses últimos estavam nessas terras há séculos. Alguns deles, algumas tribos, ofereciam forte resistência aos novos conquistadores e foi necessário mobilizar tropas importantes e travar verdadeiras batalhas para que essas terras se tornassem realmente disponíveis para as plantações de café. (idem, 1986; p.71)

Aos que já eram proprietários de terras a solução era integrar-se a expansão cafeeira ou vender a propriedade. Em suma, quando o café tomava caminho não havia muita escapatória, precisavam se adequar ao complexo cafeeiro e se não possuíssem recurso precisavam recorrer aos ricos comerciantes de Santos, caso contrário, vendiam as terras com um valor bem mais “generoso”. A terra em si não continha o valor antes de agregar valor a ela, a dominação de relações capitalistas na expansão do café refletiu a apropriação da terra pelo capital (SILVA, 1986; p. 72-73).

Deste modo, Sergio Silva conclui que, a disponibilidade de terras em geral não bastou para as fases iniciais do capitalismo. As terras precisavam ser disponíveis para o capital, para o rápido desenvolvimento de caráter extensivo com intuito de expandir a monocultura cafeeira, com foco no fortalecimento comercial. Em suma, a produção precisaria estar vinculada com o desenvolvimento do mercado mundial, respondendo aos anseios internacionais. O capital não é a soma das produções individuais, mas sim, algo global, antes mesmo de ser individualizado.(AMIN,1986; p. 32).

Já a partir de 1945, com as experiências democráticas ocorridas no Brasil, tais como: novidades e projetos políticos ousados, a criação de novos partidos, a livre importação de mercadorias e promessas de progresso¹⁰ disputou a preferência dos eleitores e proporcionou mudanças econômicas, sociais e políticas da época. Tais novidades permitiram também que diversas pesquisas fossem realizadas e um destes estudos possibilitou a comparação e repartição de renda no Brasil entre 1960 e 1970, demonstrando

¹⁰ Um período de reestruturação democrática e eleições no Brasil, o cenário nacional passou por variadas modificações após a saída de Getúlio Vargas, porém com sua volta em 1950 teve como objetivo ampliar e recuperar a economia nacional com a disponibilidade de capital para as áreas de infraestrutura, setor rodoviário e energia, bem como a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952, Petrobrás em 1953 e o início de projeção da Eletrobrás em 1954. Logo após, no período de 1956 à 1961 Juscelino Kubitschek assume a presidência com projetos ousados que proporcionou mudanças no âmbito econômico com um plano de ação que trazia como lema “cinquenta anos em cinco”, investimentos e incentivos no setor da indústria, automobilístico, bens de consumo duráveis propondo e fazendo empréstimos a centros financeiros americanos.

que o desenvolvimento da economia beneficiava uma minoria em detrimento da grande maioria da população¹¹.

Entretanto, diante de tais novidades, segundo Francisco de Oliveira na obra *“Crítica a Razão Dualista. O ornitorrinco”* (2003, p. 83 e 84), a economia foi internacionalizada, possibilitou empresas multinacionais instalarem suas filiais controlando setores importantes da indústria, sendo uma das apostas para o “progresso”. O crescimento do produto real da indústria aumentou, mas o governo não conseguiu frear a dívida externa. Tais fatores contribuíram para acelerar as migrações em direção aos grandes centros urbanos, mas o salário dos trabalhadores não acompanhou todo esse crescimento e a taxa de exploração de força de trabalho aumentou. Esta expansão econômica contribuiu para uma divisão do trabalho que favoreceu a urbanização.

As exigências de leitura, boa escrita e o entendimento sobre o trabalho realizado ampliou-se, e aqueles que precisavam se inserir no mercado de trabalho deveria se adequar nas novidades de cada setor profissional. A necessidade de qualificação levou muitos trabalhadores a procurar os grandes centros urbanos, só 17% destes trabalhadores ficavam com o trabalho na agricultura, enquanto a maioria já morava em grandes centros urbanos. A região da grande São Paulo foi um dos mais significativos do período, como apontado pelos autores João Manuel Cardoso Mello e Fernando Novais no trabalho: *“Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna”* (1998, p. 597).

Deste modo, a pretensão pelas “vantagens” na vida urbana levou migrantes das áreas rurais a procurarem a sua inserção no mercado de trabalho, porém, aqueles que não apresentavam formação profissional trabalhavam com serviços que não exigiam tantas qualificações, como por exemplo, na construção civil e serviços domésticos. A remuneração era baixa e ter a carteira assinada já seria um avanço. Assim,

A entrada do migrante rural no mercado de trabalho se dá em geral, para homens, na construção civil, e, para mulheres, nos serviços domésticos. São os únicos canais abertos para os que têm de “aceitar qualquer serviço”, pois “não tem desembaraço”, “são acanhados”, “afobam-se”, “nunca tem a esperteza de quem já esta na capital”, “não entendem a linguagem da cidade”, “não sabem mexer com máquinas”. Na construção civil, as tarefas são as mais pesadas e as de mais baixa remuneração, por exemplo, a de servente de pedreiro. O emprego doméstico feminino era, naquela época,

¹¹ Sobre o assunto, ver SINGER, Paul. **Comparabilidade dos dados**. IN: SINGER, Paul. *Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição de renda no Brasil*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1981.

muito pior do que se pode imaginar hoje: começava com o amanhecer do dia e só acabava quando a louça do jantar estava lavada; folga, só aos domingos, depois do almoço; o quartinho apertado; o assédio sexual do filho do patrão, as vezes do próprio patrão. Mas são acessíveis, também, outros postos de trabalho nos serviços, em geral sem carteira assinada. Por exemplo, o de serviço de limpeza, o de carregador de sacos de cereais, o de vigia noturno, o de ajudante de caminhoneiro, ou de cozinheiro, ou de vendedor ambulante, ou de feirante, o de lavador do automóvel. Tendem a confluir, assim, nesse nível “inferior” da escala social, o migrante rural e os cidadãos pobre – os descendentes dos escravos -, que também se localizavam na base do mercado de trabalho. (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 598 e 599)

1.2 – A expansão da monocultura como alternativa no campo- breve apontamento.

O monopólio da terra, as ampliações de oportunidades de crédito levaram a industrialização para a agricultura a partir de 1970, ofereceu possibilidades de novas profissões ligadas à agricultura e cursos de nível superior ganharam destaque. Estas transformações na agricultura aceleraram as migrações do campo para as cidades, estes migrantes procuravam nas grandes indústrias o emprego que oferecesse segurança e os direitos assegurados pela legislação do trabalho. Tal modernização estimulou a mudança da agricultura de subsistência pela comercial, com a expropriação e expulsão de posseiros, parceiros e agregados oferecendo lugar para trabalhadores assalariados devido à forte concentração de propriedade e de renda, “milhões de homens, mulheres e crianças seriam arrancadas do campo pelo trator, implementos agrícolas sofisticados, pelos adubos e inseticidas e pela penetração do crédito” (MELLO; NOVAIS, 1998 p. 580).

As diferenças entre rural e urbano acentuaram-se e a modernização “das mentalidades” caminhou junto com tais mudanças, tanto para as “boas” condições, ao qual oferece a cidade, quanto ao “nível” de cultura que se poderia chegar. Segundo Milton Santos e María Laura Silveira na obra: “*Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*” (2010), a preocupação em modernizar o campo nos anos finais do século XX estava em responder as exigências do mundo globalizado, acompanhar a demanda de “racionalidade” a ser empregada no plantio, nos cuidados, na colheita, na armazenagem, estocagem, empacotamento, transporte e comercialização justificando assim o surgimento de instituições de ensino e de pesquisa aplicada na área da agricultura (2010, p.281).

O território paulista povoado e explorado sob o impulso da cafeicultura foi ampliado também pela rede férrea que nominou e dividiu em zonas que costumavam receber nomes correspondentes a estradas, as bacias hidrográficas, os rios e os principais tipos de solo do Estado de São Paulo. A partir de 1950, a divisão por zonas produtivas ficaram conhecidas como: “Zona de Transição”, a região do centro oeste paulista, e a “Zona Nova” que abrange a região de Presidente Prudente ocupavam juntas 55,46% da superfície do Estado, habitadas por 38,32% e apresentavam um valor de produção agrícola de 66,70%. A zona de transição obteve uma pequena superioridade no valor da produção cafeeira sobre as demais.(ALMEIDA; SOBRINHO, 1951; p. 46)

Algumas mudanças em relação ao trabalho no campo já vinham ocorrendo, como a figura do boia fria e os contratos assalariados como aponta Maria Aparecida de Moraes Silva. Nas décadas de 1950 e 1960 a situação demográfica das cidades de Assis e Candido Mota modificou-se. Assis contava com 55% da população morando na área urbana e 45% da população distribuídos na área rural do município. No mesmo período, Candido Mota contava com um percentual de 23% da população morando na área urbana do município e 77% na área rural. A produção agrícola do município de Assis deste período, contou com 3.330 em toneladas de milho e 799 em toneladas de café. Já em Candido Mota a produção de milho atingia 6.004 toneladas e 2.967 toneladas de café. Nas décadas de 1970 e 1980, a área rural do distrito de Frutal do Campo recebia pessoas da região e de outras localidades que vinham para trabalhar na lavoura de café e que acabavam morando em colônias nesta região. Em 1975, uma geada tomou a região e assolou lavouras de café e de outras culturas, as fazendas - em específico na região do centro oeste paulista- dos municípios de Bauru, Botucatu, Marília, Garça, Ourinhos e Assis foram castigados pela forte geada e muitos moradores destas colônias ficaram sem trabalho. Uma reportagem da época publicada na Folha de São Paulo (ver anexo 3) levantou todo o prejuízo destes municípios e entre outros. Segue um trecho da reportagem sobre os castigos desta geada no jornal Folha de São Paulo do dia 19 de julho de 1975:

Um vasto quadro negro é tudo o quanto ficou, no rastro da mais inclemente geada dos últimos tempos, a de ontem em Ourinhos, descortinando agora um cenário desolador, onde antes predominavam cafezais da Média Sorocabana e um cafeicultor disse: “Acabou-se a ferrugem, morreram os cafezais”. [...] Na fazenda Lageadinho, detentora de muitos títulos de conservação do solo, os 300 mil pés de café só daqui a três anos voltarão a florescer, o mesmo acontecendo nas fazendas de Furnas e Marcondinha, não só o café como também a soja e o trigo foram castigados pelo frio [...] As

emissoras de rádio da região estão anunciando comunicado da Secretaria da Agricultura, alertando os agricultores das novas geadas [...] Em todo o Vale do Paranapanema desde Piraju até Assis, grossas camadas de gelo se formaram [...] os termômetros da região registraram, pela primeira vez, a marca de dois graus abaixo de zero. (reportagem do dia 19 de julho e 1975 da Folha de São Paulo).

A “Geadas Negras” como ficou conhecida, causou prejuízos com maior intensidade nestas cidades e no norte do Estado do Paraná, tiveram impactos diretos nas áreas da economia e de alimentos decorrentes do aumento dos preços e da redução da qualidade dos produtos agropecuários. As fortes geadas de 1975 dizimaram totalmente o parque cafeeiro do norte do Paraná e constituíram fator determinante do abandono da produção cafeeira local e expropriando os trabalhadores rurais do café (parceiros, arrendatários, meeiros e pequenos proprietários), sendo os prejudicados pelas perdas parciais e totais de suas lavouras, o que resultou no abandono do campo e das atividades agrícolas ou em transformações nos modelos de exploração agrícola. (DEMARCHI; PIROLI, 2015; p.557)

As fortes geadas impulsionaram a adoção de novos cultivos agrícolas tanto no Estado de São Paulo quanto nas cidades do Estado do Paraná, incentivou também o processo de modernização da agricultura, a criação de bovinos, plantio de cana-de-açúcar, amendoim, algodão, milho safrinha, aveia e trigo, gêneros que hoje se destacam no potencial da agricultura local, modificando o cenário econômico das regiões que ainda persistiam em se dedicar à cultura cafeeira. (DEMARCHI; PIROLI, 2015; p.557)

O latifúndio acentuou seu caráter capitalista e a entrada de inovações tecnológicas configurou uma “evolução” do mundo agrário atual proporcionou o levantamento de dados sobre a evolução da PEA¹² rural e da PEA agrícola da década de 1980 e 1990, tal assunto apresenta a relevância dos estudos rurais. Estes dados apontam um crescimento maior do PEA rural sobre o PEA agrícola, demonstrando um número menor do PEA agrícola de -0,3 e -0,6% (ao ano), já o PEA rural superou o número de 2,3% (ao ano) região sudeste. Em 1990 essa diferença chegou ao número de 2,3 milhões de pessoas. (MARTINS, 1997; p.)

Já em outros estudos, é levando a questão da urbanização, pode-se dizer que o país está em crescente urbanização, dentre da qual, é destacados dados que todas as pessoas que residem em sedes municipais ou distritais que são oficialmente calculadas como urbanas e

¹²PEA (População Economicamente Ativa)

contabilizando um total de 81,2% do grau de urbanização no Brasil. Porém, segundo Veiga, sobre dados analisados no ano de 2000, havia em 1176 municípios ou distritos brasileiros a contabilização de menos de dois mil habitantes em suas sedes. Tal fato demonstra que as heranças carregadas desde o complexo cafeeiro na urbanização do país causam dificuldades de se chegar a, via de fato, sobre a dicotomia campo/cidade e que no campo vem ocorrendo um esvaziamento. Como um país que considera urbana 80% da população e 30% de pessoas que moram no campo sendo que muitas áreas urbanas não possuem elementos suficientes para dizer que aquela localidade é de fato uma cidade, como por exemplo, o tratamento de água e esgoto, questão esta bem frisada por José Eli Veiga na tabela dos municípios que não dispõem de funções urbanas no Brasil em 2001. (VEIGA, 2004; p.76- 78)

Em um cenário que as técnicas modernas estão fluindo e entrando no cotidiano da população, toda forma de oposição a tais mudanças ocasionaria um retrocesso, daí o surgimento de estereótipos negativos aos que iam contra tal modernização. Considerar a relação intercalada entre urbano e rural é afastar-se da hipótese de uma política econômica global que considerava a relação indissolúvel entre os dois. Surgem também os temas como “resistência a mudança” e personalidades apáticas, assim, concepções da ação modernizadora são desencadeadas para inibir tais formas de resistências (MARTINS, 1969; p. 131).

A ocupação e emprego na agricultura paulista nos anos de 1970 e 1980 refletiram o avanço capitalista na agricultura que modificou as formas de emprego rural e as relações de trabalho no setor. Nos anos de 1970 a 1990 dados levantados por José Marangoni Camargo (2007) indicam uma redução de pessoas na agricultura paulista. Em 1980, o nível de ocupação representava 73% que indicava uma perda de quinhentos mil postos de trabalho e a substituição progressiva de trabalhadores residentes pelos não-residentes nas propriedades rurais, sua redução atingiu 62% de pessoas que moravam em suas propriedades e realizavam seus trabalhos. Fatores como o da infraestrutura: saúde, educação e comércio que elevou a preferência crescente da busca pelos centros urbanos. (2007; p. 32).

O movimento modernizador, a partir de 1970, acelerou as grandes produções no campo, sendo sustentado pela expansão do crédito rural destinado ao custeio de fertilizantes, sementes melhoradas e defensivos agrícolas. Segundo João Bosco Feres:

Em 1980, os contratos junto ao Sistema Nacional de Crédito Rural, haviam aumentado em 132% em relação a 1970, para Cr\$ 859,2 bilhões, em 1980, apresentado um crescimento real de 87%. Quanto a distribuição do crédito rural, constata-se, durante a década de 70, o mesmo vício dos períodos anteriores. Os pequenos proprietários (82% do total de proprietários) receberam apenas 21% do crédito disponível, os médios (13% do total) receberam 24% e os grandes (5% do total), nada menos que 55% do crédito concedido em 1975. (FERES, 1990; p.418)

A fase de crescimento acelerado da economia durante 1966 até 1975 constatam que os efeitos de protestos e pela mobilização nacional de pequenos produtores esta contra a política creditícia do Estado, tal política causou um aguçamento da crise financeira nacional a partir de 1979. Desta maneira, as políticas de crédito sofreram modificações eliminando a maior parte dos créditos e subsídios para investimentos, só o Estado de São Paulo recebeu 33% do montante total disponível. Tais estímulos gerados pelo crédito do governo brasileiro nos anos finais do século XX, a monocultura volta a ser privilegiada, o arroz e o trigo mostravam propensos a adotar técnicas modernas de produção capitalista. A forte concentração da produção agrícola nacional gerou consequências como o desabastecimento alimentar das cidades, na década de 1970, o governo precisou recorrer a importação de alimentos que provocou aumento dos preços ao consumidor, que segundo Feres:

O crédito vinculado a condições de aplicação (compra obrigatória de máquinas ou aquisição de *pacotes químicos*) forçava os agricultores a se modernizar rapidamente, sem atentar para as necessidades reais e para a capacidade de absorção de suas propriedades. Cresce de modo assustador o número de máquinas com capacidade ocioso, especialmente entre os pequenos produtores. O uso indiscriminado de máquinas pesadas provoca a compactação do solo, aumentando a erosão, reduzindo a produtividade da terra e aumentando a necessidade de fertilização química permanente e crescente. A superfertilização provoca desgaste da terra, além de contribuir para a degradação do meio-ambiente. A esses fatores soma-se ainda o verdadeiro desastre financeiro representado pela crise do petróleo, tornando excessivamente altos os custos de manutenção das máquinas agrícolas e provocando uma subida repentina de preços dos insumos químicos utilizados, e tornados indispensáveis. Essa necessidade de retirar da terra máximo possível de produção é acentuada pelo aumento do valor da terra nas áreas de *explosão da produção exportável*. (FERES, 1990; p.420-421)

Após a geada da década de 1970 e a desativação das estradas de ferro locais, iniciou-se na região centro oeste paulista, um forte êxodo rural e, conseqüentemente, um aquecimento do terceiro setor e o crescimento das áreas urbanas locais. Com a elevada taxa de urbanização das principais cidades da região, o crescimento dos latifúndios tornaria inevitável, fazendo que os grandes proprietários de terra incorporassem as pequenas propriedades que pertenciam àqueles que deixavam a vida no campo para tentar algo novo nas cidades. Os incentivos governamentais no começo da década de 2000 estimularam a produção de álcool e a expansão da produção da cana-de-açúcar. A instalação de usinas e empresas no ramo que trouxeram para a região vagas de emprego para pessoas que quisessem atuar como cortadores de cana. Os interessados vindos de outras cidades paulistas e até de outros Estados fixando-se na região em busca de oportunidades.

Outra ocorrência que trouxe danos, provocados pelas geadas, registrado e analisado pelo trabalho na zona rural do município de Cândido Mota, no ano de 2011 por Demarchi e Piroli (2015), tiveram como objetivo identificar os danos causados pelas geadas nas culturas agrícolas e demais tipos de vegetação. As análises estatísticas contou com o mapa hipsométrico do município, a fim de verificar a influencia da altitude e do relevo na intensidade das geadas e de seus efeitos sobre a cobertura vegetal. Em 2011, as principais culturas agrícolas implantadas no município eram de milho safrinha e a cana-de-açúcar, ambos cultivados em todos os compartimentos de relevo, este último em maior concentração nas regiões nordeste, leste e sudeste do município. As culturas mais atingidas pelas geadas de 2011 foram o milho safrinha, a aveia, o trigo e a cana-de-açúcar. (DEMARCHI; PIROLI, 2015; p. 562-564).

Não só os incentivos na agricultura foram estimulados e desenvolvidos por conta das perdas, houve também incentivos de programas governamentais que ganharam espaço no meio rural. Em março do ano de 1987, foi instituído pelo governo do Estado de São Paulo o “Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas” (PEMH), vinculado com o “Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas” (PNMH) com intuito de orientar a população sobre questões de habitação, saneamento, proteção do meio ambiente, auxiliando na melhoria da produtividade agrícola. Carlos Augusto Machado em seu trabalho de conclusão de curso: “*Manejo das microbacias hidrográficas Água das Flores (Florínea) e Taquaruçuzinho (Cândido Mota)*” (1998), desenvolveu, juntamente com a pesquisa de campo, análises sobre o manejo do solo e as ações de conservação das áreas estudadas. Segundo Machado, antes mesmo do PEMH, em 1985, a então Delegacia

Regional Agrícola de Assis, da Secretária de Agricultura do Estado de São Paulo, já organizavam um trabalho de conservação de microbacias hidrográficas sendo iniciados no córrego Água das Flores no município de Florínea. Com o planejamento de conservação das microbacias, no ano 1990, os trabalhos ampliaram-se para os córregos Taquaruçuzinho e Taquaruçu orientadas pelo Engenheiro Agrônomo Valter Gervasoni. Para a implantação do projeto realizou-se reuniões com os moradores, orientações na conservação e uso das terras, como preparo do solo, plantio das lavouras levando em conta a capacidade e uso da água destes córregos. (MACHADO, 1998; p. 5)

Os efeitos da crise foram mais intensos no Estado de São Paulo que sinalizou, nos finais do século XX, um processo de desconcentração econômica os setores que tiveram baixas na produção, como a indústria, foram compensados pela expansão dos demais setores, como o setor agropecuário que entre 1990 à 2003 obtiveram um crescimento de 45% , portanto, as atividades agrícolas paulistas não foram atingidas pelo fato da sua produção ser destinada aos mercados externos ou agroindustriais. (CAMARGO, 2007; p.12-16) mesmo representado um peso maior na economia nacional.

Tais constatações permite analisar a ligação entre a agricultura e os segmentos fornecedores de máquinas, insumos e as indústrias processadoras de matérias primas de origem agrícola, intensificou a participação destes setores que contribuíram para a manutenção das atividades agrícolas no Estado de São Paulo, tal qual, seu equilíbrio em relação aos altos e baixos da economia a partir dos anos de 1970. Tal relação quase que dobrou em 2003, representando mais de 30% no complexo agroindustrial paulista que gerou novos tipos de desigualdades regionais quando se compara as regiões produtoras. O uso crescente de produtos químicos e da mecanização reforçou a relação agroindustrial, que mesmo com dados indicando uma queda nas desigualdades regionais segundo o Censo Agropecuário de 1995/96, o estado de São Paulo alcançou um nível de intensidade no processo de industrialização da agricultura. (CAMARGO, 2007; p. 17)

O Estado de São Paulo representou 25% a 28% do valor gerado pelo país por produtos ligados ao agronegócio no ano de 2000, dados obtidos resultantes do grau de modernização da agricultura paulista. A produção de cana-de-açúcar foi responsável por 32,1% da predominância de atividades com elevado valor comercial e com alta intensidade de capital, que segundo José Marangoni Camargo:

Paralelamente, ocorreu um processo de especialização regional, ligado em grande parte ao estabelecimento e localização das agroindustriais. Há uma tendência à monocultura em algumas regiões, como a banana e o chá no Vale do Ribeira, o feijão na região de Sorocaba, a laranja em Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, a cana-de-açúcar em Campinas, Ribeirão Preto e Bauru e o arroz no Vale do Paraíba. Essa especialização está associada a um desenvolvimento de um moderno complexo agroindustrial em regiões como Campinas e Ribeirão Preto, enquanto que em outras, como Araçatuba e Presidente Prudente, observa-se uma certa estagnação, com uma agricultura e agroindústria pouco dinâmicas. (2007; p. 32)

As expectativas de rentabilidade esperadas pelas monoculturas no Estado de São Paulo não foi único na trajetória do movimento de reordenamento das culturas. A substituição da produção de laranja pela cana-de-açúcar na década de 1990 deveu-se pela competitividade e pelos preços atraentes das exportações do açúcar e do mercado de álcool combustível, sua produtividade no setor de lavouras era superior a média nacional atingindo 35% entre 1995 e 2002. Destacamos aqui uma das culturas agrícolas produzidas em três Estados a fim de ilustrar a importância da região do município de Cândido Mota em relação aos outros municípios.

Tabela 1. Principais municípios produtores de mandioca na região Centro-Sul Brasileira, 2000.

PR	Guaira	127.000	5.000	25,40
	Cianorte	117.750	6.530	18,03
	Araruna	108.055	6.003	18,00
	Marechal Rondon	Cândido 99.200	4.000	24,80
	Anahy	81.000	2.700	30,00
	Terra Rica	72.000	3.600	20,00
	Guairaçá	68.000	3.400	20,00
	Querência do Norte	64.000	4.000	16,00
	Amaporã	58.000	2.900	20,00
	Paranavaí	57.900	3.200	18,09
SP	Santa Cruz do Rio Pardo	65.000	2.600	25,00
	Palmital	49.750	1.990	25,00

	São Pedro do Turvo	37.000	1.600	23,12
	Mogi-Mirim	31.500	1.100	28,64
	Cândido Mota	31.125	1.050	29,64
	Castilho	30.881	1.405	21,979
	Anhembi	30.625	850	36,03
	Campos Novos Paulista	30.000	1.500	20,00
	Salto Grande	24.000	1.200	20,00
	Euclides da Cunha Paulista	24.000	1.200	20.000
MS	Ivinhema	100.000	5.000	20,00
	Itaquiraí	45.000	3.000	15,00
	Novo Horizonte do Sul	40.500	2.250	18,00
	Jateí	31.200	1.200	26,00
	Dourados	23.040	1.380	16,70
	Tacuru	21.750	870	25,00
	Deodápolis	19.800	900	22,00
	Sete Quedas	19.800	900	22,00
	Glória de Dourados	18.200	910	20,00
	Coronel Sapucaia	15.600	650	24,00

Fonte: Retirado do site da Embrapa, os números da produção no município de Candido Mota em negrito (grifo meu) destacando sua superioridade no rendimento em tonelada por hectare em relação aos outros municípios do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, sendo uma das referências que consta na bibliografia. (IBGE, 2002).

Com uma área produtiva próxima de outras cidades, Candido Mota obtém rendimento acima dos 30.000 toneladas da produção de mandioca e ultrapassa em rendimentos entre alguns dos municípios de São Paulo, do Paraná e do Mato Grosso do Sul citados na tabela. Segundo o documento disponibilizado da SAEE é apontado uma variação da população rural da sede do município de Cândido Mota no período de 2000 a 2010, nota-se uma tendência de diminuição da população que reside na área rural da sede do município. Logo, o documento conclui que não existe tendência de crescimento populacional rural na sede do município de Cândido Mota, sendo este fato justificado pela industrialização evidenciada no campo, através da vinda de maquinários e equipamentos que substituem a mão de obra braçal. (RHS CONTROLS – Recursos Hídricos e Saneamento Ltda. 2013 parte 3- p.279).

CAPÍTULO 2- A memória como construção da identidade do caipira paulista.

As considerações que serão feitas aqui sobre memória e identidade percorrem caminhos ligados às três grandes áreas das Ciências Sociais. O tema deste capítulo busca reconhecer na história (tanto pelas fontes originárias quanto na literatura) e na memória traços identitários sobre o morador do campo no Estado de São Paulo. Tais elementos nos possibilitou delinear uma análise de como a memória individual, coletiva ou da literatura influenciaram na formação e na representação de uma imaginável identidade caipira do paulista. O meio rural é um campo de investigação para todas as Ciências Sociais e seus estudos não constitui numa disciplina autônoma, a sociologia rural auxilia para diversas reflexões e a sociedade rural constitui como um elemento de uma sociedade mais ampla (MENDRAS, 1969, p. 41- 44). É preciso recorrer à história, mesmo que estas transformações sociais sejam aceleradas em nossa contemporaneidade, tais mudanças são resultados de significados que se constituiu em determinados períodos e temporalidades. Para nossas análises aqui faremos observações acerca do tal fenômeno sociocultural que sofreu e sofre ainda mudanças em suas representações e construções de identidades, *o caipira*.

No capítulo anterior foi traçado um caminho sobre o período de ocupação do território paulista com a empreitada de encontrar terras produtivas para o plantio de café - juntamente com os trilhos de ferro - fator este, crucial para adentrar e avançar sobre o centro oeste do estado de São Paulo. Tal avanço culminou em apropriações e expropriações indevidas que nem sempre chegavam aos olhos da justiça, em vários casos, terras onde antes, e depois do café, eram de posse dos donos das fazendas e aos poucos, foi sendo concedido ao camponês pobre um pedaço de terra para a produção de alimentos para o sustento da família. Contudo, os interesses lucrativos se renovavam e ganhava um novo sentido, aquele pedaço de terra que foi cedido para o camponês pobre agora poderia apresentar lucros para o mercado agrícola, assim o lavrador “dono”, “posseiro” ou “agregado” era expulso, empurrado para outro lugar sendo submetido a reconstruir sua vida em outro lugar. Esta prática se tornou interminável dentro das fronteiras do estado paulista, segundo Carlos Brandão, muitos tiveram suas terras usurpadas por grandes proprietários que chegavam com títulos nas mãos sendo forçados a vender suas terras,

alguns migraram para outros lugares, outros foram absorvidos pelas fazendas como trabalhadores diretos, parceiros, sendo permitido em alguns locais ter uma “roça de comida”. Neste último caso, a situação da sobrevivência é complexa, pois a não legalização das terras colocava o camponês (e ainda coloca) em situação de vulnerabilidade, seja em relação aos latifundiários circunvizinhos, seja em função da expansão das fronteiras agrícolas, como ocorreu em São Paulo – e ainda ocorre em diversas regiões do Brasil. (BRANDÃO, 1983; p. 7-11).

A construção de uma identidade torna-se uma tarefa minuciosa, identificar no homem rural algo que o representasse passou por explicações de traços do “baixo povo rural” pelo olhar da “nobreza rural” como lembrar Carlos Brandão (1983; p. 7). Com a perspectiva do avanço do capital no Brasil, a passagem do século XIX para o XX introduziu um novo olhar dos intelectuais na construção de uma identidade brasileira. Foram produzidas múltiplas representações da população, buscando conferir uma identidade nacional que romperia com o passado de dependência, de tal modo, a dicotomia campo/cidade foi um dos temas centrais que estimulou o desenvolvimento da produção cultural e científica. É neste momento que:

O Brasil e seu povo ocuparam lugar central nos debates intelectuais na passagem do século XIX para o XX, momento de busca da constituição das especificidades da nação em formação. Encontrar um tipo étnico específico capaz de representar a brasilidade tornou-se grande desafio a ser enfrentado pela intelectualidade, que tomou para si a missão de *encontrar a identidade nacional rompendo com o passado de dependência cultural*. Esta identidade, construída ao longo do século XIX, configurou-se em múltiplas imagens que guardavam ambiguidades (...). A literatura nacional preocupou-se em construir símbolos que trouxessem à tona imagens e tradições do país; preocupação que perpassou as produções do gênero desde a independência. Essa inquietação revelou-se tanto no sertanismo romântico quanto no regionalismo do período realista-naturalista. (PARRILLA, 2006)

O campo tinha papel fundamental neste cenário, os caipiras passaram a ser componente das discussões sendo representado fartamente na literatura paulista do período impulsionada por escritores como Cornélio Pires (1927) e Monteiro Lobato (1957), que deram ao homem do interior paulista representações diversificadas. O termo “caipira” ao longo dos anos foi tomando várias formas de adjetivar o homem do campo, as ideias oficializadas na literatura tomaram força até chegar aos dicionários. A palavra então se

tornou sinônimo de: “*Jeca; Matuto; Saquarema. Pessoa nascida ou (que) vive em regiões rurais no interior do estado de São Paulo; tem modos simples e pouca instrução; indivíduo pouco sociável, sem traquejo no convívio social.*” (AULETE, 2011, p. 260). Ou: “*Habitante do campo ou da roça, em geral de pouca instrução e de modos canhestros, jeca, matuto, roceiro, sertanejo, caboclo, capiau, tabaréu.*” (AURÉLIO, 1993, p. 91). É possível observar que conotações como “de pouca instrução” e “Jeca” já estão inseridas no cerne da palavra “caipira”, naturalizando então a imagem de “homem fora do seu tempo”, inapto para a vida urbana. Para o morador do campo a sua representação consequentemente, estará relacionada a “uma pessoa simples e pouca instrução” e, mesmo que tenha outros saberes, sua cultura acaba perdendo sentido diante das obrigações da vida citadina.

Monteiro Lobato, nas primeiras décadas do Século XX, criaria a representação caricatural do caipira em São Paulo. Nos textos “*Cidades Mortas*” (1906), “*Velha Praga*” (1914) e “*Urupês*” (1914), inauguram a crítica sobre interpretação da realidade em oposição às correntes literárias da época (romantismo), a preocupação não esta relacionada a uma análise estrutural da sociedade brasileira, mas considera o caboclo¹³ como responsável pelo atraso nacional. Práticas irracionais deste sujeito de “pouca instrução” o tornariam um indivíduo inútil para a nação, como aponta a autora Luciana Meire da Silva na tese: “*O Brasil rural nas obras de Monteiro Lobato nas décadas de 1910 a 1930*” (2013).

Nota-se que a rusticidade do viver do caipira não escapou da criação de uma representação negativa, a crítica de forma caricatural o homem pobre rural deu vida ao personagem *Jeca Tatu* por Monteiro Lobato que expressa seu entendimento sobre o caboclo, utilizando-se de estereótipos pejorativos, evidenciando a construção de uma figura desqualificada, destruidor da natureza junto com sua mulher e seus filhos, preguiçoso para promover qualquer melhoria no seu modo de vida, seriam elementos que limitavam o progresso da nação, sendo associado como um “fungo da terra”. Tal forma exótica e

¹³ Para Luciana Meire da Silva, na dissertação “*O Brasil rural nas obras de Monteiro Lobato nas décadas de 1910 a 1930*” (2013), Monteiro Lobato não via saída para o atraso e a decadência da vida do caboclo. No entanto, não trazem para o debate assuntos associados à economia e sociedade, escrevendo em contraposição aos românticos, valoriza o imigrante, particularmente pela sua disciplina em relação ao trabalho. Para Lobato, segundo a autora, a chegada dos imigrantes nas indústrias e nas lavouras traria a esperança para a superação da decadência nacional (2013, p. 68 e 69).

minimizada e excluída do morador da área rural tornou o personagem *Jeca Tatu* um dos sucessos do autor perante seu público leitor, como lembra Luciana M. Silva (2013):

criou uma identidade para este sujeito ausente de conceito na sociedade brasileira, e esta categoria até aqui inominada passa a ser vista, percebida, discutida e entendida no contexto da economia nacional. Essa identidade do caboclo criada por Lobato, na forma de caricatura, atendia a busca de uma parcela do país para pensar a si mesma. De um lado uma elite intelectual dizia que o Brasil era feito de caboclos fortes e rijos, de outro, intelectuais afirmavam: éramos um país vitimado por uma raça de depauperados e degenerados sem nome. Monteiro Lobato cria um nome para este sujeito e o seu conceito unifica os vários significados e essas ideias foram de ampla aceitação, divulgação e circulação em todo o país. (SILVA, 2013, p.14)

Torna-se ínfimo se a narrativa criada em torno do personagem *Jeca Tatu* são de fato “verdadeiros” ou não, a narrativa oferece uma ponte entre o sentimental e o afetivo que garante certa estabilidade para a identidade nacional, sem esta ponte a identidade não teria tanta eficácia, segundo Tomaz Tadeu da Silva, a diferença e a identidade tendem a serem naturalizados, cristalizadas ou essencializadas. Assim, a identidade é o ponto que define a diferença e estas duas partilham de características que resultam de atos na criação linguística que não possui valor nenhum no isolamento. A linguagem é um sistema de diferenças que se constitui no contexto de relações culturais e sociais estando sujeita a relações de poder hierarquizadas e em constante disputa (TADEU SILVA, 2003; p.73- 85).

Tomaz Tadeu da Silva também aponta que a definição de identidade e diferença se tornou objeto de disputa entre grupos sociais que relativamente estão no poder. A diferenciação é o processo central para a construção da identidade e que, conseqüentemente, a diferença é produzida. Segundo o autor:

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (TADEU SILVA, 2003; p. 81).

Diante desta afirmação de Tadeu da Silva é possível observar que a criação do personagem *Jeca Tatu* passou pelo poder da definição das relações sociais a partir da diferença entre campo e cidade. A identidade e a diferença se traduzem em declarações de quem pertence e quem não pertence, sendo assim, uma separação entre “nós” e “eles” e estão estreitamente ligadas as formas de classificação que a sociedade produz (TADEU SILVA, 2003; p. 82).

A herança atrasada do personagem nacional *Jeca Tatu* modifica-se em 1918, a identidade do personagem reconfigura na visão sobre o caboclo no artigo “*Jeca Tatu- A Ressurreição*” de Monteiro Lobato, o conceito sobre o caboclo, não mais com um preguiçoso e parasita da nação, agora como um indivíduo doente. A importância e a transformação deste personagem acompanharam a trajetória dos debates intelectuais de seu tempo. Tais mudanças ocorreram pelo fato do autor ter uma relação próxima com intelectuais da época e a discussão que aumentava sobre saneamento básico no país (SILVA, 2013; p. 93 e 94).

É possível observar um processo de “normalização” do processo que se deu o personagem, “*ele não é assim, está assim*”, como lembra Luciana Meire da Silva, o desânimo caricatural do homem do campo careceria de intervenções dos conhecimentos científicos e técnicos de saúde. Assim, a figura do médico, o rompimento de seus discursos com as teses de herança racial, por tanto, a reconciliação do criador e do personagem fixa-se no discurso de que somente a ciência, a informação e o conhecimento como esclarecimento obtinham da função para recuperá-lo (SILVA, 2013; p. 95 e 96)

Uma identidade específica, como o parâmetro em relação, aos quais, outras identidades são avaliadas e hierarquizadas, tal como ocorre com a linguagem, a sua função seria de fixação, porém, uma tendência que não se torna possível (TADEU SILVA 2003; p. 83 e 84). Buscando o dialogo com Tomaz Tadeu da Silva e o personagem criado por Monteiro Lobato oferece reflexões sobre o processo de normalização de uma identidade específica, com um parâmetro de outras identidades, os avaliando em escalas hierárquicas, tentar atribuir características positivas o tornaria desejável, portanto, ela seria *a* identidade e não mais vista como *uma* identidade. (TADEU SILVA, 2003; p. 83).

A construção do personagem *Jeca Tatuzinho*, também criado por Monteiro Lobato, nos remete as reflexões citadas anteriormente de Tomaz Tadeu da Silva, a reconfiguração de *uma* identidade personificada em *Jeca Tatu* agora concretizada para *a* identidade nacional do homem pobre rural brasileiro. O personagem *Jeca Tatuzinho* foi divulgado em panfletos distribuídos em todo território nacional apostando na possibilidade de tal campanha informasse e orientasse crianças e adultos sobre noções de higiene e saneamento básico defendendo a tese que a ciência seria o meio de curar os males sociais, como lembra Aline Franciele Parrilla, na dissertação de mestrado “*Chico Bento, um caipira do campo ou da cidade?: A representação do espaço rural e urbano e de seus habitantes na revista em quadrinhos do Chico Bento (1982-2000)*” (2006).

Chico Bento, outro personagem brasileiro criado por Maurício de Sousa, com exemplares publicados a partir dos anos 1960 e 1970 como histórias em quadrinhos, ganha o papel de representar o homem do campo usando da sua linguagem o *caipirês* juntamente com cenário do campo, moradia, utensílios rústicos, animais e uma vila. A ingenuidade, a imagem de uma pessoa bondosa, obediente e defensor da natureza, construindo uma identidade normal e “natural” do homem do campo, nem se quer é vista como “uma identidade”, mas, simplesmente como “a identidade” rural, na história, somente *Chico Bento* frequenta a escola, mesmo assim, a utilização incorreta da língua portuguesa é a principal característica do personagem¹⁴.

Além dos escritos literários, o cinema e as telenovelas também trataram (e tratam) o assunto por outras perspectivas, tanto pelo âmbito da vida rural quanto na tradição oral. No cinema, a figura do caipira ganhou destaque com *Mazzaropi*, que eternizou o modo de vida do *Jeca Tatu* em vários filmes. *A Marvada Carne*, filme que também retrata a representatividade caipira seguindo a tradição oral, explicitada por meio de contos populares. As telenovelas, *Cabocla* e *Sinhá Moça*, exibidas por uma emissora de televisão também retrataram o assunto de forma ilustrativa.

Tanto *Jeca Tatu* quanto *Jeca Tatuzinho*, e a permanência desta caricatura em *Chico Bento*, nos remetem a pensar que há uma representação do caipira no imaginário brasileiro que sobrevive, com todos os elementos que isso comporta, tal como a linguagem, a tendência da identidade é a fixação na construção de símbolos nacionais, assim, a forma do

¹⁴ PARRILLA, 2006.

falar e todas as atribuições impostas ao caipira acaba esclarecendo o termo *normalidade* que Tadeu da Silva (2003) apresentou como análise. Deste modo:

No caso das identidades nacionais, é extremamente comum, por exemplo, o apelo a mitos fundadores. As identidades nacionais funcionam, em grande parte, por meio daquilo que Benedith Anderson chamou de “comunidades imaginárias”. Na medida em que não existe nenhuma “comunidade natural” em torno da qual se possam reunir as pessoas que constituem um determinado agrupamento nacional, ela precisa ser inventada, imaginada. É necessário criar laços imaginários que permitam “ligar” pessoas que, sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum “sentimento” de terem qualquer coisa em comum. (TADEU SILVA, 2003; p. 85)

Dentro destas referências sobre comunidades imaginárias e a necessidade de se criar laços e atribuí-los a uma ligação podemos aproveitar aqui da discussão iniciada por Bosi e realçada por Enid Yatsuda sobre o termo “mamelucos” que, segundo ela, a forma de pensar o homem do campo, como portador de uma natureza preguiçosa e fora dos padrões civilizatórios, derivou-se do encontro étnico-cultural entre europeus e indígenas tendo como resultado o surgimento dos mamelucos o que dava direitos do senhor europeu perante a índia escrava. Assim,

Um dos suportes para assegurar o funcionamento do sistema colonialista, isto é, submissão do colonizado – passada a fazer do emprego da força -, é a fabricação e difusão da ideologia do colonialismo. Basicamente, o conteúdo expressa a superioridade do colonizador: é dinâmico, sensato, trabalhador, verdadeiramente cristão, participa de uma civilização superior, e seu meio de expressão, sua linguagem, é instrumento de elaboração de alta literatura. Por oposição, o colonizado é marcado negativamente, através de um mecanismo diabolicamente simples: o que é atribuído cultural, o colonizador transforma em elemento essencial. Assim o nativo torna-se, por *natureza*, um indivíduo preguiçoso, indolente, incapaz, idiotizado, sujo, violento, usando um falar rude que não pode exprimir com precisão conhecimentos mais refinados e sentimentos mais nobres. Uma linguagem inadequada à literatura. (Bosi apud YATSUDA, 1992, p. 104)

Os mitos fundadores que tendem a fixar as identidades nacionais são exemplos de uma essência cultural socialmente construída. Entretanto, tal identidade esta se baseia em

argumentos biológicos e uma persistência de fixar como algo natural e puro sendo posta como atributo para demonstrar uma superioridade do colonizador sobre os colonizados. As diferenças entre nacionalidades, etnias e raças destacam o problema em conceber uma identidade separadamente baseado em fatores genéticos, tais diferenças apontam para uma suposta pureza dos grupos. A identidade que se concretiza deste hibridismo não são de fato identidades originais, embora haja traços semelhantes (TADEU SILVA, 2003; p. 87) e como foi destacado na citação de Yatsuda anteriormente.

Portanto, o sentido de hibridismo para Tomaz Tadeu da Silva esta relacionado à:

Não se pode esquecer; entretanto, que a hibridização se dá entre identidades situadas assimetricamente em relação ao poder. Os processos de hibridização analisados pela teoria cultural contemporânea nascem de relações conflituosas entre diferentes grupos nacionais, raciais e étnicos. Eles estão ligados a histórias de ocupação, colonização e destruição. Trata-se, na maioria dos casos, de uma hibridização forçada. O que a teoria cultural ressalta é que, ao confundir estabilidade e a fixação da identidade, a hibridização, de alguma forma, também afeta o poder (TADEU SILVA, 2003; p. 87).

Tendo em vista que esta pesquisa visa conhecer em campo seus objetivos e necessita do contato com os sitiantes que moram na região escolhida para a constatação da realidade, consideramos a pesquisa de campo fundamental para conferir detalhes que oferecem esclarecimentos sobre o modo de vida destes sitiantes do distrito de Frutal do Campo (SP). A proximidade permite observações de fenômenos reais sobre o modo de vida atual no mundo rural, formas de organização e rotina no campo e a identificação destes moradores com o lugar onde se vive. A coleta de dados, à análise e interpretação referentes a estes, é baseado numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado. Deste modo, a discussão sobre *compreensão*, fomentada na teoria de Weber e Habermas a reflexão que Walter Benjamin faz em torno do conceito de narrador e a perspectiva da história oral irá auxiliam nas análises das entrevistas que serão feitas com os sitiantes.

Segundo José Geraldo A. B. Poker no artigo “*Os sentidos de compreensão nas Teorias de Weber e Habermas*” (2013) o conceito de *compreensão* e a sua utilização como instrumento metodológico nas Ciências Sociais são levantadas pelas teorias de Weber e Habermas e pouco abordadas nas produções atuais na área. Ambos os autores, Weber e

Habermas trataram o conceito de *compreensão* como ponto essencial que o cientista deve admitir em suas pesquisas, lembrando que o pesquisador como sujeito histórico construindo interpretações sobre ação de outros sujeitos, está condicionado por elementos culturais e visões de mundo individuais que cercam qualquer conhecimento inseridos no lugar e no tempo de cada sujeito. Poker analisa obras destes dois autores clássicos da Sociologia e da Filosofia que dialogam e ressaltam que todo saber teórico precisa levar em conta fatores contextuais da ação humana. A história e a cultura devem ser consideradas como objetos de conhecimento invencíveis (POKER. 2013; p. 241).

A *compreensão* na teoria de Max Weber, segundo Poker implica no esforço do cientista em interpretar e identificar as bases de como o ator social constrói o raciocínio para explicar intenções e interpretações das suas ações. A subjetividade da ação social pode ser uma possibilidade do contexto histórico do ator, juntamente com suas interpretações e entendimentos do seu próprio contexto, combinando, portanto, a cultura que constitui seu modo de ser e sua objetividade (POKER 2013; p.225).

Portanto, a *compreensão* deve ter o cuidado do cientista para não ocorrer o erro de ajuizar os valores envolvidos na ação individual, cabe as Ciências Sociais oferecer conhecimentos acerca das conseqüências das escolhas e das suas implicações, não cabendo para a ciência social atribuir “certos” e “errados” num dado contexto, levando em conta que a realidade social é objeto demasiadamente complexo em sua existência sendo possível de ser apreendido pela tentativa de interpretar os sentidos das ações e seus significados para o ator social (POKER 2013; p.227 e 228).

Uma das preocupações compreendidas nos escritos de Habermas, sobre conceito de *compreensão*, está na relação entre a hermenêutica filosófica e o conhecimento nas ciências sociais, a vinculação entre a linguagem e a compreensão permite a sua objetivação e uma presumível teorização sobre as possíveis interpretações obtidas levando em conta que não há interpretação nem hermenêutica sem a mediação da linguagem. Habermas elabora um breve balanço da produção científica, nas décadas de 1960 e 1970, colocando em destaque o fracasso modelo nomológico das ciências sociais e alternativas que surgiram como resistência das explicações naturalistas da sociedade e da cultura, como aponta Poker. É pela *participação* de ações comunicativas que se alcança a *compreensão*, sem deixar de lado conseqüências que esta relação pode enfrentar devido à posição do

observador e a neutralidade¹⁵, cada interpretação, portanto, deve ser considerada como algo singular com aquilo a que se dedicou a interpretar num determinado contexto (2013, p. 233 à 236).

Assim, levando em consideração os apontamentos levantados por Habermas, é possível observar nas análises feitas nos anos de 1948 e 1954 por Antonio Candido (2010) sobre os meios de vida num agrupamento de caipiras no município de Bofete (SP), é apresentado observações de descrições das várias representações do que vem a ser o caipira, inicialmente discutidas por Cornélio Pires (1921)¹⁶. Segundo Candido, Cornélio Pires elaborou significados levando em conta os diversos tipos étnicos da cultura rústica paulista da época. Devido tais elaborações, ressalta sua importância e o aprofundamento no tema destacando a importância de Cornélio Pires nos estudos sobre o caipira, segundo Antonio Candido. Portanto,

Para designar os aspectos culturas, usa-se aqui *caipira*, que tem a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial), e a desvantagem de restringir-se quase apenas, pelo uso inveterado, à área de influência histórica paulista. Como neste estudo não saímos dela, o inconveniente se atenua./ Cornélio Pires descreve, em um dos seus livros, o “caipira branco”, o “caipira caboclo”, o “caipira preto”, o “caipira mulato”. É a maneira justa de usar os termos, inclusive porque sugere a acentuada incorporação dos diversos tipos étnicos ao universo da cultura rústica de São Paulo – processo a que se poderia chamar *acaipiramento*, ou *acaipiração*, e que os *investigou* de fato num conjunto bastante homogêneo. (CANDIDO, 2010, p. 27)

Dentro destas variadas questões e que levantam indagações a respeito da possível elucidação biológica da ascendência do homem do campo também esta associado à

¹⁵ José Geraldo A. B. Poker destaca pontos fundamentais na teoria de Habermas sobre as prováveis dificuldades a serem enfrentadas da viabilidade científica nas ciências sociais sobre a utilização da hermenêutica, a posição privilegiada do observador e a implicação deste em tentar se igualar aos participantes, a neutralidade axiológica, o envolvimento pelas interpretações baseadas em juízos de valor do observador no discurso que constata os fatos. (POKER, 2013 p. 236)

¹⁶ Cornélio Pires ofereceu um material de grande importância, a obra “*Conversas ao pé do Fogo*” (1921) procurou dividir por categorias cada tipo de caipira que surgiu e que trouxe uma nova perspectiva na estrutura da vida do campo da época sem deixar de lado a identidade, visto que já havia uma preocupação do autor sobre o que vem a ser o “caipira” enquanto identidade paulista, também inspirou-se no poema “*O Poema da raça caipira*” (1953) de Alberto Rovai fazendo referência a expressão da cultura caipira. Cornélio Pires também foi jornalista, músico e compositor, um dos percussores a conseguir que a indústria musical brasileira lançasse discos com músicas do gênero caipira, possível até de dizer que ele foi uns dos criadores da música sertaneja. A importância das suas obras passou a ser reconhecida quando faz citações, e é citado, nos estudos de Antonio Candido e Carlos Rodrigues Brandão.

disponibilidade de terras, tal questão, seja em razão de situações favoráveis, nas quais o homem do campo dispõe de terras razoavelmente produtivas, ou em situações difíceis, quando mesmo possuindo um pequeno pedaço de terra, próprio ou apossado, vive para garantir a subsistência. Na condição de “agregado”, ou posseiro, o caipira acabou “empurrado” para áreas cada vez mais despovoadas, acabando por ser representado como um sujeito às margens da história, como lembra Antonio Candido (2010, p. 102). Com esta herança econômica, social e cultural, a identidade caipira carrega as marcas da inadaptação para o esforço intenso e contínuo, constituindo justificativas para um suposto sucesso pelo trabalho racionalizado no campo voltado para o mercado, ou sendo responsabilizado por um suposto baixo nível de vida devido a inadaptação das condições do mundo urbano.

Ainda hoje, nos bolsões rurais onde restam pequenos proprietários que possam ser chamados de caipiras típicos, a diferença campo/cidade é o elemento que os distingue. A urbanização tratou de escrever e caracterizar seu próprio espaço, justificando assim que o “progresso” precisa chegar ao sujeito que insiste em viver no “atraso” do campo. De tal modo,

Nesse sentido, poderíamos inferir que ao definir o rural o cidadão promove, por distinção, uma caracterização do seu próprio espaço. Esta diferenciação entre os dois ambientes se faz não apenas físico-geograficamente, mas por vários aspectos como: costumes, valores, vestuário, linguagem. O “caipira típico”, assim como o espaço que ele habita, é caracterizado pela diferença: ele representa o “outro”, tanto em relação àquele que produz história, uma vez que a cidade é o espaço de referência para a elaboração dos enredos [...] (PARRILLA, 2006, p. 146)

É possível dizer que a cultura caipira expressa uma forma de identidade do morador do campo, é partindo desta premissa que ele desenvolve sua rotina diferenciando-se do indivíduo residente nos centros urbanos, o ritmo é modificado pelo fato de ter outro tempo cronológico que não é semelhante ao tempo do operário (oito horas trabalhadas por dia). Deste modo, Antonio Candido ressalta que:

A cultura do caipira, como a do primitivo, não foi feita para o progresso: a sua mudança é seu fim, porque está baseada em tipos tão precários de ajustamento ecológico e social, que a alteração destes provoca a derrocada das formas de cultura por eles condicionada. Daí o fato de encontrarmos nela a continuidade impressionante, uma sobrevivência das formas essenciais, sob transformações de superfície que não atingem o cerne senão quando

a árvore já foi derrubada – e o caipira deixou de o ser. (CANDIDO, 2010, p. 97)

Nesta dissertação optamos não sermos espectadores do determinado objeto de estudo, o escritor consciente das condições da produção possibilita o ensinamento de algo pelo seu trabalho com a colaboração dos leitores e espectadores, a importância da *reflexão* sobre a posição do escritor de qualquer processo tendo o ato de contar algo guiado pela razão e pela prática. A experiência de narrar está cada vez mais rara juntamente com as dificuldades de contar, ouvir e narrar uma história. Intercambiar experiências é a fonte de todos os narradores, o *contar* de boca a boca faz da narrativa (sem se distinguir da história oral) elemento essencial para o entendimento de um povo, contudo, o narrador só se torna plenamente tangível se tiver presente no contexto, escutando com prazer histórias e tradições de vida, bem como lembra Walter Benjamin na obra “*Magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura*” (2012; p.141- 144).

Ainda segundo Benjamin, o ato de contar histórias sempre foi a arte de contá-las sem perder sua continuidade conservada por alguém, “*ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história*” a narrativa que floresceu no campo, no mar e na cidade, ela mesma é a forma artesanal de comunicação, sua função não é transmitir somente uma informação ou um relatório, mas de mergulhar o narrador na vida contada para em seguida se retirar-se dela. A memória é a faculdade épica por excelência, ela abrange e permite apropriação das coisas, porém, para o narrador mesmo com o choque de experiência e a morte não representam um impedimento, mas de conseguir englobar uma experiência coletiva (2012, p. 232).

As experiências de cada um são autênticas, a cultura de um grupo perpassa pelas memórias culturais de cada indivíduo mesmo que este seja moldado pelo meio social que os rodeia, o ato de pensar jamais deixará de ser pessoal. Portanto, segundo José Carlos Sebe Meihy no livro “*Manual da História Oral*” (2002):

Toda a narrativa é sempre e inevitavelmente construção, elaboração, seleção de fatos e impressões. Portanto, como discurso em eterna elaboração, a narrativa para a história oral é uma versão dos fatos e não os fatos em si. Convém lembrar que por mais parecidas que sejam as narrativas dos mesmos fatos, todas às vezes reditas carregam diferentes significativas [...]. A história oral se apresenta como forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar

sobre aspectos de sua vida. Quanto mais elas os contarem a seu modo, mais eficiente será seu depoimento. (2002, p. 50 e 51)

A História Oral permite uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado, garantindo o sentido social à vida dos entrevistados e a sua compreensão diante do contexto que vivem. A presença do passado no presente permite que a história permaneça viva, os indivíduos possuem autonomia de procedimento no que diz respeito a fatores pessoais, biológicos e influências do meio e expressam de maneira original as experiências vividas construindo assim sua identidade (MEIHY, 2002, p.68).

Do vínculo do passado se extrai a força para a formação da identidade, mais do que documentos, o tempo não é homogêneo e a narrativa mostra a complexidade do acontecimento. Compreender como foi construída a narrativa do homem do campo pela literatura ao longo dos anos evidencia elementos para as análises sobre em quais condições foi tecido a identidade do morador do campo e quais consequências desta identidade construída trouxeram para estes moradores (BOSI, 2004; p.19).

Mesmo com um objeto de estudo (no caso aqui os moradores do bairro rural Taquaruçuzinho) ainda não possuindo fontes históricas escritas, podemos elaborar a história da localidade pelo tempo presente e vivo da memória dos moradores juntamente com diversos documentos e pesquisas de outros bairros rurais para assim, organizar de fato a construção histórica. Ecléa Bosi nos orienta nesta questão quando coloca que:

Não esqueçamos que a memória parte do presente, de um presente ávido pelo passado, cuja percepção “é a apropriação veemente do que nós sabemos que não nos pertence mais”./ A fonte oral sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa./ Marguerite Yourcenar confessou que só conseguia recompor o passado com um pé na erudição e outro na magia. Mas sem enveredar por esse caminho, poderemos empregar uma expressão como “sensibilidade diacrônica”, o que deve ter o cientista que, além de observar o jogo sincrônico das oposições, procura nos fenômenos a sucessão e o devir. (BOSI, 2004; p. 20)

Os caminhos percorridos também pela ótica da Antropologia, sobre as diversas manifestações do que vem a ser uma identidade social, deriva das relações sociais que segundo Roberto Cardoso de Oliveira (2006), as pesquisas sobre esta ótica e também pela

Sociologia, permitem reflexões sobre o indivíduo socializado, membro de uma comunidade que carrega um sentido sociocultural. De tal modo, a reflexão das identidades e o *Eu*, frente ao mundo socializado, carrega elementos de identidades sociais e morais, esta última enquanto parte do sistema cultural (OLIVEIRA, 2006; p. 59- 61).

Logo, análises neste sentido, pelas investigações antropológicas e sociológicas, demonstram que o processo de identificação está mais condicionada ao grupo que envolve o indivíduo do que pelas “fontes” originais. Em outro texto, de Roberto Cardoso de Oliveira, o argumento para a compreensão de uma identidade remete:

A associação das duas palavras, sintetizada numa única expressão, “(des)caminhos”, sugere a direção que desejo dar, nesta exposição, aquilo que entendo como sendo o ponto estratégico sobre o qual o estudioso melhor poderá fixar a sua atenção em sua tentativa de elucidar a identidade como um objeto de investigação antropológica ou sociológica. Este ponto estratégico é precisamente o oposto do “ponto cego”, isto é, aquele lugar que não nos é permitido visualizar pelo espelho retrovisor do automóvel. Claro que trazer essa imagem tão cotidiana e trivial não é um desses recursos correntes utilizados por alguns importantes filósofos britânicos ao lançarem mão de historietas – como bem ironiza Geertz- para ilustrar suas reflexões. Para mim, neste momento, a imagem só se explica – e aplica – pelo fato de ter sido ela que me levou a questionar sobre como melhor enxergar ou visualizar esse fenômeno sociocultural que denominamos identidade quando ele está escondido, escamoteado, não só ao olhar do homem da rua mas também – e muitas vezes- ao olhar sofisticado do antropólogo, sociólogo ou do cientista político. E ao aduzir ao termo identidade a expressão “sociocultural” já estou indicando que iremos examinar um fenômeno cuja inteligibilidade requer contextualizá-lo no interior das sociedades que o abrigam. (OLIVEIRA, 2000; p. 7 e 8)

Portanto, para elucidar as observações feitas até aqui sobre as variadas formas da compreensão da identidade - em questão aqui ao morador do campo - construídas ao longo da formação representativa da população brasileira e os possíveis caminhos guiados pela memória para a elaboração de uma trajetória histórica destes moradores utilizaremos aqui, análises feitas a partir das pesquisas de campo já realizadas em outros bairros rurais a fim de auxiliar no suporte teórico apresentado.

2.1 A permanência da memória histórica nos bairros rurais e as variadas perspectivas de identidade caipira.

Para se compreender o universo das pesquisas no meio rural brasileiro é preciso levar em consideração a semelhança do modo de vida do sitiante em todo o território nacional. Segundo Lia Freitas Garcia Fukui (1979; p. 82-83) onde se encontra maior proporção de monocultura de exportação a similaridade e diferenças destes moradores tem se assinalado em áreas próximas a centros urbanos e áreas relativamente isoladas. Pesquisas realizadas nas áreas de sítios no Sul e outras de criação de gado no Nordeste demonstraram que ao meio de vida, embora a forma de organização seja a mesma, a diferenciação ocorre com a penetração de novas formas de produção devido a expansão econômica capitalista no campo. Estudos que utilizam as pesquisas no universo rural precisam levar em consideração as hipóteses em relação às crises econômicas e sócio-econômicas que resultam no esvaziamento do meio rural e as peculiaridades que levam sitiantes ao franco progresso e equilíbrio sócio-econômico no campo. Dentre este ultimo Fukui destaca o estudo no município de Santa Brígida, no Sertão da Bahia, que conseguiu conciliar as atividades tipicamente tradicionais e novas formas de comportamento sem que ocorresse a desorganização social. (1979; p.83)

Para Antonio Candido (2010) os níveis de vida e o equilíbrio social dependem da necessidade e da satisfação, em situações de crise desses aparecem como dificuldade ou a impossibilidade de estabelecer soluções. Para organizar e desenvolver o equilíbrio social consistiria na descoberta de soluções que permitem explorar o meio físico para obter recursos de subsistência, até mesmo outra organização compatível a ela. Tal equilíbrio social precisa levar em conta a equação de manter elementos necessários para subsistência, o instável e o estável, satisfatório e o insatisfatório (p. 29 e 30).

Candido sinaliza que para a compreensão destes fenômenos estruturais é preciso ter em mente que certas culturas resolvem de maneira satisfatória os problemas de ajuste ao meio e de transformações sociais do que outras. Para o autor, o que leva a designação em outras culturas do equilíbrio mínimo e técnicas rudimentares de organização que está mais relacionado a níveis sociais do que de fato o conceito. Comparadas a outras sociedades complexas e com uma diversificação de grupos sociais, os exemplos utilizados para ilustrar tal questionamento foram de povos “marginais” da Patagônia e da Terra do Fogo sendo o mesmo meio de vida dos nômades sirionós e dos nambiquaras. (CANDIDO, 2010; p. 32).

Para a compreensão das análises feitas a partir das pesquisas sobre os bairros rurais e a organização dos moradores optados, tanto nas formas fundamentais de povoamento quanto da sociabilidade, os caminhos que levam a análise da vida social destes grupos por vezes foi tomada como povos sem História devido ao seu isolamento, tratados como não contendo outras formas aparentes de núcleos densos como bem lembra Antonio Candido (2010; p. 72).

Assim, optamos para as nossas análises que não seria aceitável a tese de grupos de moradores rurais que continuam a serem associados ao isolamento, sem ter ao menos contato periodicamente com o povoado, vizinhança da qual se configuram as suas relações sociais básicas. Os *bairros*, como lembra Antonio Candido (2010; p.76) estava relacionada ao agrupamento de pessoas, a *freguesia* da unidade comerciante que propiciavam o mínimo de interação que esboçavam a sociabilidade caipira já destacada na citação que se encontra no primeiro capítulo desta dissertação.

Trabalhos de mestrado como o de Liliana Laganà Fernandes titulado: “*O Bairro rural dos Pires*” (1971) pesquisa realizada no município de Limeira (SP), chama atenção para presença sólida de laços de interação entre os habitantes do bairro rural e a organização social estruturada, bairro do qual majoritariamente de descendentes de alemães. De fato, como destaca Fernandes, o bairro *a priori* já constitui uma base tradicionalmente arraigada na cultura alemã trazida aqui pelos antepassados, nítidos traços étnicos e laços religiosos, de parentesco e compadrio que sinaliza um dos primeiros questionamentos sobre um fenômeno em decadência da ligação duradoura do homem e a terra. (FERNANDES, 1971; p. 21)

A festa de comemoração centenária deste bairro rural atraiu moradores de outros bairros rurais como de Araras, Cosmópolis, Americana, Piracicaba, São Paulo bem como a expressiva participação dos habitantes do município de Limeira (SP) demonstrando assim para os visitantes uma profunda consciência de grupo e tradição (FERNANDES, 1971; p. 22).

Fernandes ainda destaca, no período pesquisado, como era dada a organização deste bairro, duas igrejas, ambas, de culto protestante e a mais antiga ligada ao protestantismo alemão, igreja da qual, foi a primeira a ser construída em regime de mutirão. A escola construída da mesma forma que as igrejas, porém, apresentava péssimas condições de manutenção e instalação e contava com professoras vindas do município de Limeira. A

*venda*¹⁷ também demonstrava destaque oferecendo serviços que aumentava a sua função de centralizadora, serviços tais como necessidades sociais até instrumentos agrícolas. (FERNANDES. 1971; p. 23 e 24)

O “habitat rural” perpassa pelo eixo natural do vale do ribeirão de Ferraz que, como bem como lembra a autora, no período da colonização antiga os vales fluviais estavam alinhados aos lotes dos colonos. Deste modo, o bairro dos Pires localiza-se também no eixo fluvial evitando distâncias e favorecendo a união das propriedades que obedecia a acordos de posse de cada colono não havendo diferenças entre si. Contudo, o cenário passa por modificações quando a subdivisão hereditária e outros fatores começam a influenciar no que diz respeito à extensão das propriedades, a presença dos filhos casados que continuam trabalhando, tais mudanças no “habitat rural” favorecem o aparecimento de pequenos grupos de casas dentro da mesma propriedade ou as chamadas propriedades parceladas (1971; p. 37-41).

Assim, as observações feitas no bairro dos Pires nos oferecem elementos para refletir sobre a dispersão e as modificações nas propriedades, bem como a permanência dos contatos sociais dentro do bairro rural citadas por Liliana L. Fernandes. Em relação a estrutura agrária, a autora destaca a tabulação de dados referentes a extensão, número de propriedades e área ocupada no território que abrange o bairro do Pires, nesta tabela o número de propriedades chega a 67 contabilizando e divididos numa extensão de 650 alqueires. Evidenciam-se nestes números, segundo a autora, que 58,2% são propriedades formadas por uma só gleba¹⁸ e outros 28% espalhados por outros bairros de Pinhal, Frades e Brejo e a exploração indireta, arrendamento e divisão do uso da terra constitui 7,3%. As propriedades parceladas referem-se a proprietários que obtém de dois a três lotes espalhados por estes bairros, referindo-se também a situações como a de casamentos e a subdivisão hereditária destes lotes. Do mesmo modo, tornaram-se corriqueiros casos de compra e venda de propriedades, que na qual, o período estudado pela autora, a partir de 1960, já era bastante comum em famílias pouco numerosas influenciarem os filhos a permanecerem na propriedade mesmo depois de casados, evitando assim, o retalhamento e os problemas relacionados à mão-de-obra e que, com estas cautelas, iria garantir assim condições para uma vida futuramente segura. (FERNANDES, 1971; p. 49-52)

¹⁷ Termo utilizado principalmente em áreas rurais para designar um pequeno mercado onde comercializa produtos alimentícios até produtos de para a lavoura.

¹⁸ Termo usado para se referir a terreno próprio para culturas. (AURÉLIO, 1993, p. 274)

Ainda sobre as análises do bairro dos Pires, as propriedades de pouca extensão de cinco a seis alqueires utiliza-se quase que exclusivamente mão-de-obra familiar (pai, mãe e filhos) que totaliza cerca de 42 das 67 propriedades, porém, tais famílias escolheram também por trabalhar em propriedades maiores, no mesmo bairro rural para ajudar no orçamento familiar. Nas observações, destaca-se que em apenas uma propriedade de setenta alqueires utilizava mão-de-obra assalariada que comportava cerca de cinco famílias de colonos, todos luso-brasileiros como lembra Fernandes (1971; p. 53)

No que diz respeito ao uso da terra, a policultura constitui a principal característica da utilização do solo no bairro dos Pires, a organização de uma produção diversificada atrelada com a produção comercial da laranja se destaca e completam o quadro de variedades de produtos sendo possível ser representado em dados de janeiro de 1966 que:

- 1) Propriedade com 7 alqueires, dos quais 2 em laranja, 1 de milho, 0,5 em feijão, 0,5 em arroz, 1,5 em pasto e o restante em capão de mato.
- 2) Propriedade com 21,5 alqueires, dos quais 10 em laranja, 3 em arroz, 2 em milho, 1 em feijão, 3 de pasto, 2 de eucaliptos e 0,5 em capão de mato.
- 3) Propriedade com 5,5 alqueires, dos quais 1 em laranjal, 1,5 em arroz, 1,5 em milho e 1 em café.
- 4) Propriedade com 5 alqueires, dos quais 3 em laranja e o restante ocupado por culturas temporárias. (FERNANDES, 1971; p. 55)

Segundo L.L Fernandes, a organização econômica do cultivo constitui a sua maior parcela para a monocultura, a produção de laranja fica com 70 á 80% da superfície plantada e as outras culturas ficam no plano secundário e os fundos de vales com pastagens naturais, estas, das quais, são destinadas para criação de animais domésticos. Toda a área é organizada próxima a casa para atender as necessidades do proprietário. Deste modo, a permanência e o predomínio da pequena e média propriedade constitui a base da fixação do homem a terra. (FERNANDES, 1971; p. 52-53)

Em outra pesquisa de campo sobre bairros rurais no município de Mogi Mirim (SP), dissertação de mestrado defendido por Guilherme C. Rodrigues em 2009¹⁹, sobre a construção e apropriação do espaço sustentado pelo embasamento religioso que fica a oeste do município de Mogi Mirim. A industrialização na região do município de Mogi, mais o município vizinho Moji Guaçu, contando com indústrias multinacionais que apresenta

¹⁹ Dissertação de Mestrado apresentado por Guilherme Caruso Rodrigues em 2009, pela Universidade Estadual Paulista - UNESP campus de Rio Claro sob o título: “*Tempo, identidade e cultura: a construção do território na Paróquia de Santa Cruz- Mogi Mirim/SP*”.

grande relevância na agricultura, estimulando assim a produção de milho, como lavoura temporária, para abastecer a matéria-prima para tais indústrias, e a lavoura permanente que é abastecido pelo cultivo de laranja para a produção industrial do suco de laranja que abrange também para os municípios circunvizinhos Limeira e Conchal. (RODRIGUES, 2009; p. 6-12).

Todo o contexto da pesquisa gira em torno da Paroquia de Santa Cruz inaugurada em 1958, que ainda contempla no mesma região os sitiantes dos bairros rurais. Nos depoimentos levantados na pesquisa, também é apontado o fator de consanguinidade nos bairros rurais de Franco e Bocaina, a divisão da propriedade devido à herança familiar que contempla mais membros no mesmo sítio. Assim outro ponto principal destacado por Guilherme Caruso Rodrigues foi a relação ambígua entre a economia doméstica e a economia de mercado que determinam também a relação de vizinhança destes moradores. O caráter sócio-econômico e cultural do território designa as relações de identidade no espaço e no tempo determinando seu contexto histórico e construindo territorialidades, e não somente pelas relações de poder quando se leva em consideração a extensão das propriedades. (RODRIGUES, 2009; p. 28- 48).

Já para Jussara Christina Reis na sua dissertação de mestrado defendida em 2012 caminha pela linha da pluralidade do campesinato na região de Bragantina sob a influencia da Serra da Mantiqueira ressaltando de diversas territorialidades em temporalidades distintas, destacando que tal pluralidade não esta somente ligada a economia. Em sua pesquisa a autora resalta a importância da historia que confere a região de Bragantina, a ocupação da região esteve ligada ao curso d'água de forma bem dispersa no alto das colinas coincidindo com os núcleos urbanos. Assim, o agrupamento social constituindo por pequenos proprietários e posseiros, tropeiros, negros escravos, agregados e os índios guarulhos. Nos pequenos núcleos rurais houve ajuda diretamente da paroquia. A produção agropecuária e a de subsistência são as principais frentes das atividades econômicas, porém, com a acelerada urbanização da metrópole as atividades econômicas passaram a ter uma influencia direta do Sistema Cantareira, inaugurada em 1973, que submeteu o deslocamento dos sitiantes da região de Bragantina, sua dinâmica econômica direcionou para o turismo pautado no mercado imobiliário cujo, o apelo, seria volta às origens rurais bucólicas em meio a natureza preservada hoje na região. (REIS, 2012; p. 45-56)

Sob a perspectiva antropológica, a pesquisa de campo de Antonio Donizeti Fernandes (2002)²⁰ identifica o trabalho volante dos cortadores de cana-de-açúcar que vai da vila São Pedro, bairro rural localizado na cidade de Jacarezinho (PR) para as cidades vizinhas do estado de São Paulo como Ourinhos e Ipaussu, que na visão do autor, mesmo neste constante deslocamento para o posto de trabalho, os trabalhadores ainda estabelecem relações de pertencimento e de identificação como sendo moradores “do lugar” em comparação aos que chegam de outras regiões. A vila São Pedro mantém divisas com fazendas e sítios, porém, próximo de residências nobres da cidade bem como uma faixa de terra destinada para a especulação imobiliária. (FERNANDES, 2002; p. 82)

Para Antonio Donizeti Fernandes, a passagem da civilização do café para a civilização da usina²¹ e as consequências desta mudança nos bairros, nas relações sociais que configura também a formatação que de quem trabalha com o corte de cana-de-açúcar e turmeiros, conhecidos como *bóias frias*.

Deste modo, sob os diversos olhares das pesquisas citadas anteriormente, podemos observar que o trabalho de campo nas regiões rurais e da história oral constituem elementos fundamentais que estão interligados com o método de entrevistas e são presente em todos os trabalhos aqui referenciados. Podemos observar também, que as primeiras pesquisas sobre o universo rural possibilitou um amplo olhar sobre as novas perspectivas, desde a utilização das entrevistas como método de construir a historiográfica da região estudada, bem como a compreensão dos mecanismos de resistência dos moradores rurais na questão que envolve tanto identidades como saberes e influências religiosas. Assim, como lembra Paul Thompson (1998):

A história oral ajusta-se particularmente bem ao trabalho por projeto. Isso porque a natureza essencial do método é, ela mesma, criativa e

²⁰ O foco da pesquisa de campo titulada: “*A aventura do risco entre os trabalhadores do corte de cana-de-açúcar*” que tem por objetivo compreender a relação e os símbolos que envolvem os trabalhadores rurais de um bairro rural no município de Jacarezinho (PR) localizado no vale do Paranapanema na divisa entre os estados de São Paulo e Paraná. A preocupação do autor em questionar a classificação de trabalhadores desqualificados que são dirigidos ao trabalho nos canaviais e a forma como são vistos pela sociedade bem como a forma de resistência entre estes trabalhadores.

²¹ A importância do assunto nos chama a atenção pelo fato da proximidade com o nosso campo de pesquisa, as mudanças que ocorreram no período do complexo cafeeiro no interior paulista, especificamente no oeste paulista, a decadência desta produção guiou para outras culturas, como a produção de milho e soja, mas a produção de cana-de-açúcar ainda impulsionada e servindo de matéria prima para as usinas na região. Tomamos como exemplo a *Usina Nova América*, uma empresa que atua na região da cidade de Tarumã (SP) abrangendo as cidades de Assis e Candido Mota na fabricação de produtos derivados da cana de açúcar. O site da usina possui um breve apanhado histórico da sua formação, está constado na bibliográfica deste trabalho.

cooperativa. É verdade que a evidência oral, uma vez coletada, pode ser utilizada pelo estudioso independente tradicional que trabalha apenas na biblioteca, Isso porém significa perder uma das principais vantagens do método – a capacidade de localizar a nova evidência exatamente onde se deseja, saindo para o campo. O trabalho de campo, para ser bem-sucedido, exige habilidades humanas e sociais ao trabalhar com os informantes, tanto quanto o conhecimento profissional. Isto significa que os projetos de história oral de qualquer espécie começam com vantagens comuns. Exigem uma série de habilidades que não serão monopolizadas pelos mais velhos, especialistas, ou que escrevem melhor, e assim permitem a cooperação em base muito mais igualitária. Deles nos vem não apenas estímulo intelectual, mas, as vezes, por ingressar na vida de outras pessoas, uma experiência humana, profunda e comovente. E podem realizar-se em qualquer lugar – pois cada comunidade carrega dentro de si uma história multifacetada de trabalho, vida familiar e relações sociais à espera de alguém que a traga para fora.(THOMPSON, 1998; p. 217)

2.2- O contexto histórico da formação do bairro rural Taquaruçuzinho no Distrito de Frutal do Campo (SP)

Assim, buscamos elementos na história da formação do município de Assis e Cândido Mota dados que nos guiaram para compreender o desenvolvimento social e econômico deste bairro rural e sua permanência nos dias atuais, analisando a ligação do bairro rural Taquaruçuzinho com suas sedes possibilitando a compreensão da realidade do momento histórico abordado, o *antes* e as transformações que levaram para o *depois*. Seguindo o pensamento de Maria Isaura de Queiroz, da qual, qualquer pesquisa sobre bairros rurais ou outros grupos rurais necessita ter um levantamento histórico sobre o município ou zona, que estes estão localizados.

Os solos virgens e o clima acolhedor correspondiam às exigências e as possibilidades de valorização de uma zona ainda não atingida pelo povoamento moderno. Para o historiador Júlio Machado (2005) a partir do século XX mais precisamente após a chegada da ferrovia, o Vale do Paranapanema foi englobado como fronteira econômica do oeste paulista, foi neste período que ocorreu modificações no conceito de propriedades e o fenômeno de grilagem foi consolidado antes, posse da terra, o caboclo ocupava terras e isto já bastava para ter uma moradia, possuir uma roça para trabalhar e o reconhecimento com sua vizinhança, depois, a posse física do imóvel não foi suficiente, entra em questão o formalismo jurídico, papéis de prova, escritura e documentos para de fato ter terras na

localidade. À medida que se criavam fazendas, empresas, projetos agropecuários aumentava o controle sobre a terra. A fazenda Taquaral, que partia da serra do Mirante (atual município de Echaporã- SP, ocupando toda a margem do rio Pari- Veado) foi o primeiro imóvel adquirido por compra cartorial na década de 1860 no Vale do Paranapanema. Indivíduos de posse se fixavam residência nesta região que ficou conhecida como *bocas-de-sertão*. (MACHADO, 2005; p. 30 e 31)

Um dos proprietários, Francisco de Assis, conhecido como Capitão Assis, foi um dos primeiros colonizadores, da atual cidade paulista de Avaré, pioneiro da ocupação do Vale do Paranapanema²² fixou sua família em Botucatu. Foi uma parte de seu latifúndio que destinou a fundação de um novo povoado, o município de Assis. O vilarejo iniciou-se pela barra de um pequeno riacho, hoje conhecido como Água do Buracão, afluente do córrego do Jacu e Cândido Mota que ficou conhecido como Patrimônio de Assis. Segundo Júlio Machado:

Assis, antes da chegada da ferrovia, era um povoado rústico, de população pequena e esparsa, suas atividades fundamentavam-se por estabelecimentos agrários modestos e os hábitos de vida de sua população pautavam-se por valores sacros, prosaicos e eclesiásticos. Não obstante, com a ferrovia, uma fase de transposição para uma forma de exploração econômica especializada em moldes de produção intensiva voltada para um mercado específico seria posta em marcha e o crescimento demográfico da população que se colocaria sob sua égide seria um componente marcante de toda a sua história. (MACHADO, 2005; p. 35)

A cidade de Assis foi núcleo expressivo da região, a companhia férrea elegeu à cidade como posto de reabastecimento, com isso despertou interesse dos grandes fazendeiros da região. Incentivou-se atividades escolares, comércio e boa parte dos funcionários da Alta Sorocabana foram atraídos para cidade. Segundo Pierre Monbeig (1952), foi uma “fusão de cidades novas”, mesmo que na região já houvesse grandes centros urbanos (no caso as grandes cidades), as pequenas cidades e patrimônios ganhavam espaço e facilitava a locomoção de um centro urbano para outro, o que uma cidade não tinha a outra poderia oferecer outro tipo de produto. Assis foi, durante muito tempo, o núcleo urbano mais importante. A sua primeira casa foi construída em 1904; a fundação do

²² Lembrando que este caráter pioneiro relaciona-se com a ocupação do território por vias intencionais, deve-se ressaltar, em primeiro lugar, aos indígenas que já habitavam a região.

patrimônio, em 1905, coincidiu com o anúncio do traçado da via férrea. Esta só entrou em funcionamento em 1916, o que permitiu a Assis crescer como boca do sertão. Com tal crescimento que atraiu filhos de fazendeiros, dos comerciantes, e dos funcionários de uma boa parte da Alta Sorocabana, rural e urbana. Por seus internatos, Assis conservava um movimento constante e seu comércio aproveitou disso, apesar do impulso da cidade de Presidente Prudente. A antiga boca do sertão e a nova capital regional teve sua influência em diferentes municípios: a de Assis que se exerce sobre Cândido Mota, encontra a de Marília no território de Echaporã, alcança a margem esquerda do Paranapanema e se estende até a cidade de Rancharia. (MONBEIG, 1952 p. 327)

A região passa a ser englobada no ramo da produção mercantil, especulação do preço de terras de pequenas propriedades, por serem virgens, as terras da região exerciam especial atração às famílias de colonos que desejavam alcançar os rendimentos que a lavoura cafeeira proporcionava para os exploradores no oeste paulista. Os proprietários de fazendas fizeram investimentos para estruturar a produção cafeeira e as condições apreciáveis do solo atraíam cada vez mais investimentos. *“Neles já havia caminhos abertos, os índios quase todos dizimados ou escorraçados e alguns núcleos urbanos que serviam como ponto de apoio.”* (MACHADO, 2005; p 39- 43).

A proliferação das fazendas de café, e a exploração deste produto, gerou grandes fortunas, a produção nacional desenvolveu-se aceleradamente por todo o século XIX. Com os resultados obtidos que vinculavam diretamente com a expansão da economia cafeeira, partindo do setor privado, foi beneficiado por estímulos público. O governo ofereceu concessões públicas para a construção de estradas de ferro, e em 1886, a estrada de ferro *“São Paulo Railway”*, que interligava Santos a Jundiaí, gozavam de boa lucratividade. (MACHADO, 2005; p.46)

Segundo Luís de Castro Campos Junior em sua tese *“O Cooperativismo no Vale do Paranapanema - Estudo das Cooperativas: Riograndense, Agropepecária de Pedrinhas Paulista e Coopermota (1980-1995)”* (1997), a formação urbana de Cândido Mota teve como direção grupos políticos chefiados pelo coronel Valêncio que, com o apoio do governo estadual, podiam administrar do seu modo a política local,

Nas cidades mais novas, para os primeiros a chegar, que apresentavam mais eficiência, “a conquista representava o consenso geral ou da maioria em competições que eram seleções do mais forte pela tradição, pela fortuna, pela ação e pela inteligência.” No caso do

Coronel Valêncio, após organizar o processo de colonização, teve como preocupação adquirir terras na nova localidade, o que foi feito com a Fazenda Macuco [...] foi por muito tempo, um fazendeiro, com várias propriedades em vários distritos. (CAMPOS JUNIOR, 1997, p. 250)

Ainda no ano de 1890, região a qual pertencia a Companhia Colonizadora Paulista e depois passou a ser Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC), permaneceu a margem do Rio do Peixe abrindo caminho entre outros rios e matas, sendo que o transporte era a cavalo, canoa ou a pé. Estas iniciativas deram à economia regional um novo impulso, a possibilidade de articulação política com locais que estavam começando com as práticas de abertura de novos postos urbanos que também para atraíram as futuras construções das vias de férreas na região, enquanto esperavam as estradas de ferro, foi preciso transportar em mulas ou carros de bois toda a colheita que vinha sendo produzida, como lembra Monbeig (1952, p. 12 e 13).

Coronel Valêncio recebeu do Governo do Estado de São Paulo o título de posse das terras conquistadas. Em 1913, doou parte destas terras para a construção de uma igreja, o povoado começa a crescer e surge então o “Posto Jacu”, primeiro nome da cidade de Candido Mota, em 1920, passa à categoria de Vila. Em 1921, Vila de Cândido Mota passa a ser distrito no município de Assis (SP). Em 1923, tal distrito torna-se município, titulado Cândido Mota, nome dado em homenagem ao secretário da Agricultura do Estado de São Paulo.

Imagem 1 - Localização do Município de Cândido Mota no Estado de São Paulo.



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=candido+mota>.

De 1923 a 1950 as preocupações fundamentais foram abrir estradas e repartir o município. Em 1948 até 1949 construíram-se estradas carroçáveis, dentro do município ligando a outras cidades ao redor, anos depois já havia linhas de ônibus ligando Cândido Mota às cidades de Florínea, Assis e ao Estado do Paraná, sendo criadas mais quatro linhas internas para o Frutal do Campo, Porto Galvão e Taquaruçu.

Até 1914, a economia do Município era fechada por necessidade e em nível de subsistência; plantava-se apenas para o consumo, pois não havia meios de comercialização dos produtos. O grupo de pessoas que aqui viviam tinha como meio de sobrevivência a caça, a pesca e uma rudimentar agricultura. A roça era feira em pequenas derrubadas ao longo de córregos onde se plantava milho, arroz, feijão e abóbora. A partir de 1914, com a chegada da estrada de ferro, o povoado passou a produzir mais, sendo a madeira de lei o primeiro produto a ser comercializado em larga escala no município. Em 1920, começaram a chegar as primeiras cabeças de gado bovino, vindas de Botucatu e Campos Novos Paulista, que proliferaram grandemente e, como consequência, a área de pastagens foi aumentada. Em 1925, surgiu com grande força a cultura do trigo, que foi extinguida em 1927 após desastrosas safras. Em 1930, quando o café tomava conta de quase toda área, a cana de açúcar, a mamona e o cultivo do bicho da seda surgem e passam a figurar na Economia Agrária do Município, mas os dois últimos logo foram dando lugar ao trigo, à soja e à mandioca, que, juntamente com a cana e o café, constituem a atividade econômica do município. Em meados de 1930, começavam a surgir os primeiros pequenos e médios armazéns de secos e molhados, bares, açougues e indústrias de beneficiamento. (RHS CONTROLS – Recursos Hídricos e Saneamento Ltda. p. 22)

Na década de 1950, a região que engloba o oeste do Estado de São Paulo e o Norte do Paraná obteve destaque na produção de café e ficou conhecida a *Vale do Paranapanema*. O município de Cândido Mota com maior êxito na produção por conta das características do solo regional, rico em húmus, cálcio, fósforo e potássio. Neste período, alguns produtores da região– sob a liderança de Lázaro Inácio Dias²³ – se uniram formaram a Cooperativa dos Cafeicultores da Média Sorocabana fortalecendo a produção de café fugindo dos preços altos cobrados na época. A Coopermota foi inaugurada

²³ Lázaro Inácio Dias foi um dos idealizadores da Cooperativa dos Cafeicultores da Média Sorocabana, juntamente com Joaquim Galvão de França, Jair Ribeiro da Silva, Gilfredo Boreti na década de 1958. A Coopermota foi inaugurada oficialmente em 1959, foi sustentada também pelos produtores Otavio Pires de Almeida, Antunes Ribeiro e Mario Martins e mais 38 agricultores da região de Candido Mota –SP. (www.coopermota.net/historia).

oficialmente no dia 17 de maio de 1959, sua criação também foi sustentada por mais de mais 38 produtores, os quais assinaram a lista de presença da Ata da Assembleia Geral Extraordinária. A máquina de café destinada ao benefício e estocagem dos grãos regionais foi um dos primeiros investimentos para a criação da cooperativa. Atualmente a Cooperativa atende agricultores da região de Cândido Mota, Assis, Presidente Prudente, Maracaí e Ribeirão do Sul.

IMAGEM 2 - A Cooperativa Agrícola Mixta de Candido Mota, 1950



Fonte:<http://www.candidomota.sp.gov.br/index.php/candidomota/dadoscidade/albummunicipio/antigascsm.html>

Segundo os entrevistados, sobre as formas de como eles fazem referência ao local onde moram é comum encontrar lugares com a palavra “água” seguindo de um nome que direciona o lugar que estão os moradores, nas conversas informais foram observadas várias vezes a referência dos lugares por estes nomes. Diante deste fato, fizemos uma pesquisa utilizando mapas virtuais (em questão o site *Google Earth*) para saber se estes locais utilizam tais nomes e não foi encontrado nenhum registro, o que leva a perceber então que estes locais são de conhecimento dos moradores da região que se orientam por estas referências, porém o pouco conseguido com a pesquisa virtual foi endereços utilizando o nome “Estrada Taquaruçu” para se referir a zona rural de Frutal do Campo.

IMAGEM 3: Início da estrada de terra do bairro Taquaruçuzinho

Fonte: Arquivo pessoal

As informações encontradas da hidrografia existente na área territorial do município de Cândido Mota esta relacionada aos rios e córregos como o rio Paranapanema (limite do município), Córrego do Pavão, Ribeirão Pirapitinga, Rio do Pari, Córrego do Jacu, Córrego do Porto Seguro, Água do Macuco, Córrego da Pinguela, Córrego Taquaraçu ou da Aldeia, Córrego do Porto Seguro, Água do Barranco Vermelho, Córrego do Balaio da Onça, Ribeirão do Bagre ou da Queixada. (RHS CONTROLS – Recursos Hídricos e Saneamento Ltda/jun, 2013; parte 1-p.24)

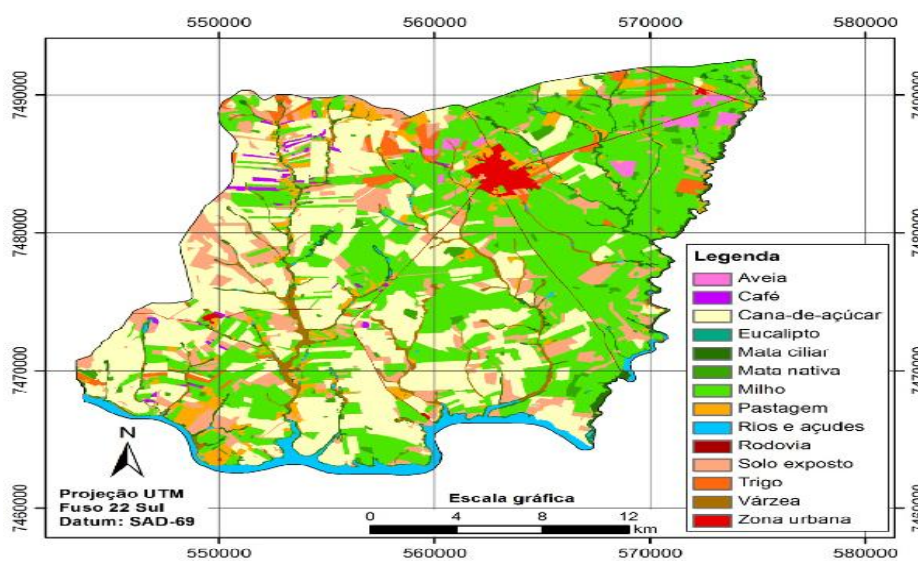
Água do Taquaruçu e Água do Taquaruçuzinho fazem parte da região que permeia esta pesquisa. Segundo os relatos dos entrevistados, Taquaruçu recebeu este nome por ser a junção de dois riachos que desembocam na região onde, anos atrás, às margens deste encontro moravam várias famílias que utilizavam da água deste córrego para uso próprio. Taquaruçuzinho pertence a esta região, mas o rio já não é tão abundante como no Taquaruçu, um “riozinho” (como foi relatado pelos entrevistados) e que só aumentou um pouco de volume quando uma tempestade tomou conta do local devido a uma tromba d’água que assolou a região do riacho e, conseqüentemente, aumentando-o de volume.

IMAGEM 4: Estrada que dá acesso ao rio Taquaruçuzinho



Fonte: Arquivo pessoal

IMAGEM 5: Mapa de uso da terra do município de Cândido Mota – SP em 28/05/2011, respectivamente, as diferenças médias de valores de NDVI e NDWI obtidos entre as datas de 28/05/2011.

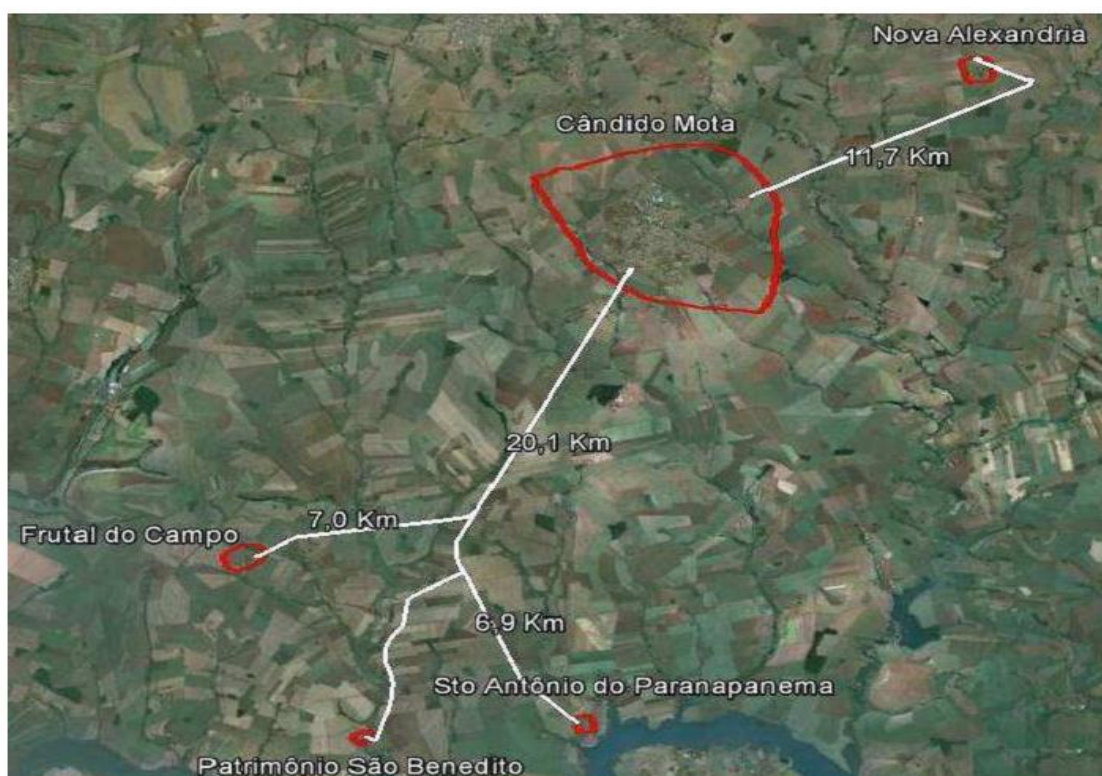


Fonte:

(DEMARCHI; PIROLI, 2015).

Água do Almoço é uma região que está localizada a beira estrada, entre a cidade de Cândido Mota e o distrito de Frutal do Campo, que mantém a formação inicial de vila: uma igreja ao centro, as casas das famílias e uma área de lazer (campo de futebol), utilizada pelos moradores das cidades vizinhas e das redondezas. Em algumas menções dos entrevistados sobre o local, algumas famílias que moram na Água do Almoço, moram de favor em troca de trabalho nas fazendas, e outras moram em sítios porque conseguiram manter seu pedaço de terra na região. Há também, segundo os relatos, a casos de pessoas que perderam tudo (propriedade e família) e vão trabalhar de caseiros nestes locais.

IMAGEM 6: Localização dos distritos pertencentes ao município de Cândido Mota.



Fonte: In: SAAE, 2012/ ROMERA, 2016.

Já o Distrito de Frutal do Campo, teve sua história oficializada pela Lei nº 2456 de 30/12/1953. No ano de 2000, o distrito conta com uma população urbana de 1.462 habitantes, já no ano de 2010, contou com aproximadamente 1.196 habitantes segundo os dados fornecidos pelo Plano Municipal de saneamento básico (SAEE) do município de Cândido Mota. Neste documento foram apresentados gráficos do ajuste linear do

crescimento populacional urbano do Distrito de Frutal do Campo. Foi observado que o modelo estatisticamente apresentado ajustou de forma linear uma possível equação que estima a população urbana do Distrito de Frutal do Campo do município de Cândido Mota em função do ano de interesse. Os resultados obtidos por este estudo indicam que em 2020, a população urbana estimada pelo modelo linear para o distrito ficará em 1.072 habitantes. Para 2042, a projeção feita pela SAAE estimou-se o número chegará a 497 habitantes urbanos no distrito de Frutal do Campo. A conclusão do documento aponta para uma tendência de diminuição da população que reside na área urbana do distrito. Na região rural de Frutal do Campo a estimativa populacional de 2000 era de 607 habitantes, em 2010, esse número cai para 381 habitantes. Conclui-se nesta pesquisa de 2013, que não existe tendência de crescimento populacional.

IMAGEM 7: Vista panorâmica do distrito de Frutal do Campo.



Fonte: In: SAAE, 2012/ ROMERA, 2016.

IMAGEM 8: Igreja Matriz do Distrito Frutal do Campo



Fonte: Arquivo pessoal

Imagem 9: frente da Igreja Matriz



Fonte: Arquivo pessoal

A importância desta região está intercalada com a história do distrito de Frutal do Campo, a povoação, tanto do distrito quanto das regiões das Águas, contam atualmente, em média 30 famílias, que permanecem no campo, alguns mais na região do Taquaruçu e Taquaruçuzinho. Porém ainda ocorre a transição de pessoas para a cidade, seja de famílias inteiras ou somente algum membro, como os filhos, primos, irmãos, o que muitas vezes se dá pela falta de recursos financeiros para manter a propriedade ativa no mercado.

IMAGEM 10: Placa que indica o nome da estrada no bairro rural de Taquaruçuzinho, localizado no Distrito de Frutal do Campo –SP.



Fonte: Arquivo pessoal

IMAGEM 11: Estrada que dá acesso às casas dos moradores.



Fonte: Arquivo pessoal

IMAGEM 12: Residência aparentemente abandonada



Fonte: Arquivo pessoal.

Na imagem acima, uma casa atualmente abandonada, mas que na década de 1970, contava com uma fazenda e uma escola, havia famílias morando na propriedade que contava até com uma piscina para o divertimento das famílias. Hoje somente as terras são utilizadas pelos proprietários. Os sítios na região, na maioria deles, são pequenos, como relatou um dos entrevistados “*no máximo cinco alqueires de terra*”. Depois da geada de 1975 e a entrada de novos produtos como milho, trigo, soja, cana-de-açúcar, as famílias já não tinham condições de se manterem no campo, a chegada dos grandes fazendeiros inibiu o trabalho do pequeno agricultor. Tais fatos podem ser relacionados com os efeitos do Estatuto da Terra sobre a distribuição da propriedade fundiária, alinhados com dados fornecidos pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural e outras estatísticas do INCRA entre 1966 e 1984, que segundo João Bosco Feres (1990), os registros e distribuição de imóveis rurais introduzidos pelos dados oferecidos pelo INCRA, demonstram que adotaram o critério de registro de *estabelecimentos rurais*, que para Feres:

O critério do INCRA, mais rígido, na medida que visava o cadastramento para fins de imposto territorial e de registro de propriedade, considerava como *imóvel rural*, o prédio rústico, de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencente ao mesmo dono, que seja ou possa ser utilizado em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial, independente de sua localização na área rural ou urbana do município. O conceito de imóvel exclui, entretanto, as propriedades inferiores a 5.000 m²; e os imóveis na área urbana dos municípios só são cadastrados quando têm dimensão superior a 2 ha. e sua produção é destinada à comercialização. (FERES, 1990; p. 409)

Conseqüentemente, foi a partir dos anos 1970, sob o processo de modernização do campo, que as modificações na política de assistência técnica e o esvaziamento se traduziu na perda da centralidade da família rural, se configurou na substituição dos atores sociais envolvidos na agricultura, sendo que, os camponeses brasileiros não foram convocados a participar deste projeto. O caminho tomado para legitimar a “empresa rural” - como única forma de produção capaz de competir com outros países - se traduziu no nível político-ideológico da atividade produtiva camponesa. (WANDERLEY, 2008; p. 57).

CAPÍTULO 3 - *Permanências em movimento*: relatos dos moradores do Bairro Rural de Taquaruçuzinho.

Na pesquisa realizada em 2014 e 2015 foram feitas entrevistas com moradores e ex-moradores do bairro rural Taquaruçuzinho a título de trabalho de conclusão de curso titulado: “*Aqui e Lá: novos olhares sobre o rural no Distrito de Frutal do Campo (SP)*” com objetivo de levantar dados do bairro estudado e resgatar a memória histórica dos moradores e ex-moradores desta região. Para a pesquisa de campo foram feitas oito entrevistas com moradores e não moradores destacando as transformações, as festas e os planos em relação à vida no campo.

Apresentaremos aqui a continuidade do trabalho de campo iniciado no ano de 2013 construindo elementos para compreender as novas transformações no meio rural paulista. Os resultados da pesquisa de campo realizada de julho de 2018 à julho de 2019 no bairro rural Taquaruçuzinho, contaram com cinco entrevistas com as famílias que permanecem morando neste bairro rural, buscando compreender os motivos de continuar morando nesta localidade mesmo com o processo de esvaziamento a partir de 1975. Deparamos-nos com algumas dificuldades em relação a primeira pesquisa, moradores que moravam e não moram mais, o falecimento de familiares, mudanças em relação as famílias ou a disposição de oferecer a entrevista, porém, também foi constatado por nós o que chamamos de “permanência em movimento”, fato este que contribuiu para formular a titulação desta dissertação. Observamos que as famílias não estão mais em suas propriedades, porém, permanecem de alguma maneira e em constante contato com o bairro rural, destas famílias em questão, entrevistamos duas que residem na cidade e que continuam trabalhando em suas propriedades no bairro rural. Tivemos um elemento que foi fundamental para aproximação dos entrevistados que foi a presença do meu pai, José Carlos Julião da Silva, que mediou e guiou as conversas, assim, quando chegávamos as propriedades em vez de susto e acanhamento, fomos recebidos com sorrisos e lembranças de quem conviveu durante alguns anos. A mediação foi fundamental e auxiliou na segurança e na veracidade dos relatos, portanto, pudemos ir além da superficialidade das histórias contadas.

Diante deste novo contexto, entendemos que houve mudanças nestes períodos de pesquisa, mas em alguns casos, não ocorreu o desligamento total com o bairro rural, a moradia foi transferida para a cidade, mas o ambiente do trabalho ainda continua no bairro rural, o sentimento de pertencimento ainda aflora entre os entrevistados, mesmo que a organização da sua morada esteja vinculada com a cidade. Deste modo, com o levantamento bibliográfico para este trabalho, constatamos que o território torna-se um importante instrumento da existência e reprodução do ator social que o criou ou que o controla, o valor simbólico e cultural de como o território é visto onde seus geo-símbolos marcam a inscrição da cultura de um grupo sobre seu espaço. A necessidade de uma aproximação com a empiria permite perceber melhor a complexidade da sociedade brasileira e suas representações espaciais, o rural representa um espaço incorporado/incorporador. (RUA, 2005; p.54-55).

As “novas territorialidades” constituíram um dos elementos norteadores para esta pesquisa, “com usos estabelecidos pela ampla participação dos interessados- habitantes da área de estudo” (RUA, 2005; p.55), o diálogo entre a sociedade local com o território inclui a herança social, a sociedade em seu movimento atual incluindo os elementos naturais e superficiais que marcam um dado local.

O roteiro de entrevista²⁴ contou com vinte questões sobre a origem dos antepassados da família, a chegada ao bairro rural, os motivos de permanecer e a pretensa de continuar no campo. O roteiro contou também com perguntas relacionadas à propriedade, os maquinários, as vantagens e desvantagens do trabalho no campo. Para as análises foi escolhido relatar as informações que nos foram passadas, como uma história contada, buscando destacar os pontos analisados de cada entrevista seguido das fotos de cada propriedade.

ENTREVISTAS- MORADORES

Entrevista 1- 2 famílias na propriedade

A primeira família entrevistada nos recebeu num dia de garoa fina e terra molhada com poucas aberturas de Sol, fomos convidados a sentar na área externa da casa da anfitriã, uma senhora de 75 anos, juntamente com sua nora e netos que nos ajudaram a

²⁴ O roteiro das entrevistas na íntegra está em anexo ao final deste trabalho.

guiar a conversa. Foi-nos relatado que a família inteira é do Estado de Alagoas, aos doze anos veio para a região de Assis (SP) trabalhar numa fazenda década de 1950. No sítio de quatro alqueires com uma represa próxima à propriedade, moram ela, o filho, nora e os dois netos, conhecido na região mais pelo apelido do filho mais velho do que o sobrenome da família, arrendam parte da propriedade para garantir durante o ano o sustento da família “*a roça ninguém mais aguenta*”, contudo, mantêm uma pequena parte para o pomar e “*roça de sustento*”. A produção principal da parte arrendada é de milho e soja, “*perdemos terra com a represa mas houve o aumento da valorização da terra*”.

Carla: Como a família chegou a região? Qual é a origem dos seus antepassados?

P.: Todos eram de Alagoas, casei e viemos para a região, e logo aumentou a família.

Carla: Quantas famílias vieram para cá?

P. Com um conhecido da família e mais uma prima.

Carla: Como construíram o nome?

P.: Aqui era do antigo japonês, mas mudamos para São Antonio por causa do santo.

Carla: Quantas famílias permanecem aqui atualmente?

P.: duas famílias, eu e meu filho mais velho com a família dele.

Carla: Qual foi o melhor período desta região?

P.: Ah, uns 40 anos atrás, quando tinha bastante plantação de café e escola.

Carla: Carla- Antigamente tinha muita gente morando aqui?

Filho mais da Senhora P.- Antigamente tinha muita fartura, muita gente morava aqui, era cheio de casa, cada sítio tinha uma casa, era o pessoal que trabalhava na lavoura, agora acabou com tudo, a maioria perdeu tudo.

Carla: Nossa, então aqui era bem animado, cheio de gente.

Filho mais da Senhora P: Ah, Tinha muito arrasta pé, risca faca, puxa fole, onde fervia mesmo era lá na venda do seu pai [risos] o movimento era forte lá, desde festa até comício tinha lá.

Carla: Sua família pretende permanecer morando no sítio?

P: Por enquanto sim

Carla: O que faz vocês permanecerem?

P.: Sossego, paz...

Neto da Senhora P. (jovem de 26 anos): sem a barulheira de moto e som [risos]

Carla: Tem algum lazer aqui na região?

Neto da Senhora P. (jovem de 26 anos): ah, ir para o Frutal e jogar bola com o time do Frutal.

Carla: Vocês pretendem ficar por aqui (jovens)?

Jovem de 16 anos: Gosto daqui, mas quero fazer curso e arrumar um bom emprego que tá bem difícil de arrumar, meu pai terminou os estudos depois de adulto, eu quero fazer cursos...

Jovem de 26 anos: Sim, pretendo sim, até encontrar um emprego.

Na primeira entrevista realizada com o pai destes jovens, em 2015, foi frisado por ele a questão dos estudos:

Carla (2015): O que é bom e o que é ruim na vida do campo?

Pai dos jovens (2015): O sítio é 100%, cheguei da cidade e não quero mais sair, é uma liberdade para plantar, na cidade tem que ter estudo, tudo tem que comprar, a vida no sítio é bem melhor. A cidade me deu prejuízo, eu só gasto.

Estes jovens de 26 e 16 anos, também responderam as questões sobre o nível de escolaridade, o mais velho concluiu o Ensino Médio e o mais novo continua estudando e fazendo curso técnico. O bairro rural conta com o transporte da prefeitura de Cândido Mota que leva e trás os estudantes para o distrito de Frutal do Campo ou para município. Foi perguntado se pretendem permanecer na propriedade ajudando família, ambos responderam que sim, mas ressaltaram o interesse em sair caso conseguissem estabilidade profissional na cidade.

Carla: Quais são os planos para permanecer no campo?

P.: Continuar o que sempre fez, trabalhando aqui mesmo.

Carla: Houve, em algum momento, problemas financeiros para manter o sítio?

P.: Quando meu marido morreu e quando aumentou a represa perdemos terras mas já valorizou bastante.

Carla: Como é a atuação das cooperativas (positiva/negativa)?

P.: Somos associados e sim é positivo.

Atualmente são associados numa cooperativa que atua na região e avaliam como positiva a relação com esta pelo auxílio na estocagem e fornecimento de insumos para a produção.

Carla: A área é arrendada? Se sim, quais são as vantagens.

P.: Sim, tem o garantido do ano, roça ninguém aguenta mais, nem os jovens.

Carla: Qual é o total da área da propriedade de vocês?

P.: 4 alqueires.

Carla: Possuem maquinários?

P.: Sim, arado e trator

Carla: Qual é a produção principal do sítio?

P.: Soja e milho

Carla: É usado algum tipo de fertilizantes ou agrotóxicos na lavoura?

P.: Sim

Para preservar a identidade dos entrevistados foi fotografado apenas o que diz respeito à propriedade, longe das casas para manter a privacidade dos entrevistados como foi escolhido por eles no ato da entrevista.

IMAGEM 13: lateral da propriedade da Senhora P.



Fonte: Arquivo pessoal.

IMAGEM 14: Propriedade da Senhora P.



Fonte: arquivo pessoal.

IMAGEM 15:Galpão na propriedade da família.



Fonte: Arquivo pessoal.

ENTREVISTA 2- Apenas um morador

O Senhor Jo., professor de 78 anos, aposentado pela rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo, precisamente no litoral paulista. Atualmente divorciado, mora sozinho em sua propriedade onde cria gado, porcos, galinhas, uma roça de sustento e outra parte arrendada, da produção de leite vende queijos na região e na cidade, preferiu não responder as questões relacionadas a família, numa conversa rápida nos ofereceu elementos fundamentais para nossas análises.

Carla: Pretende permanecer no sítio?

Jo.: Nunca quis sair daqui, fui pra Peruíbe, aposentei e voltei, aqui tem tranquilidade e tenho muito prazer de morar aqui.

Carla: Qual o total da área da sua propriedade?

Jo. seis alqueires

Carla: Possui maquinários?

Jo.: trator e arado.

Carla: A área é arrendada?

Jo.: Sim, parte dela.

Carla: Como é atuação das cooperativas (positivo/negativo)?

Jo.: Mais ou menos, temos onde guardar a produção, mas não dá pra confiar muito não.

Sobre a questão das dívidas contraídas no meio rural, na primeira entrevista com o Senhor Jo., foi relatado sobre os problemas ocasionados com a ação das cooperativas:

Jo: trabalhar na roça dá muito trabalho, a gente precisa se dedicar a terra, ai a pessoa não dá conta e começa a pedir dinheiro emprestado ai se já viu né?! Tem gente que perdeu tudo porque devia pra cooperativa, mas ele não queria sair de lá não, mas teve que sair quando o novo comprador começou a preparar a terra, jogou calcário e derrubou a casa ai ele viu que tinha perdido tudo mesmo por conta das dívida. Tem a história do P. também que comprou uns alqueire de terra, nem sabe até hoje quem era a família que mora lá, foi comprando e nem quis saber, agora ele briga na justiça porque não consegue o direito a terra porque a família continua plantando lá. Viveu a vida inteira na cidade e depois de anos com um dinheiro a mais resolveu comprar essa terra, mas não foi bom negócio, ele é dono, mas não recebe um centavo e vai ser difícil ele conseguir tirar aquele povo de lá, é uma família que vive lá ha muito tempo, sempre trabalharam com terra, quando se vive da terra sabe a importância que tem ela.”[relato do senhor J. em janeiro de 2018]

IMAGEM 16: Estrada que dá acesso a propriedade localizada no lado esquerdo da foto.



Fonte: Arquivo pessoal.

IMAGEM 17: A antiga escola primária do bairro rural Taquaruçuzinho, atualmente desativada.



Fonte: Arquivo pessoal

ENTREVISTA 3- PORTAL DAS ÁGUAS: quatro famílias moradoras

Portal das Águas é um condomínio construído em 2005, que possui um total de 51 endereços, com 44 domicílios particulares conhecidos como *ranchos*, porém, das informações fornecidas à nós, atualmente neste condomínio são residentes somente quatro famílias. Ao chegar ao local notamos uma movimentação de pessoas, crianças e familiares brincando dentro e fora do condomínio, fomos bem recebidos e já na entrada notamos que as pessoas ali presentes estavam num momento de descanso, não oportuno o dia da semana escolhido para entrevistar foi no domingo.

A entrevista com os moradores precisou de modificações no roteiro devido ao contexto em que se encontram estas famílias. As perguntas foram direcionadas para a permanência no bairro, os moradores que não possuem mais sítios, optaram pela venda das propriedades para comprar a casa no condomínio, a principal justificativa foi a segurança, tanto financeira quanto proteção. Dos entrevistados somente um – que também trabalha como síndico – mora com a esposa e com filhos, os outros dois entrevistados, não residem com familiares, duas senhoras já viúvas e um casal que mora sem os filhos. Pouco foi comentado da maneira em que vivem, mas o fator motivador para morar num condomínio fechado foi a segurança de ter pessoas ao redor e poder continuar no seu lugar de origem que é o bairro rural.

Ao síndico, perguntamos:

Carla: Qual origem do condomínio?

V: Este condomínio começou a ser construído em 2005, era da família que tinha terras aqui e foi comprada por uma construtora, eles venderam a propriedade e o novo dono construiu o condomínio e vende os terrenos mais para “pescadores”, tem bastante gente que vem para cá para pescar.

Carla: O senhor tinha terras por aqui?

V.: Sim, vendi e comprei aqui, moro e trabalho aqui mesmo.

Carla: É mais seguro?

V.: Sim, as crianças pode ficar por aqui [apontou para a rua] tem o ônibus da prefeitura que vem buscar e depois trás

Carla: Estudam no Frutal?

V.: Sim, um estuda, o outro é bebê ainda, não vai pra escola

Carla: Seu filho mais velho gosta de morar aqui?

V.: Até agora não reclamou não [risos]

De forma muito simples e bem reservada, as outras entrevistas de curta duração contou somente com o relato de optar em morar no condomínio, e nas falas observamos o alívio de morar perto de outras pessoas. A segurança foi o tema mais falado que segundo as entrevistas de M. e N.:

Carla: A senhora acha mais seguro morar aqui no condomínio?

M.: Todo mundo já foi embora, aqui temos segurança, tudo fechadinho, se precisa de alguma coisa tem o V. que socorre nois, depois que meu marido faleceu prefiro ficar aqui mesmo que é tranquilo.

N.: Aqui todo mundo se ajuda, quando precisa é só chamar que vem nos ajudar.

Carla: Já pensaram em ir embora para a cidade?

M.: Não

N.: Não

Carla: A família morava tudo aqui no sítio?

M.: Sim, nois tinha um sítio, morava todo mundo mais ai os filhos foi embora ai ficou só eu e o marido, vendemos e compramos aqui.

N.: Morava todo mundo aqui.

Carla: Mas percebi que tem bastante movimento por aqui, o barulho não incomoda?

M.: as vezes, mas é bom ver movimento

N.: As vezes eles coloca uns som alto, as vezes tem briga mas não me incomoda tanto não.

Carla: Quais são os planos para permanecer no campo?

M.: Ficar por aqui mesmo.

N.: ficar aqui mesmo, não tenho planos não.

IMAGEM 18: entrada lateral do condomínio



Fonte: Arquivo pessoal

IMAGEM 19: interior do condomínio



Fonte: Arquivo pessoal

IMAGEM 20: frente do condomínio Portal das Águas.



Fonte: Arquivo pessoal.

Perante as conversas com todos os moradores, tanto dos sítios quanto do condomínio, constatamos significados de campo e cidade, sobretudo na fala do jovem J (16 anos) que ofereceu elementos para se pensar no mundo rural contemporâneo. O rural, como aponta José Graziano da Silva (1997), ainda hoje é definido usualmente como mundo não urbano, vinculado a visão de mundo agrário sem mudanças com características naturais rurais. A questão da qualificação profissional levantada pelo pai na entrevista de 2015 levanta o debate sobre os paradigmas, intensões e formas de organização racional urbana de se viver e entender o campo.

Entender o crescimento da população rural²⁵, novas dinâmicas, ou de criações de municípios que tem mais de rural do que necessariamente urbanos, também nos leva apesar os problemas frequentes de moradores que perderam sua propriedade por conta de dívidas. Graziano no artigo “*O Rural Paulista- muito além do agrícola e do agrário*” (1996) sinaliza problemas nas receitas e despesas agrícolas em análises feitas com dados do IBGE sobre juros e despesas bancárias que aumentaram de 5% para 15,3% no período de 1985-1993 devido à grande estabilidade financeira. Os setores que tiveram queda por conta destes aumentos foram maquinários, equipamentos, impostos e taxas, pagamentos de serviços, arrendamento e a parceria - pagamento de renda da terra. (SILVA, 1996; p.66).

Outro fato observado que pode ser analisado pela ótica de José Graziano Silva são as atividades não-agrícolas no Estado de São Paulo que vem se “proliferando” nos bairros rurais, são conhecidos como sítios de recreio, serviços destinados ao lazer (pesque-pague, hotel fazenda, pousadas, restaurantes, spas) ou de atividades produtivas com considerável valor comercial, produção de flores, hortaliças, pomares domésticos próximo das cidades. O *part-time farmer* refere-se ao novo ator social consolidado no paradigma da sociedade “pós industrial” procurando adequar atividades agrícolas e não-agrícolas no campo, constitui nos agricultores em tempo parcial, além das atividades tidas como agrícolas não necessariamente somente um fazendeiro, mas, um trabalhador autônomo.

PERMANÊNCIAS EM MOVIMENTO- relatos dos que saíram do bairro, mas permanecem com ligações diretas com o campo.

²⁵Segundo José Graziano da Silva (2001) sobre as análises da PNADs, o Estado de São Paulo teve o dobro do crescimento populacional no campo (3% a.a contra 1,5% a.a) no ano de 1999. O autor também analisa o crescimento da população rural em outros estados, somente na região Sul do país que houve sinais de queda nas áreas rurais. (SILVA, 2001, p. 4)

ENTREVISTA 1

A entrevista com a jovem A.C (25 anos) foi a mais completa em relação às outras entrevistas, dado ao seu interesse pelo o assunto e pela sua facilidade de comunicação, algumas perguntas, o desconhecimento dela, principalmente da vinda da família para o bairro rural, a origem dos antepassados, a quantidade de famílias que foram para o sítio e a nomeação da propriedade não a permitiu responder tais questões. Mas, nas entrevistas de 2015 sua avó indicou elementos construtivos da história da família:

Carla: tinha bastante gente morando por aqui?

Avó da jovem de 59 anos (2015): Sim, meu bisavô era italiano fugindo da guerra comprou pedaços de terra e os imigrantes italianos que construíram a escola daqui, perto da estrada, eu estudei no campo e as crianças que levavam o lanche, foi decisão do meu pai, meu pai era muito trabalhador, queria um trabalho mais leve para as filhas, o sítio ficou como tio que pesquisou a cidade. Meu pai quando chegamos aqui já foi conversando com a professora das crianças e depois de uma semana já estávamos todos trabalhando. O fazendeiro

A mesma entrevistada participou da pesquisa de campo realizado em 2014 e 2015, neste período ela se encontrava como estudante de uma faculdade pública na cidade de Assis (SP) morava e ajudava os pais na propriedade e sua pretensão era continuar morando no bairro rural, como aponta seu primeiro relato em 2015:

Carla: Sempre morou no campo?

A.C (entrevista de 2015): “Sim, sempre morei desde que nasci... [risos] a família nunca teve a intenção de mudar, vivemos da agricultura e todos ajudam na plantação, morei por cinco meses na cidade, mas não me acostumei e voltei pra casa dos meus pais, não me adaptei na cidade, o campo tem tranquilidade, podemos plantar o consumir tudo da terra, poder andar de trator, ajudar no plantio, gosto muito daqui. ”

Nas entrevistas realizadas desde julho de 2018 percebemos algumas mudanças que ocorreram na vida de A.C, hoje com 25 anos, agora casada e morando na cidade de Cândido Mota:

Carla: Já sentiu a necessidade de ir embora para a cidade? Por qual motivo?

A.C: “Sim, eu no meu caso, por exemplo, hoje eu moro na cidade por conta de questões de trabalho, né, que no sítio tem lá as funções para fazer, mas como eu vim para estudar acabei ficando, arrumando emprego na cidade e fiquei morando na cidade, faz dois anos já”

Seguindo o roteiro, perguntamos sobre a pretensão da família em continuar morando no sítio:

A.C: “Sim, enquanto houver meios de subsistência permanecemos no sítio, então é isso que pensa meu pai, minha mãe e todos eles lá. O sítio é nossa fonte de sobrevivência, não vemos a necessidade de sair daqui, gostamos daqui e simplesmente amamos o campo”

Ao analisarmos a fala de A. C retomamos as nossas referências bibliográficas para traçar uma possível compreensão deste movimento de sair, mas continuar permanecendo no campo. Segundo Elisa Guaraná de Castro na tese de doutorado: “*Entre Ficar e Sair: uma etnografia de construção social da categoria jovem rural*” (2005), a forte valorização da formação escolar e mesmo o trabalho remunerado com salário fixo, a escola é prioridade no discurso, o intenso esforço da família para garantir que os filhos estudem, estas criam estratégias, como reorganizar o trabalho familiar, para que os filhos possam estudar e trabalhar, neste contexto o trabalho urbano é valorizado pela renda “mais certa”, os estudos oferecem uma mobilidade social, sendo que tais fatores não anulam o sentimento de pertença no sítio. (CASTRO, 2005; p. 247- 255). Na dualidade que atravessa a relação entre o “ficar e sair” se manifesta, contudo o “sair” não associado ao abandonar, mas, no sentido temporário. O movimento do “ficar” mesmo que seja morando na cidade, os laços com o campo acabam permanecendo. Durante a entrevista com A.C foi possível observar claramente a permanência dela no campo, mesmo morando na cidade.

Carla: Qual o nível educacional dos membros da família?

A.C: “Somente uma pessoa da casa, no caso eu, com nível superior completo, meu pai tem até a 3ª série do Ensino Médio, minha mãe tem até a 8ª série do Ensino Fundamental e meu irmão com Ensino Médio completo.”

Carla: Caso tenha jovens na família, eles pretendem continuar morando no sítio?

A.C: “Bom, eu respondo isso por mim, né, sim, o sítio continuará sendo representado pela família futuramente, né, assim que meus pais não tiverem mais condições de tocar o sítio, possivelmente meu irmão e eu nós assumiremos a responsabilidade.”

Para Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2003) o agricultor familiar não é passivo sem resistência perante a sociedade capitalista, pelo contrário, ele constrói sua própria história neste complexo campo de forças entre o que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos na sociedade moderna. A adaptação às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural reformulam o sentimento de pertencimento. (WANDERLEY, 2003; p. 58)

Sobre o uso da terra da propriedade da família de A.C utilizamos as perguntas do roteiro:

Carla: Qual foi o melhor período desta região?

A.C: “De acordo com a base que eu tenho, e o que minha mãe falou, os anos de 1990, o período dos anos 90 foi o melhor período, foi a época que meu avô era vivo, os filhos trabalhavam todos juntos, né, não tinha essa separação que tem hoje em dia. Da nossa família, os Correia, são três famílias que permanecem no sítio, que é a nossa família, e dois primos do meu pai com a família deles.”

Carla: Houve, em algum momento, problemas financeiros para manter o sítio? Em qual ano?

A.C: “Depois dos anos 90, depois que meu avô faleceu em 2005, principalmente, depois disso, tem encontrado todos os anos uma dificuldade, quando não é a seca, é a produção, é os preços dos insumos que estão altos, então sempre tem uma dificuldade, todos os anos a gente tem alguma dificuldade. Não possuímos ajuda governamental atualmente.

Carla: Como é a atuação das cooperativas (positivo/negativo)?

A.C: “Do nosso ponto de vista até que é positivo, tirando o valor dos insumos, é tudo muito instável, né, então não dá para garantir que sempre é positivo, tem o lado positivo e o lado negativo.”

Carla: Qual o total da área do sítio?

A.C: “Treze alqueires, meu pai tinha quinze, mas vendeu dois, então total atualmente é treze alqueires.”

Carla: A área é arrendada? Se sim, quais são as vantagens?

A.C: Não, nós mesmos que tocamos o sítio.

Qual é a produção principal do sítio?

A.C: “Lá eles mexem com cana-de-açúcar, milho, soja, é tudo variado, e a horta familiar, mas a maior produção é a cana-de-açúcar.”

Carla: Possuem maquinários?

A.C: “Sim, tem os tratores, cultivador de cana, plantadeira, bomba de veneno...”

Carla: É utilizado algum tipo de fertilizantes ou agrotóxicos na lavoura?

A.C: “Sim, infelizmente não estamos livres disso.”

IMAGEM 21: Galpão dos maquinários e a casa da família Corrêa



Fonte: Arquivo pessoal

IMAGEM 22: estrada que dá acesso ao sítio da família Corrêa



Fonte: Arquivo pessoal.

IMAGEM 23: Galpão dos maquinários



Fonte: Arquivo pessoal.

IMAGEM 24: Casa de um dos membros da família

Fonte: Arquivo pessoal.

ENTREVISTA 2

O senhor J. de 66 anos, mora com a família na cidade de Assis deixou de trabalhar no sítio para ficar e trabalhar na cidade, desde os anos 2000, nos relatou, em conversas informais, que não estava mais “dando conta” de trabalhar sozinho na roça, ficava a semana inteira na casa que pertencia a sua mãe e só voltava pra cidade nos finais de semana. Ele nos contou que foi um processo bem difícil até não ter mais alternativas e preferiu optar em ficar de vez na cidade. Mesmo com a mudança, frequentemente vai ao sítio, como visitante e vigilante de suas terras, passa o dia, geralmente com a esposa e os dois filhos mais velhos e no fim da tarde volta para sua casa na cidade. Com uma boa memória, já começa sua entrevista contando da chegada da família ao bairro rural:

Carla: Como a família chegou à região?

J. C: “Meu avô trabalhou na fazenda do Capitão Filomeno e em troca de um pedaço de terra oferecia serviços na fazenda e nos anos

de 1920, conseguiu uma gleba. as terras divididas no ano de 1936, e o sítio com nome de “Sítio Constantino”, minha mãe herdou uma parte da herança deixada pelo meu avô ali, casou com meu pai que era outro herdeiro de terras da mesma região, e aumentou a propriedade e mantiveram por muito tempo o sítio e a casa na cidade de Cândido Mota. Não cheguei a conhecer meu pai.”

Carla: Qual foi o melhor período desta região?

J.C: Ah, na década de 1970 e 1980, quando a gente tocava a venda, tinha muito movimento ali, vendia de tudo, era ponto de ônibus, tudo que precisava buscava ali.

Carla: Quantas famílias permanecem no campo?

J.C: Atualmente primos de segundo e terceiro grau, da parte da família que moram no sítio, dos seis irmãos, só quatro irmãos, contando comigo, ainda possuem terras na região, os outros, venderam as terras. Entre os que possuem terras, um deles aumentar o patrimônio comprando aparte dos irmãos, eu e uma irmã mantém suas áreas arrendadas para um primo de segundo grau, a outra irmã mora nas suas terras numa chácara próximo de Cândido Mota.

Carla: A área é arrendada?

J.C: Sim, as vantagens é a segurança do dinheiro todo ano, faz chuva, faz Sol, o dinheiro ta ali, tem que pagar né.

Carla: Total da área arrendada?

J.C: três e meio alqueires

Carla: Possui maquinários?

J.C: Não, tinha um trator, mas vendi quando arrendei as terras. O arrendante tem trator, plantadeira, bomba de veneno, carretinha.

Carla: Qual é a produção principal do sítio?

J.C: Milho e soja.

Carla: Pretende, futuramente, vender o sítio?

J.C: Não, é a nossa segurança.

Carla: Houve, em algum momento, problemas financeiros para manter o sítio? Em qual ano?

J.C: Em 2000 eu já não conseguia trabalhar sozinho, muito mato no meio da plantação que precisava tira e sozinho eu não conseguia, ai

enchia de mato e perdia parte da lavoura. Larguei mão, muita dívida que eu não aguentava pagar, teve uma vez que eu tinha tanta dívida que por sorte, participei de um sorteio na Coopermota e acabei ganhando uma plantadeira, vendi e paguei o que devia.

Carla: Como é atuação das cooperativas (positivo/negativo)?

J.C: positivo quando precisamos organizar o plantio, ela fornece todos os insumos, mas negativo porque a gente acaba se individualando.

IMAGEM 25: Antiga *Venda* da Dona Cecília, local onde foi ponto de venda de mantimentos e parada de ônibus.



Fonte: Arquivo pessoal.

IMAGEM 26: Árvore centenária na propriedade do Senhor J.



Fonte: Arquivo pessoal.

IMAGEM 27: Família Julião (da esquerda para a direita: o filho caçula, Senhor J, filho do meio, genro e o netinho)



Fonte: Arquivo pessoal.

Nos relatos informais, que atualmente é associado da *Coopermota*, nos relatou um pouco do sentimento, as desconfianças e o medo de perder as propriedades no que diz respeito as ações das cooperativas. Quando o agricultor se torna associado de uma cooperativa suas dívidas entram como se fossem uma antecipação caso acontecesse de não ter lucro naquele ano. No período de dívidas os associados precisam ajudar a pagar, porém os grandes proprietários de terra se recusam a entrar neste processo e quem acaba tendo prejuízos são os pequenos agricultores. A cobrança sobre a produção também é outro entrave, todas as impurezas encontradas no meio dos grãos são descontados. Não conseguindo dar conta do que foi gasto com a lavoura, os pequenos agricultores optam em trabalhar, para ganhar um valor diariamente, em outras terras na colheita de mandioca ou algodão. Com a concorrência entre cooperativas, uma que chegou recentemente na região, conhecida como *Belagrícola* conseguiu arrebanhar alguns pequenos produtores, pelo motivo de não cobrar sobre a estocagem dos grãos nos silos.

Das nossas visitas ao bairro, notamos que algumas casas permanecem fechadas, sem moradores, porém, o que foi observado que mesmo sem moradores algumas propriedades possuíam algum cuidado com a casa, criação de animais e plantação de hortas. Nota-se que mesmo não havendo um contato direto com estas pessoas foi possível perceber que frequentam a propriedade corriqueiramente. Foi tentado vários contatos mas sem sucesso.

IMAGEM 28: propriedade que pertence à irmã do Senhor J. (quem mantém os cuidados do lugar é o arrendante das terras).



Fonte: Arquivo pessoal.

IMAGEM 29: Horta cultivada pelo arrendante.



Fonte: Arquivo pessoal.

IMAGEM 30: Pequena plantação de abacaxi.



FONTE: Arquivo pessoal.

IMAGEM 31: Criação de galinhas.



Fonte: Arquivo pessoal.

IMAGEM 32: Outra propriedade com a criação de animais.



Fonte: Arquivo pessoal

IMAGEM 33: Galpão de maquinários.



Fonte: Arquivo pessoal.

Manter a terra é o objetivo central dos esforços e do prestígio da família, que dependem da manutenção do patrimônio, assim, segundo Elisa Guaraná de Castro (2005), a herança possui uma função social de continuidade. Nas falas vemos a necessidade de manter-se ativo no bairro, uns com terras e outros pelo fato de ter nascido e se criado ali, o sentimento de pertença foi o ponto mais observado nas falas, até mesmo os jovens que em algum momento pretendem sair dali, mas ainda carregam o compromisso de auxiliar a família e manter a vida do lugar de origem.

3.1- As transformações no campo no contexto atual brasileiro – as novas ruralidades.

Diante das entrevistas realizadas para este trabalho juntamente com algumas entrevistas realizadas em 2015, pudemos trilhar um caminho para as nossas análises, levando em conta os elementos fundamentais que embasaram nossas hipóteses. Para a compreensão dos relatos utilizamos neste subitem, e no subitem 3.2, referências bibliográficas que auxiliaram no entendimento das entrevistas, as modificações, transformações e permanências que ocorrem no campo. Levamos em conta estes três elementos e, juntamente com a História Oral, ampliar as análises da abrangência interpretações no que diz respeito ao campo/rural.

As *permanências em movimento* encontradas no bairro rural de Taquaruçuzinho nos mostraram a importância de se pensar o rural no contexto atual brasileiro, para Maniglia (2002) o papel da agricultura a partir de 1978, após a crise do petróleo e a entrada da cultura da cana de açúcar para a produção de álcool combustível ganha espaço no Estado de São Paulo e fatores como a questão do desemprego e a segurança, que nos aponta alguns elementos fundamentais para as análises. A Constituição de 1988, sobre a lei n. 8629/93 deu uma nova classificação aos imóveis rurais distribuindo-os em pequena propriedade, média propriedade e propriedade produtiva, mas não mencionou a questão do latifúndio, minifúndio da empresa rural e da propriedade familiar, assim:

A pequena ou, no melhor entendimento, até a média propriedade constituem unidades de produção familiar. Por regra, os proprietários dessas terras exploram seu imóvel por conta ou com a ajuda de sua família. São pessoas que herdaram suas terras ou as adquiriram pelo processo de legitimação ou, ainda, são posseiros, que ambicionaram a aquisição do título, mas cuidam da terra com desvelo de proprietário. Instrumentalizam sua atividade com sua força de trabalho e se inserem nos objetivos de produção semelhantes aos dos assentados, inclusive fazendo-se valer de capacitação técnica e crédito rural especiais. Seus interesses estão, sem sombra de dúvida, muito mais próximos dos empregados rurais, do que dos grandes proprietários. Estes trabalham a terra, mas de forma indireta, determinando ordens, na condição de empregador. Os pequenos proprietários, chamados também de camponeses, usam mão-de-obra paga em dinheiro, (em espécie somente em situações excepcionais, exercendo, apenas em raras ocasiões, um controle sobre o trabalho alheio). (MANIGLIA, 2002; p. 82)

Já para Feres (1990), o crescente número de máquinas e a mão-de-obra permanente utilizada na agricultura, substituída pela temporária, acarretou mudanças na forma de remuneração do trabalho e forçando trabalhadores a buscar suprimento de uma renda em

empregos urbanos ou semi-urbanos. No caso do Estado de São Paulo na década de 1970, foi apresentado um número de 43% de pobres rurais devido a modernização tecnológica que avançou no Estado. (p.421-423).

Entretanto, estudos como o de José Graziano da Silva no artigo: “*Velhos e novos mitos do rural brasileiro*” (2001) tem apontado que o emprego de natureza agrícola vinha decaindo em todo país nos anos de 1992-1999, mas a população residente no campo voltou a crescer – ou, segundo o autor, parou de cair -, este cenário é explicado em parte pelo aumento do emprego não-agrícola no campo (SILVA, 2001, p. 6).

As mudanças no meio rural tomaram rumos não previstos pela a tradicional Sociologia Rural que apontava uma diminuição da população agrícola como consequência da implementação hegemônica do modelo produtivista, sendo a urbanização uma decorrência natural e inevitável da modernização da sociedade. O mito fundador da Sociologia rural que instituiu a oposição entre campo e cidade numa relação de subordinação da primeira pela segunda como realidades espaciais e sociais descontínuas. A busca da essência do rural e do urbano envolveu um amplo debate ao longo do século XX que, dos muitos estudiosos sobre o tema, reduziu o desenvolvimento das análises do rural a partir das perspectivas de sua modernização, ou a constituição de uma sociologia baseada mais na imagem criada pelos sociólogos sobre o rural partindo da ótica da escassez, da falta e do atraso (CARNEIRO, 2008; p.10-11)

No entanto, a dinâmica atual das sociedades rurais tem introduzido novos ingredientes ao debate, abrindo o leque de outras correntes interpretativas. O campo está em processo de transformações tanto nas atividades econômicas quanto nas realidades sociais e culturais, tornou-se difícil aplicar uma definição uniforme sobre a noção de rural, de um lado o debate sobre uma possível extinção da tradição cultural fundada na prática agrícola (o agricultor familiar ou o camponês) sendo destruída pelo desenvolvimento capitalista, e a outra, de pensar a ruralidade como uma representação social, definida culturalmente por atores sociais que desempenham atividades que não são homogêneas e nem, necessariamente, vinculadas à produção agrícola. As reestruturações dos elementos da cultura rural veem incorporando releituras da cultura urbana, trazendo para o mundo rural possibilidades de manter viva a cultura local e contribuir para alimentar e reforçar os vínculos com o campo, não cabendo mais na afirmação da tendência ao seu esvaziamento social, econômico e cultural. (CARNEIRO, 2008; p.11).

No trabalho de José Eli da Veiga, *“A dimensão rural no Brasil”* (2004) é apontado que ao invés de diluir as diferenças entre o rural e o urbano, o caminho vem sendo o de propiciar o reforço da identidade e o sentido de pertença da localidade, possibilitando uma integração entre ambas e mantendo uma lógica que garante que o indivíduo continua se identificando com o lugar onde se vive. Nessa perspectiva, os efeitos modernizadores que ocorrem sobre a agricultura, nos moldes da produção urbano-industrial, demonstram implicações sobre a população que está no campo. A expansão da “racionalidade urbana”, provocada pela forma de trabalho e da produção capitalista, leva a questão da necessidade de romper com a referência da cultura urbano-industrial e não congelar o conceito de “camponês” como “modo de vida”, tal distinção acaba por reduzir a compreensão da dinâmica social. As transformações da comunidade rural provocadas pela intensificação com o mundo urbano não resultam na descaracterização do indivíduo, as mudanças de hábitos, costumes e mesmo a percepção de mundo não implica na ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social. A diversidade assegura a identidade do grupo que experimenta uma consciência de si na relação de alteridade com os “de fora”. (CARNEIRO, 2007, p.55-58).

Quando analisamos as entrevistas realizadas no ano de 2014 e 2015 traçando um paralelo com as entrevistas feitas recentemente (nos anos de 2018 e 2019) nota-se que significados de pensar no mundo rural contemporâneo. O rural ainda hoje é definido usualmente como mundo não urbano, vinculado a visão de mundo agrário sem mudanças com características naturais rurais que demonstram paradigmas e formas de organização racional urbana de se viver e entender o campo.

O “Renascimento rural” na França, apontado por Bernard Kayser (1990)²⁶ não se adaptar-se no Brasil, a questão colocada no caso brasileiro é uma tendência à diminuição da PEA, mas, não a afirmação sobre o caminho do fim do meio rural brasileiro. A modernização do “rural” nos padrões urbanos não podem ser compreendida pura e simplesmente como um processo de urbanização que se encaminharia na direção da homogeneização espacial e social entre campo e a cidade, o elemento - que não estaria sendo questionada- esta relacionada à persistência do mundo rural, definido como modo de

²⁶ O debate sobre o Renascimento rural na França apresentava uma diminuição da população agrícola como consequência da implementação hegemônica do modelo produtivista, a população de agricultores, no século XX apresentava 5% da população ativa francesa. Bernard Kayser insistia na integração do rural aos padrões de vida urbana, chamou a atenção para dados sobre a heterogeneidade q se aplica a população nativa, assim, o autor identifica uma mudança do ritmo do êxodo rural que estaria dando lugar a um outro movimento a do retorno da população urbana ao campo.(CARNEIRO, 2008; p.12)

vida, a atividade agrícola ainda é tomada como referência para qualificar “o espaço rural”, seja para definir aos novos parâmetros dentro da sua especificidade, seja para o seu fim. (CARNEIRO, 2008; p. 11-13).

A pluriatividade²⁷ tornou-se uma forma nova de compreender as transformações no mundo rural, entender que elementos heterogêneos vindos da sociedade urbana estão no campo. O desaparecimento da fronteira entre “rural” e o “urbano” está associado às relações e organizações sociais e não mais de caráter natural como visto nos anos de 1950. Entretanto, tais transformações não implicam obrigatoriamente a descaracterização das culturas locais, mas possibilitam uma reelaboração de identidades sociais no campo com base no sentimento de pertencimento da localidade. (CARNEIRO, 2007, p.73).

Ao citar o trabalho Elena Sarreno (1994)²⁸ que estuda os processos sociais da sociedade italiana, Maria José de Carneiro destaca um ponto que autora analisa uma corrente que sustenta o fim da dicotomia rural-urbano para qualificar realidades sociais distintas nas sociedades contemporâneas. Na leitura de Carneiro a autora critica:

Também os critérios de mensuração e definição que se baseiam, normalmente, no fenômeno urbano, enquanto ao rural cabe a posição residual definida a partir do critério demográfico: a concentração de recursos nas áreas urbanas se seguiria o esvaziamento demográfico e econômico das zonas rurais. No entanto, esse modelo, clássico de industrialização e de urbanização não seria mais válido para a realidade atual, o que esvazia de sentido explicativo o binômio urbano-rural. O segundo fator enfatizado pela autora se refere ao uso recorrente à existência da atividade agrícola como definidora dos espaços rurais. Com o processo de modernização da agricultura e da sociedade, ocorre uma diminuição dos postos de trabalho na agricultura e uma ampliação das atividades não-agrícolas em territórios rurais. No entanto, permanece a ideologia, que se expressa também em um tipo de política, que continua a identificar as zonas rurais às atividades agrícolas, como uma imagem consensual que se impõe a todo e qualquer tipo de realidade. A perda da capacidade de enxergar e captar a heterogeneidade do mundo social constitui outro problema para os que insistem em operar com as categorias rural e urbano para distinguir territórios, regiões, distritos etc. (CARNEIRO, 2008; p. 14-15)

²⁷ Idem, p.4.

²⁸ SERRACENO, Elena. Alternative readings of spatial differentiation: the rural *versus* the local economy approach in Italy. *European Review of Agricultural Economic*, Oxford, n.21, 1994.

Em suas análises também sobre Terry Marsden²⁹ sobre o que denomina a fase pós-produtivismo, tais como produção ambiental, interesses e as demandas de uma classe não agrícola se combinam em determinados espaços rurais fomentando políticas e dinâmicas ancoradas muito mais em base local ou regional do que em âmbito nacional, que na qual, se refere à reintegração dos múltiplos usos da propriedade, à reconstituição da localidade e da paisagem e aos direitos das pessoas no meio rural e a necessidade de pensar a agricultura e o espaço rural através de uma matriz de relações de poder entre os diferentes atores.(CARNEIRO, 2008; p. 15)

Diante destas mudanças, questões levantadas por Carneiro (2008) possibilitam novas reflexões sobre os instrumentos analíticos elaborados para compreender o universo rural, diante destes questionamentos, até que ponto a dualidade das categorias genéricas como “rural” e “urbano” continuarão qualificando espaços e universos sociais nas sociedades contemporâneas? As emergências de novas ruralidades estariam caminhando para novas dinâmicas nos espaços? Tais apontamentos levantados por Maria José de Carneiro nos oferecem elementos para se pensar em alternativas e refletir sobre o rural sem a imagem hegemônica de um espaço de tradição e impermeável a mudanças, mas sim, como um mundo rural que possui uma diversidade de dinâmicas e de atores sociais. (CARNEIRO, 2008; p. 16).

Dados colhidos e analisados pela autora do PNAD- realizada pelo IBGE no ano de 2000 - no oferecem uma análise sobre um novo movimento no meio rural. Que para Maria José de Carneiro:

No Brasil, ainda que mais de dois terços da população estejam contabilizados como “urbana” (IBGE, 2000), a maioria dos habitantes dos pequenos municípios está nas áreas rurais. Segundo os dados da PNAD, a população rural brasileira vem aumentando a partir da segunda metade da década de 90, recuperando uma taxa de crescimento anual (1,1% ao ano) muito próxima do crescimento da população total no mesmo período (1,3% ao ano), apesar das diferenças entre regiões do país. Em São Paulo observa-se uma maior revitalização do mundo rural, ao passo que a região Sul o movimento de esvaziamento do campo ainda é predominante. Mas o interessante é que esse movimento de retração do êxodo rural é acompanhado pelo declínio expressivo das ocupações não-agrícolas, que, segundo os dados da PNAD, passam a crescer a uma taxa anual de 6,1% no período 1996-1999. (CARNEIRO, 2008; p. 17)

²⁹ MARSDEN, Terry. Beyond agriculture: regulating the new rural spaces. *Journal of Rural Studies*, Oxford, v. 11, n.3, 1995.

Questão também destacada por José Eli da Veiga (2004) sobre o caso brasileiro, que no último Censo do ano 2000 apontava um índice de 81% de população urbana no Brasil que, na qual, Maria José de Carneiro salienta que o autor critica os critérios utilizados, pois os indicadores sustentados na medida por índices demográficos sobre o território seriam os mais adequados, o que permitiria, ao menos, distinguir as “áreas de natureza” inalteradas daquelas sujeitas a um maior grau de “artificialização dos ecossistemas” como os grandes centros urbanos. Deste modo, a autora questiona e aponta o risco da generalização de que o rural equivale ao “natural” ou ausência de civilização com base no critério de ausência de pressão antrópica e de cultura em uma escala que iria do “mais natural ao mais artificializado”. (CARNEIRO, 2008; p. 18).

É sinalizado também pela autora a importância do debate sobre as dificuldades operacionais de traçar conjunto classificatórios que para ela:

A dificuldade de classificar e de compreender permanece justamente no que se refere aquelas situações (municípios, distritos, localidades etc.) que se encontram entre os dois polos do *continuum*, dificuldade de comum a toda classificação sustentada em uma dualidade. O próprio professor Veiga não foge dela, quando pergunta; “Qual seria, por exemplo, o limite de densidade demográfica a partir do qual um território deixaria de pertencer à categoria mais rural e passaria a alguma categoria? (2004, p.79). A solução encontrada pelo autor seria combinar critérios, a população do município e a densidade demográfica, o que levaria a um resultado bastante distinto dos anunciados pelo censo demográfico: “o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes” e, continua, “[...] essa tipologia permite entender que só existem verdadeiras cidades nos 455 municípios do Brasil urbano. As sedes dos 4.485 municípios do Brasil rural são vilarejos e as sedes de 567 municípios intermédios são vilas, das quais apenas uma parte se transformará em novas cidades” (2004, p.80). (CARNEIRO, 2008; P.19)

Carneiro ainda ressalta a importância dos estudos de José Eli da Veiga e acrescenta necessário a tentativa de responder as dificuldades criadas pela classificação oficial, no entanto, os estudos mais aprofundados sobre dinâmicas locais e modos de vida se tornam inoperantes diante destes dados operacionais citados por Veiga, tornando a realidade das populações rurais excessivamente simplificadas. (CARNEIRO, 2008; p.19).

3.2- O desafio de apreender as particularidades – as permanências enquanto resistência.

O tema que lida com a ambiguidade que aponta dois elementos para reflexão é o de trabalhar com o universo das pequenas cidades formalmente definidas como urbanas, e a outra, é a tarefa de combinar critérios de classificação vigentes, mas que se distinguem de uma verdadeira “experiência urbana”. Estes pequenos municípios estariam na mediação de dois códigos de relações sociais, a integração do mundo rural com o sistema mais geral de cidades e a vinculação com a natureza. (CARNEIRO, 2008; p.20)

Para Maria de Nazareth B. Wanderley (2003) o intenso campo de reflexão, que embora ultrapasse os limites de uma estrutura acadêmica, possui em si expressões teóricas, que para autora, debates e pesquisas sobre agricultura familiar ocorrem, nas entrelinhas que, mesmo com o desenvolvimento das forças produtivas definido pela modernização das suas atividades e pela integração socioeconômica global, cria-se um novo patamar teórico para a agricultura e o meio rural. O valor conceitual sobre a categoria agricultura familiar sofre dificuldades do ponto de vista teórico, para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf³⁰ e, para outros, corresponde a uma determinada camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais “pequenos agricultores”, os chamados agricultores “consolidados”, ou que tem condições em curto prazo de se consolidar. (WANDERLEY, 2003; p. 43-44), assim, outras configurações de produção e forma social oferece elementos analíticos e ocupam um lugar importante no cenário atual da economia e sociedade brasileira.

Ainda segundo a autora, não é mais possível explicar a presença de agricultores na sociedade atual como foi analisado pelos “clássicos”³¹, esteve e está em curso um processo de mudanças profundas que afetam precisamente a forma de produzir e o modo de vida dos agricultores. A “modernização” dessa agricultura não reproduz o modelo clássico da empresa capitalista, mesmo integrada ao mercado e respondendo as suas exigências, ela é

³⁰ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura.

³¹ Os clássicos aqui referidos pela autora como: Antônio Cândido, José de Souza Martins, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Carlos Rodrigues Brandão que abordavam o campesinato como uma civilização ou cultura.

orientada pelas novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido, e o fato de permanecer familiar não é insignificante e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar com origem na tradição camponesa, e não abolida. E o caso de insucesso deste último, associa-se a uma “relação de negócios” que transforma as relações sociais no campo.

O processo de ruptura e continuidade ressalta o questionamento sobre um tipo ideal de camponês, processo teórico este utilizado em pesquisas da Sociologia, permitindo identificar traços, favorecendo as comparações e as mudanças de paradigmas, que, segundo Maria Nazareth B. Wanderley, tal método pode acarretar o risco de atribuir a todos um tipo ideal, impedindo assim a observação e uma análise histórica. De tal modo, como aponta a autora, esta perspectiva de que o campesinato não é uma matriz ideal, mas sim, o ator e sujeito da história real³².

Na perspectiva da cientista político James C. Scott (2002), o conhecimento, o entendimento e as práticas locais estão enraizados no tempo e espaço. Segundo o autor, o camponês esteve registado na história como contribuidores anônimos para as estatísticas sobre densidade populacional, impostos, migração da mão-de-obra, propriedade de terras e a produção agrícola, cooperando para a chegada de grupos dominantes ao poder, cujos planos de industrialização, taxaço e coletivização nada tem haver com os objetivos reais que os camponeses lutam e pensam. Para os camponeses espalhados pela zona rural e enfrentando tais obstáculos, a ação coletiva e organizada são as formas cotidianas de resistência. O autor cita alguns métodos de desafiar aqueles que querem extrair deles o trabalho, aluguéis, lucros, impostos e alimentos, com a submissão falsa, os incêndios premeditados, a ignorância falsa, fofoca e o “corpo mole” são mecanismos de luta de classes que requer pouca ou nenhuma coordenação e planejamento. (SCOTT, 2002; p.11-12).

Tais técnicas de resistência citadas por James C. Scott demonstram características particulares do campesinato, que segundo o autor, os atos individuais podem-se tornar completamente inocentes perante as políticas inventadas pelos seus supostos superiores no sistema capitalista. As formas silenciosas e anônimas das lutas de classes ainda não são

³² Autores citados por Maria Nazareth B. Wanderley - como Bruno Jean (2000); Marcel Jollivet (2001) e Theodor Shanin (1980) - oferecem elementos teóricos sobre a consciência direta e política dos moradores rurais, assim pensar o camponês como uma abstração de um tipo ideal é recusar sua historicidade. (WANDERLEY, 2008; p. 49).

compreendidas na sua totalidade, os estudiosos do tema, como os historiadores e cientistas sociais, muitas vezes recorrem aos registros escritos, dos quais, são originados por autores oficiais que acaba contribuindo para a estereotipação dos camponeses, como uma classe passiva, violenta e fútil como explosões de ira, idealizados tanto na literatura quanto na História. (SCOTT, 2002; p. 14).

A luta silenciosa que transfiguram em submissão, medo e preocupação contrastando com as insurreições camponesas nos leva a compreender, segundo Scott, os sinais de luta de classes como, as colheitas, a policultura e a variedade dos cultivares – que são características da agricultura tradicional – são alternativas em longo prazo e mais resistentes, ao que o autor chama de “pragas da monocultura”. O trabalho e os impostos configuraram e minaram com as formas tradicionais de cultivo, portanto, uma das formas de resistência destes camponeses foi a submissão, que não passou de uma tática. O desafio de não congelarmos o conceito “camponês” como uma categoria social estática e universal. Um dos exemplos citados pelo autor sobre as formas cotidianas de resistência:

Ofereço a descrição de dois exemplos, dentre os muitos encontrados no curso do trabalho de campo, realizado entre 1978 e 1980, em uma vila da Malásia, destacada produtora de arroz. O primeiro exemplo envolve uma tentativa de boicote de proprietários que contrataram colhedoras automáticas para substituir o trabalho manual, levada a cabo por parte de grupos de mulheres que transplantavam mudas de arroz. O segundo diz respeito a um padrão de furtos anônimos de estoques de grãos de arroz que parece ter crescido em frequência. Cada uma dessas duas atividades tem a marca característica da resistência cotidiana. (SCOTT, 2002; p.14)

A questão que podemos levantar é: a suposição de que os camponeses se recusariam a produzir ou criar boicotes seria o único método de resistência no campo? Os exemplos citados acima de James C. Scott não estão relacionados com movimentos políticos amplos, ideologias ou nenhuma estrutura revolucionária, mas atividades que carregam formas de luta voltadas para a esfera local, chamado pelo autor de resistências primitivas³³.

³³ Para James C. Scott, o historiador Eric Hobsbawm (1965) aborda o termo “primitivo” sobrecarregado excessivamente como uma teoria unilinear da história de classes subordinadas que para Hobsbawm a resistência primitiva está destinada à superação, de forma progressiva até alcançar uma visão marxista-leninista. (SCOTT, 2002; p. 24 -roda de rodapé)

Diante desta questão, tanto pelo James Scott, quanto para Maria de Nazareth B. Wanderley, refere-se ao entendimento do significado da agricultura, se para os camponeses tradicionais a agricultura enfatiza o passado e suas tradições, a agricultura moderna gera a necessidade de planejamento, símbolo de acumulação de saber e a linguagem de contabilidade, passa então a ser profissão que se aprende. Porém, o papel da organização familiar ainda é um espaço conquistado sobre a sociedade e contra o Estado, a luta de iniciativas para a continuidade e pertencimento são formas de driblar a dominação política e econômica. As construções de novas facetas de uma identidade social representa uma posição crítica em relação ao modelo dominante de agricultura.(WANDERLEY, 2008; p. 51-53)

Assim, a complexidade da agricultura familiar nas sociedades modernas, que ao longo do processo histórico no Brasil que tiveram uma conotação negativa, jocosa e discriminatória, ainda permanecem. Mesmo com a aplicação da ciência e da tecnologia no campo e os grandes incentivos na monocultura, outra forma de fazer agricultura também foi remodelada, ela passa de um simples campo de investimento de capital para uma consciência de produção de alimentos, dispendo da técnica assimilando com as experiências cotidianas, é aquele que possui um conhecimento detalhado da terra, das plantas e dos animais, a tradição camponesa se renova com uma qualidade positiva. (WANDERLEY, 2008; p.54)

Portanto, guiar-se pela compreensão dos processos de transformação no campo pela referência ruptura/continuidade reforçaria a posição destes como foram socialmente atribuídos ao longo da história, subalternos e secundários. Seguindo o pensamento de Maria Nazareth B. Wanderley, o conceito de agricultura familiar é essencial para a compreensão deste ator social, não sendo personagens passivos sem resistência diante de forças vindas de fora, ou classificados por sua produção ou por uma identidade socialmente atribuída. A capacidade de resistência, como as colocadas por James C. Scott e as adaptações e transformações influenciam para a elaboração da sua própria história, recorrendo para sua própria experiência e procurando adaptar-se aos desafios do desenvolvimento rural.

A chamada “luta não reflexiva” de camponeses em outros países, analisada por James C. Scott (2002), muito dialoga com as colocações de Maria Nazareth B. Wanderley (2008) sobre os camponeses brasileiros e que serviram como base para nossas hipóteses

levantadas nesta dissertação, a resistência camponesa não se configura em consentimento de estratégias de auto sobrevivência ou a capacidade de resistência e de adaptação às transformações mais gerais, a intervenção pelas ações do Estado, como por exemplo, o movimento por terra, que mesmo as ações do capitalismo no setor agrícola brasileiro se vincule com a propriedades de terra, “a modernização sob o comando da terra” (WANDERLEY, 2008; p. 56) foram responsáveis por determinar o lugar social do campesinato na sociedade brasileira, mas sim, a compreensão das suas raízes históricas que envolvem agricultores familiares.

O amplo leque das formas cotidianas de resistência concentra-se em vencer as dificuldades que resultam das relações com o capital comercial e agroindustrial, no entanto, a negação dessas relações resulta na dimensão da pobreza social presente nas áreas rurais. O espaço rural não se define exclusivamente pela atividade agrícola e não passa somente por um único processo de transformação em toda sua extensão, as trocas com o mundo urbano (pessoais, simbólicas e materiais) não resultam na descaracterização de seu sistema social e cultural, e quando aceita pela comunidade, a diversidade assegura a identidade do grupo que experimenta uma consciência de si na relação com os “de fora” (CARNEIRO, 1997; p. 58)

A compreensão da complexidade de analisar o processo de transformação social que acontece no campo pela visão dicotômica de campo/cidade resulta numa visão de mundo generalizado, simplificando as relações sociais, reproduzindo a racionalidade produtiva e tecnológica dos valores urbanos, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural produz uma situação que não se traduz necessariamente os valores do campo, os “neo-rurais”³⁴ não produzem uma ruptura com o modo de produção capitalista, que acabam reproduzindo a ideologia burguesa e um estilo próprio de vida próximo aos padrões urbanos, só que em outro cenário. (CARNEIRO, 1997; p.61)

Cabe sublinhar, que a memória coletiva é o reconhecimento da força de um conjunto de indivíduos cujas lembranças que persistem informam também mudanças

³⁴ Nas análises feitas de Maria José de Carneiro (1997) o termo “neo-rurais” exemplifica os significados das práticas sociais que permeiam, tanto no campo quanto nos grandes centros urbanos, movimentos de pluriatividade e a *cultura country*. No processo de pluriatividade, a integração da aldeia à economia e à sociedade global, realizando inovações agrárias, turísticas e culturais permitindo adaptarem-se as necessidades econômicas e técnicas a favor da sua existência e o sistema de valores. A *cultura country*, no âmbito da feira agropecuária a cidade se ruraliza, promovendo uma inserção singular do rural no mundo geral, desvencilhando da noção que o associava ao tradicional, sendo uma afirmadora do mundo rural com o mundo urbano, expressão de modernização do rural. (CARNEIRO, 1997; p. 59-60)

adaptativas do grupo ao sugerir resposta as transformações, o movimento de resgate e registo, segundo Maria José Carneiro, pode oferecer alternativas a crise do modelo produtivista na agricultura, e a recontextualização da tradição apontaria respostas concretas e viáveis para a crise da modernização agrícola. A dificuldade de atribuir uma definição para as novas ruralidades pode levar ao antigo debate de transformações extinção da tradição rural que, para alguns, estaria sendo destruída pelo desenvolvimento capitalista, dando lugar aos padrões urbanos resultando na homogeneização e uniformização dos padrões de vida associando a descaracterização da cultura rural dispendo-se do *continuum* do mais urbanizado sobre o rural. (1997; p.63-65).

Entretanto, a ruralidade pode ser compreendida como uma representação social definida culturalmente por autores sociais, aos quais, não está necessariamente ligada a produção agrícola ou na descaracterização das culturas tradicionais devido a expansão da sociedade urbano-industrial. A relação de alteridade com base no sentimento de pertencimento a uma localidade reelabora práticas e códigos sociais como expressão das múltiplas possibilidades de interação dos agentes sociais à sociedade global, reconhecer os variados espaços de sociabilidade e articulações econômicas dentro da mesma localidade possibilita o afastamento das análises dicotômicas de modelos cristalizados e uniformes. A produção de novos conhecimentos sobre as ruralidades expressa as diferentes maneiras da representação social que orienta práticas sociais distintas em universos culturais heterogêneos (CARNEIRO- 1997; p.73). A racionalidade camponesa pode persistir no contexto predominante da sociedade urbano-industrial, mas, sua forma de organização social econômica, tais como suas transformações, as formas de resistência e adaptação das mudanças são elementos construídos pelas experiências e pela própria história individual e coletiva.

Nas contribuições de João Rua no artigo: “*A ressignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica*” (2005) é apontado que analisar as relações urbano-rural e campo-cidade sem integrá-las aos movimentos políticos, econômicos, culturais e simbólicos marcados pelas revoluções modernas como a Revolução técnico-científica não é possível compreender as modificações sobre as concepções do campo para os atores sociais; ora as classes rurais (grandes proprietários e camponeses) são vencidos, ora são cooptados; ora são integrados ao bloco hegemônico, ora conseguem espaço e voz para manifestar suas reivindicações afirmando os espaços de representação opondo-se ao dominante. (RUA, 2005; p.45).

As representações dominantes de uma sociedade estão relacionados ao exercício do poder, domínio do Estado e do poder hegemônico que produzem representações do espaço e influenciam na produção de símbolos, códigos, e sistemas de signos dominantes de uma sociedade. Tal poder, centrado na cidade moderna capitalista, produz signos territorializados tanto do “rural” quanto do “urbano” redefinindo seus papéis e identidades que são alterados por atores que detém deste poder.(RUA,2005; p. 46). Ao se referir ao espaço socialmente construído, territorializado, que expressa um lugar de relações, apropriações e dominações, o autor salienta que:

Este tipo de representação tem a capacidade de dar conta da dinâmica das ações apreendidas no espaço e isso é importante, porque ela esta em constante transformação ao longo da história (bem como as relações de poder), influenciando a permanente redefinição desse espaço e, conseqüentemente, do território. É a essa concepção de espaço, feito território, que nos referimos daqui em diante. (RUA, 2005; p. 46)

João Rua destaca a importância da Geografia para resgatar e enfatizar que cada um possui sua própria história que se materializa em espacialidades/territorialidades próprias. A visão da desigualdade em espaços periféricos/rurais dominados pelos centros urbanizados produz e reproduz a dicotomia atrasado/adiantado. O espaço é a base conceitual para a abordagem de múltiplas interações entre o rural e o urbano, num processo de devir permanentemente sendo feito e não finalizado. As diversas ressignificações sobre as territorialidades construídas e definidas como “urbano” que se manifesta comportamentalmente com representações homogeneizadoras, e outras como “urbano-rurais” que são frutos particulares dessa representação. O “rural” e o “urbano” são resultados das interações múltiplas, não-hierarquizadas mostrando novas possibilidades espaciais a serem construídas. (RUA, 2005; p. 47)

O espaço rural e o espaço urbano, campo e cidade, integram a mesma racionalidade espacial marcada pela organização a partir da cidade, da indústria, da terceirização na sociedade contemporânea, bases reprodutivas do capitalismo. A polarização construída entre estes e exercida pela cidade, projetou modos de viver, pensar e agir urbano, assim:

Cada vez mais, tem subordinado o campo- visto como atrasado, incivilizado, rustico. Estas imagens são reforçadas pela linguagem: civil-civilizado; urbs-urbano-urbanidade; polis-polido-educado-político; burg-burguês. O próprio termo cidade (em suas múltiplas

origens) é apropriado para criar a representação social do “burguês polido, político, educado, cidadão”. O rural – rus, ruris, em latim, que derivou em rude- passa a ser visto como o “outro, nessas representações”. Com os estudos a respeito do desenvolvimento, posteriores à Segunda Guerra Mundial, em que enfatizou o tecnológico em detrimento do social e das comunidades (visão predominante até hoje), o rural foi sendo construído como sinônimo de agrícola, o que acelerou, mais ainda, as dicotomias existentes. Também na política oficial o rural tem sido percebido como agrícola (ligado apenas a produção); a agricultura de exportação, tecnicamente avançada, tem sido privilegiada, enquanto a agricultura de mercado interno foi chamada de “agricultura de subsistência” e considerados os pequenos agricultores (proprietários ou não) como incapazes de acompanhar o progresso técnico, econômico e social.(RUA, 2005; p. 48)

A importância do território para o desenvolvimento do rural, o diálogo entre a Sociologia e a Geografia, que para João Rua, contribui para uma abrangência da discussão, o enfoque no desenvolvimento rural que indica a necessidade de consolidar o deslocamento da ideia de região para o de território resgatando e chamando a atenção para a diversidade desse processo e para a reapropriação de elementos da cultura local pelo urbano. As “urbanidades do rural” que constitui as múltiplas espacialidades/territorialidades (híbridas de urbano e rural, numa integração multiescalar) que marcam o momento atual de (re)significação do rural e da natureza, não sendo apenas criações urbanas, mas das leituras particulares por parte dos habitantes das áreas rurais. O território torna-se um importante instrumento da existência e reprodução do ator social. Segundo o autor, duas dimensões contribuem para os estudos sobre identidade rural, uma sobre a dimensão territorial como simbólico-cultural, visto como apropriação/valorização de um grupo sobre seu espaço que marcam a inscrição da cultura sobre o espaço, a outra, como dimensão jurídico-político, onde o território é visto como espaço delimitado e controlado, um processo de “urbanizar” espaços rurais na perspectiva de arrecadação de IPTU³⁵ (RUA, 2005; p. 53-55).

Deste modo, para o autor, o urbano e o rural, o local e o global, não pode ser pensados como polaridades, mas como interações que não podem ocultar as disputas sócio-espaciais que obrigam as reconfigurações das escalas de ação. O território “urbanizado” relaciona-se a espaços de dominação que impõe representações, numa escala local, essas

³⁵ Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana.

representações processam os movimentos de resistência e de criação de alternativas e/ou estratégias de sobrevivência que podem se manifestar como releituras. A visão de urbanização que ultrapassa a dimensão física, valores, atitudes e padrões de comportamento são modificados a partir das cidades, uma manifestação do processo geral de transformações do espaço, não sendo, a destruição do rural, mas, a difusão de “urbanidades no rural” integrando as “novas ruralidades” produtos das novas relações que não podem ser explicadas apenas pelas concepções tradicionais de urbano e rural. As “urbanidades no rural” seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se trate de espaços formalmente urbanos, as criatividades locais, que nem sempre são de origem rural tornam-se elementos das “urbanidades” como o exemplo da limpeza de um rio numa área rural citado por João Rua. (RUA, 2005; p. 57)

O autor ainda salienta a interação do rural com o urbano, sem deixar de ser rural, transformado e não extinto, assim:

A hibridez permanente evidencia a “criação local”, isto é, capacidade dos autores locais de, influenciados pelo externo, de escala mais ampla, desenvolverem leituras particulares dessa influência e produzirem territorialidades particulares. Essas territorialidades, diferenciadamente vividas, podem traduzir-se em múltiplas territorialidades para alguns, e reduzida capacidade de experimentá-las, para maioria, tornando-se, assim, mais um elemento desigualizador. (RUA, 2005; p. 58)

A necessidade de fazer estudos locais para ampliar o debate sobre a diversidade se manifestam nas múltiplas interações do global- numa logica do desenvolvimento capitalista- com os locais, o rural como um espaço incorporado/ incorporador ao/do processo geral de urbanização, integrado ao urbano, mas reservando suas especificidades. As novas formas de integração rural-urbana intensificada pelos circuitos, como, por exemplo, os próprios assentamentos rurais que mobilizam inovações transformadoras que buscam a interação entre rural e urbano, oferecendo com as “experiências urbanas” uma maior compreensão e entendimento da luta pela terra. (RUA, 2005; p.59-62) .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de nossas análises, advindas da pesquisa de campo e pesquisa teórica, entendemos que a região rural do distrito de Frutal do Campo abriga famílias que apresentam uma pretensão de continuar morando no campo, tal como foi observado nas falas dos moradores do bairro rural Taquaruçuzinho. As condições para se manter no campo não são mais aquelas levantadas pelos clássicos, que vai das teses sobre o esvaziamento até no processo de continuação do meio urbano no campo, porém, notamos elementos presentes nas falas do jovens tal como a questão da qualificação profissional, ao mesmo tempo que eles almejam estudar para ampliar suas possibilidades no mercado de trabalho eles ainda pretendem manter as atividades na propriedade rural. A pretensão pelas vantagens do mundo urbano ainda condiciona para as “boas” condições que a cidade pode oferecer.

Mais do que a crescente urbanização no mundo rural, levantado por Veiga (2004), notamos nos relatos dos jovens a crescente racionalização na organização no campo, se antes o campo era sinônimo de descanso e paz, hoje precisa estar organizado e com segurança para se viver bem. Os novos elementos presentes na dinâmica da organização rural abrem a discussão para a incorporação de releituras da cultura urbana, não mais como uma cultura falida e decadente, mas reestruturar a cultura local e pensar a ruralidade como uma representação social definida pelos atores sociais e não impostos pelo desenvolvimento capitalista.

As lutas no meio rural transfiguram aquelas já sabidas pelos movimentos políticos mais amplos, contudo, as formas cotidianas de resistência perpassam pelas vivencias destes atores sociais, o entendimento da agricultura gera a necessidade de planejamento e a organização familiar ainda é um espaço conquistado e que permanece, tal ponto é expressado ainda nos relatos dos jovens, se houver possibilidades de trabalho na cidade eles acatam mas não desejam abandonar o sítio da família. O conceito de agricultura familiar é essencial para a compreensão destes atores sociais, demonstrando que não são passivos diante as forças vindas externamente.

As novas transformações no campo questionam a tese do esvaziamento rural, constatamos na pesquisa de campo que houve sim a diminuição populacional no bairro rural Taquaruçuzinho, porém, ocorre as novas formas de estar no campo, o que chamamos por nós de permanências em movimento e o retorno ao campo mas sem estar vinculado precisamente com a produção agrícola como foi observado nos relatos dos moradores do

condomínio Portal das Águas. A necessidade de romper com a referência da cultura urbano-industrial e não congelar o conceito de “camponês” como modo de vida ou como somente uma identificação, tornou-se o desafio atual, a consciência que os costumes, hábitos e formas de organização não descaracterizam o indivíduo, mas assegura sua identidade do grupo que experimenta uma consciência de si na relação de alteridade com os “de fora” (CARNEIRO, 2007; P. 55-58). Interpretações do espaço de tradição impermeável às mudanças, análises genéricas de “rural” e “urbano” ou uma imagem hegemônica do que vem a ser o rural e o morador do campo, são elementos teóricos para os pesquisadores irem mais além dos conjuntos classificatórios que tornam a realidade das populações rurais excessivamente simplificadas.

Deparamo-nos com uma grande solidariedade das famílias, a disposição em relatar suas vivências, os entrevistados proporcionaram uma confiança em nós para os seus relatos, como se aquele momento fosse uma forma de dissolver visões distorcidas e construídas sobre o homem do campo. Fica visível, quando prolongamos um pouco mais a conversa, a importância que o campo tem naquele espaço e nas suas relações. Observamos também um grande respeito com a terra e com o trabalho na terra. Tudo isso é muito valorizado nas falas que buscam de alguma forma trazer esse reconhecimento em seu cotidiano.

Os fatores econômicos ligados à agricultura é um dos elementos que dificulta o trabalho no campo. Nos primeiros contatos ficou claro a importância de produzir para o sustento da família uma agricultura de subsistência, e o que ganham a mais é gasto com a manutenção da vida do campo, que não chega a uma larga produção como das grandes fazendas, a maior propriedade que registramos foi da família da jovem A. C que nos apresentou um total de treze alqueires. A racionalidade urbana que se amplia no campo de uma economia voltada para o mercado agrícola, acaba afastando o indivíduo da vida rural, e em muitos casos as dívidas com cooperativas tiram das famílias terras que foram passadas de geração para geração, o grande proprietário muitas vezes não possui um vínculo emocional e familiar com a terra.

Em um dos depoimentos foi relatado a situação de um parente que comprou terras na região, um sujeito que a vida inteira morou na cidade, adquiriu um pedaço de terra, mas não pode usufruir pelo fato da antiga família, que ainda vive na propriedade, não aceitar a situação de deixar o lugar, não admitem que aquele pedaço de terra onde retiram o seu sustento será utilizado para o agronegócio. No entanto, observamos também que o

sentimento de pertencimento guia todo o trabalho na propriedade rural, nas falas dos jovens que moram ali, notamos que a representação do campo em sua vida vai além do trabalho, buscar mecanismos por meio do estudo para melhorar e organizar o sítio da família.

Mesmo encontrando casas fechadas, aparentemente vazias, porém, não abandonadas, o cuidado com a propriedade, a criação de animais, a manutenção de hortas, nos levam a afirmar que estão ligados às relações sociais e culturais com o bairro rural, a permanência no campo é visível, é possível dizer que a identificação com a vida rural é trabalhada desde pequeno, mas é deixado para cada um a responsabilidade da escolha de sair ou não do campo e a adequação a este modo de viver.

Podemos compreender que a (re)afirmação da representação rural está nas relações sociais destes sítios no espaço vivido, a relação entre a vida camponesa e a vida urbana possibilita a permanência destas famílias no campo pelo fato de se sentirem não desvinculados da sociedade urbana, permitindo análise dos papéis de cada um perante a sociedade em que vivem. Ou seja, mesmo morando no campo, trabalhando com a terra, é possível o acesso ao mundo tecnológico, possuem aparelhos de última geração, estudam e trabalham na cidade ou até mesmo morando nos centros urbanos, mas não deixando de lado suas raízes.

A maior dificuldade para a realização dessa pesquisa esteve relacionada com a questão do tempo e dos recursos. Conciliar fatores tempo e necessidade de dedicar-se à profissão de professora dificulta aprofundamento das observações.

Diante da complexidade que envolve os estudos do meio rural, os resultados obtidos através da pesquisa ainda não são suficientes, mas acreditamos que responderam algumas das nossas questões iniciais. No entanto, a pesquisa de campo e a compreensão do mundo rural na atualidade precisa ser constantemente estudada, a criação de alternativas e estratégias de sobrevivência que se manifestam em releituras da organização no campo vão além dos dados estatísticos sobre diferenças entre “urbano” e “rural”.

REFERÊNCIAS

ADUB, Katia Maria. **A ideia de São Paulo como formador do Brasil**. In FERREIRA, A.C (org.) Encontros de História. EDUNESP/FAPESP/ANPUH. São Paulo, 1999.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção :a luta pela terra e o habitus de classe** . Ed. da UNESP. São Paulo, 2006.

AMIN, Samir, VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1977.

AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. [organizador Paulo Geiger]- Lexikon. Rio de Janeiro, 2011.

AURÉLIO. **Mini dicionário da língua portuguesa**. 3a Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1993.

BARBOSA. Raquel Lazzari Leite. **A construção do “herói”: leitura na escola – Assis 1920/1950**. Editora Unesp. São Paulo, 2001.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura**. Editora Brasiliense. Obras Escolhidas volume I. São Paulo, 2012.

BORGES, Maria Stela Lemos. **Terra, ponto de partida, ponto de chegada: um estudo de identidade do trabalhador rural na luta pela terra**. Tese de Mestrado apresentada à Universidade Estadual Paulista, campus de Araraquara. Araraquara São Paulo, mimeo, 1989.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. Ateliê Editorial. São Paulo, 2003.

_____. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. Companhia das Letras. São Paulo, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os caipiras de São Paulo**. Brasiliense. São Paulo, 1983.

CAMPOS JUNIOR, Luis de Castro. **A interação entre a Cooperativa e o município de Cândido Mota. O Cooperativismo no Vale do Paranapanema- Estudo das cooperativas: Riograndense, agropecuária de Pedrinhas Paulista e Coopermota**

(1980-1995). Tese de Doutorado pela Faculdade de Ciências e Letras –UNESP- campus de Assis, mimeo, 1997.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo do caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. Ed. Ouro sobre Azul. Rio de Janeiro, 2010.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade: novas identidades em construção**. Texto publicado nos Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural. Natal, agosto, 1997.

_____. **“Rural” como categoria de pensamento**. Ruris. Volume 2-nº 1. Páginas 10-38. Março de 2008.

CARVALHO, Alissandra Nazareth de. **Análise da relação simbólica da hospitalidade: desdobramentos e apropriações em fazendas históricas inseridas em espaços rurais**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia- UNESP- campus de Rio Claro. Mimeo. Rio Claro (SP), 2012.

CHIANCA, Luciana de Oliveira. **“Quando o campo está na cidade: migração, identidade e festa”**. In: Sociedade e Cultura, v 10, n 1, jan/jun 2007, p. 45-59.

CONTROLS- Recursos Hídricos e Saneamento Ltda- controles sustentáveis- SAAE. **Plano municipal de saneamento básico (abastecimento de água e esgoto sanitário) no município de Cândido Mota**. Relatório final 02/04- textos, junho de 2013, p.276 à 280.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre o Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese de Doutorado – UFRJ/PPGAS/ Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 2005, mimeo.

DEMARCHI, Julio Cesar, PIROLI, Edison Luís. **Análise dos efeitos de geadas na cobertura vegetal do município de Cândido Mota – SP, Brasil, por meio de índices de vegetação**. ISSN: 1984-8501 Bol. Goia. Geogr. (Online). Goiânia, v. 35, n.3, p.554-573, set./dez.2015.

FERES, João Bosco. **Propriedade da terra: opressão e miséria: o meio rural na história social do Brasil**. – Amsterdam: Centrum voor Studie em Documentatie van Latijns Amerika. – I11. (CEDLA Latin America Studies; 56). 1990

FERNANDES, Antonio Donizeti. **A aventura do risco entre os trabalhadores do corte de cana-de-açúcar**. Mímio. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Ciências Sociais- UNESP- campus de Marília, mimeo. Marília/SP, 2002.

FERNANDES, Liliana Laganá. **O bairro rural dos Pires: estudo de geografia agrária.** – Trabalho de Mestrado. Departamento de Geografia – FFCL/ USP. São Paulo: USP/IG, 1971.

FUKUI, Lia Freitas Garcia. **Sertões e Bairro Rural (parentesco e Família entre sitiantes tradicionais).** Editora Ática. São Paulo, 1979.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**- tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

JUNIOR, Admir Antonio Betarelli; MONTE-MÓR, Roberto Luís de; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Urbanização extensiva e o processo de interiorização do Estado de São Paulo: Um enfoque contemporâneo.** R.B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS. V. 15, n.2 / novembro 2013. Páginas 179-197.

KOSMINSKI, Ethel Volfzon. Agruras e prazeres de uma pesquisadora. Ensaio sobre a Sociologia de Maria Isaura de Queiroz. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Uma categoria rural esquecida: os desafios permanentes da Sociologia Rural brasileira.* Marília: Unesp- Marília-publicações; FAPESP. São Paulo, 1999.

LOBATO, Monteiro. **Urupês.** Ed. Brasiliense. São Paulo, 1962.

MACHADO, Carlos Augusto. **Manejo das microbacias hidrográficas Águas das Flores (Florínea) e Taquaruçuzinho (Cândido Mota).** Tese de Mestrado pela Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP FCT, Presidente Prudente, mimeo, 1998.

MACHADO, Júlio. **Dimensões do Processo histórico de desenvolvimento econômico do primeiro cinquentenário do Município de Assis (1905-1955).** São Paulo. O Autor, 2005.

MANIGLIA, Elisabete. **O trabalho rural sob a ótica do direito agrário: uma opção ao desemprego no Brasil.** UNESP- FHDSS. Ed. UNESP, tese de Doutorado. Franca, 2002, mimeo.

MARTINS, José de Souza. **A Modernização e problema agrário no Estado de São Paulo.** *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 6. Universidade de São Paulo. São Paulo 1969.

_____. **A luta pela terra.** Ed. Paulus. São Paulo, 1997.

MATOS, Odilon. **Café e Ferrovias: A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira.** Pontes. Campinas, São Paulo, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual da História Oral**. 4ª edição, São Paulo, Edições Loyola, 2002.

MELO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando. **Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna**. In: NOVAIS, Fernando. *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MENDRAS, Henri. **Sociologia Rural**. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1969.

MILLIE, Sergio. **Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil**. HUCITEC. São Paulo, 1982.

MONBEIG, Pierre. **Pionniers et planteurs de São Paulo**. Armand Colin, Paris, 1952.
Tradução de Ilse Hildegard Haupt da Motta “Pioneiros e Plantadores de São Paulo” [s.l, s.n] [s.d].

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1994.

MÜLLER, Nice Lecocq. **Sítios e Sitiantes no Estado de São Paulo**. Universidade de São Paulo- Faculdade de Filosofia e Letras. Departamento de Geografia. Boletim 132; Geografia nº7. São Paulo, 1951.

NETTO, Sandra de Lima. **Cândido Mota (SP): memória e futuro de um cenário ArtDeco**. Dissertação de Mestrado na área das artes visuais pela Universidade Estadual Paulista Instituto de Artes, mimeo, São Paulo, 1999.

OHTAKE, Maria Flora Gonçalves. **O processo de urbanização em São Paulo: dois momentos, duas faces**. Dissertação de Mestrado pela Universidade Católica de São Paulo, mimeo, São Paulo, 1982.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a Razão Dualista*. **O ornitorrinco**. São Paulo. Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo. Ed. Unesp. Brasília. 2006

PARRILLA, Aline Franciele. **Chico Bento, um caipira do campo ou da cidade?: a representação do espaço rural e urbano e de seus habitantes na revista em quadrinhos do Chico Bento (1982-2000)**. Dissertação (Mestrado em História e Sociedade) Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Assis, mimeo, São Paulo, 2006.

PIRES, Cornélio. **Conversas ao pé do fogo**. Ed. Nacional. São Paulo, 1927.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol.5, n.10, p.200- 212, 1992.

POKER, José Geraldo A. B. **Os sentidos de compreensão nas Teorias de Weber e Habermas**. Edição Especial. Revista Trans/form/Ação, Marília, v. 36, p.221-244, 2013.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O Campesinato Brasileiro. Ensaio sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil**. 2ª edição. Vozes. Petrópolis, 1976.

_____. **Bairros Rurais Paulistas**. Dinâmica das relações bairro rural-cidade. Ed. Livraria Duas Cidades. São Paulo, 1973.

REIS, Jussara Christina dos. **“A gente é nascido e criado aqui”**. **Memória e territorialidade no bairro Boa Vista, Bragança Paulista- SP**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais- UNESP – campus de Marília. Mimeo. Marília/SP, 2012.

RODRIGUES, Guilherme Caruso. **Tempo, identidade e cultura: a construção do território na Paróquia de Santa Cruz- Mogi Mirim/SP**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. UNESP- campus de Rio Claro. Mimeo. Rio Claro/SP, 2008.

RUA, João. **A ressignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica**. Rio de Janeiro:UERJ. Departamento de Geografia, 2005. P.45-65)

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 14ª Ed. Record. Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Élen Angela. **A festa do encontro, festa dadivosa: a trezena franciscana na região rural de Tabocas em Abaté/ MG**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências- UNESP- campus Marília, mimeo, 2014.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais**. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

_____. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. Estudos avançados, vol.15 n. 34. São Paulo, sept./dec, 2001.

_____. **O Novo rural brasileiro.** Publicado na revista Nova economia, Belo Horizonte. 7(1): 43-81, (maio de 1997).

_____. **O Rural Paulista: muito além do agrícola e do agrário.** São Paulo em Perspectiva, 10(2), 1996.

SILVA, Luciana Meire. **O Brasil rural nas obras de Monteiro Lobato nas décadas de 1910 e 1930.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP campus Marília, mimeo, 2013.

SILVA, Sergio. **A expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil.** Editora Alfa Omega. São Paulo, 1976.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais.** Editora Vozes. Petropolis/RJ. 2003.

SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção. **A Longa Caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão.** Dissertação de Doutorado pelo Departamento de Geografia Humana –FFCH-USP, mimeo, São Paulo, 1999.

SINGER, Paul. **Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição de renda no Brasil.** Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1981.

SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo. **Vida Rural e Mudança social.** Ed. Nacional. São Paulo, 1973.

VEIGA, José Eli. **A Dimensão rural do Brasil.** Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, vol. 12, n.1, p.71-94, 2004.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1992.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003:42-61.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na história e na literatura.** Companhia de bolso, Rio de Janeiro, 1989.

YATSUDA, Enid. **O Caipira e os outros.** In: BOSI, Alfredo. Cultura Brasileira: temas e situações. Editora Ática, São Paulo, 1987.

Sites Consultados:

<[Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística \(IBGE\) \(2014\)](#)> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014)> acessado em 28 de janeiro de 2018.

<<http://danielotlamonato.jusbrasil.com.br/artigos/120002732/pro-alcool-de-sua-criacao-aos-dias-atuais> > acessado em 23 de novembro de 2018

<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Mandioca/mandioca_centrosul/importancia.htm > acessado em 23 de novembro de 2018

<<http://www.candidomota.com.br/>> acessado em 27 de novembro de 2018.

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=351000&search=candido-mota>> acessado em 27 de novembro de 2018

<<http://www.novamerica.com.br/conquistas>> acessado em 18 de fevereiro de 2019

<ftp://geofpt.ibge.gov.br/mapas_estatisticos/censo_2007/mapa_urbano_estatistico/sp/setor/candido_mota/351000510000001.pdf > acessado em 18 de fevereiro de 2019

https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Mapa-de-uso-da-terra-do-municipio-de-Candido-Mota-SP-em-28-05-2011-As-Tabelas_fig2_285757103 (acessado em 24/08/2019)

<http://www.portaldoo.com.br/familia/lugar/lugar.html> (acessado em 24/-8/2019).

APÊNDICE

ANEXOS: